



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

NAÍSA DA CONCEIÇÃO FERREIRA BATISTA

**A PRESENÇA DA MULHER NA PESCA A MONTANTE DA HIDRELÉTRICA
CACHOEIRA CALDEIRÃO (2013-2018)**

Macapá/AP

2025

NAÍSA DA CONCEIÇÃO FERREIRA BATISTA

**A PRESENÇA DA MULHER NA PESCA A MONTANTE DA HIDRELÉTRICA
CACHOEIRA CALDEIRÃO (2013-2018)**

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amapá (PPGH – Unifap) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História

Linha de Pesquisa: História Social do Trabalho.

Macapá/AP

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborada por Maria do Carmo Lima Marques – CRB-2 / 989

B333p Batista, Naísa da Conceição Ferreira.
A Presença da Mulher na Pesca a montante da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (2013-2018) / Naísa da Conceição Ferreira Batista. - Macapá, 2025.
1 recurso eletrônico. 158 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2025.
Orientador: Adalberto Júnior Ferreira Paz.

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Pescadoras. 2. Hidrelétrica. 3. Amapá. 4. Amazônia, 5. Movimento social. I. Paz, Adalberto Júnior Ferreira, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 305.40981

BATISTA, Naísa da Conceição Ferreira. **A Presença da Mulher na Pesca a montante da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (2013-2018)**. Orientador: Adalberto Júnior Ferreira Paz. 158 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2025.

NAÍSA DA CONCEIÇÃO FERREIRA BATISTA

**A PRESENÇA DA MULHER NA PESCA A MONTANTE DA HIDRELÉTRICA
CACHOEIRA CALDEIRÃO (2013-2018)**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UNIFAP

Aprovada em: 24/02/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adalberto Júnior Ferreira Paz (UNIFAP-PPGH)

Prof.^a Dr.^a Cecília Maria Chaves Brito Bastos (UNIFAP-PPGH)

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes (UFPA)

Macapá/AP

2025

DEDICATÓRIA

A meus pais, Frutuoso dos Santos Batista e Francisca Ferreira Batista (in memoriam) saudades eternas. Meu companheiro Moroni Pascale B Guimarães. Meu filho e Minha filha Maironi e Morane Batista B Guimarães, com amo., Ao MAB que está sempre na batalha. A todas as Mulheres Pescadoras e aguerridas que não se acomodam,

AGRADECIMENTOS

Durante a escrita deste trabalho, todas as manhãs, ao acordar às 5 horas, a primeira coisa que eu fazia era uma oração. Além de expressar minha gratidão, sempre pedia, entre outras coisas, ao Pai Celestial, inspiração para que eu pudesse realizar um bom trabalho em minha dissertação. Portanto, neste momento, agradeço primeiramente ao Pai Celestial pela conclusão deste trabalho, pela força e tranquilidade nos momentos de cansaço e dúvidas.

Agradeço ao meu orientador, Adalberto Júnior Ferreira Paz, pela confiança que depositou ao me aceitar como sua orientanda e pelos encaminhamentos dados durante essa jornada.

Sou grata aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social, que, desde as primeiras disciplinas, contribuíram com ideias brilhantes e com o amadurecimento desta pesquisa: Sidney da Silva Lobato, Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior, Paulo Marcelo Cambraia da Costa, entre outros. À professora Ana Cristina, que me fez perceber a importância do Patrimônio Histórico nesta pesquisa.

Aos membros da banca, Cecília Maria Chaves Brito Bastos e Maria Cristina Alves Maneschy, expressei minha gratidão pela atenção, solicitude e pelas valiosas orientações prestadas durante o Exame de Qualificação.

Agradeço ao Laboratório de Estudo de História Social do Trabalho na Amazônia (LEHSTAM), que muito contribuiu para meu desenvolvimento nesta pesquisa e me presenteou com inúmeras amizades. Em especial, ao professor Sidney Lobato por inspirar grandes pesquisas no campo da História Social do Trabalho na Amazônia amapaense.

Um agradecimento especial ao Higor Pereira, que me incentivou, mesmo quando eu tinha dúvidas sobre minha participação no processo de pós-graduação, e à Amanda Cristina, que me ofereceu dicas valiosas.

Aos amigos do grupo de WhatsApp ProfHistória, em âmbito nacional, formado em 2017, mesmo sem nos conhecermos pessoalmente, criamos um vínculo que se transformou em um importante incentivo para meus estudos e leituras.

Agradeço também aos colegas da turma de mestrado, pelas discussões enriquecedoras, pela troca de ideias, pela partilha de textos e pelo companheirismo: Augusto Cezar (in memoriam), Carla Patricia, Gildoal Farias, Liliane Barbosa, Luciano Lisboa, Manoel Lourenço, Wilneia Barbosa (“mão abençoada”, só quem já provou de sua comida, sabe a que

me refiro) e a Karoline Veloso, a amiga que o PPGH me presenteou e a quem seduzo ao encantamento do MAB.

Aos meus pais (in memoriam), sou eternamente grata pela vida e pela formação que me proporcionaram. Agradeço pelo incentivo ao estudo e pelo esforço constante em oferecer o melhor a seus filhos, além de ter me dado irmãos e irmãs maravilhosos (as).

Em especial, agradeço ao meu companheiro, Moroni Pascale B. Guimarães, que me incentivou a fazer parte do Movimento dos Atingidos por Barragens, e aos meus filhos, Morane e Maironi Batista B. Guimarães, por aceitarem minhas ausências e pelo respeito e carinho que sempre demonstraram durante este período de mestrado.

Ao MAB por ser uma importante organização que luta pelos direitos dos atingidos e atingidas por barragens, As Marias, Raimundas, Cleidianes, Danis, Karols, Elisas, Rejanias, Joelmas, Lucieles, Jamiillys, Sônias, Suelens e tantas outras do coletivo de mulheres do MAB que ensinam através de suas lutas.

Às mulheres como Edinete, Itacy, Rosana e Maria de Fátima, as quais são exemplos inspiradores de resistência e coragem. Mulheres pescadoras da Colônia Z-16, que enfrentam desafios diários em seu trabalho, mas, mostram como a solidariedade e a união podem ser forças valiosas em tempos difíceis e, apesar das adversidades que encontram, trazem alegria e leveza para os encontros do MAB compartilhando risadas e lembranças de suas experiências. Muito obrigada!

Nos comprometemos cada vez mais a fazer do Movimento dos Atingidos por Barragens, uma organização bonita, forte, com a participação das mulheres como protagonistas, dos homens, dos jovens e das crianças, fortalecendo a unidade nacional, fazendo a luta por nossos direitos e pela construção de um projeto energético popular.

Mulheres, água e energia não são mercadorias!

(Carta do Encontro Nacional de Mulheres do MAB, 2011)

RESUMO

A Amazônia é amplamente reconhecida por sua rica bacia hidrográfica, e o estado do Amapá se insere nesse contexto, com destaque para o Rio Araguari, considerado o principal curso d'água da região em termos de geração de energia. Este rio abriga três hidrelétricas, incluindo a Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHECC), que impacta diretamente o município de Porto Grande. Nesse cenário, as mulheres pescadoras, que dependem do rio para seu sustento, enfrentam desafios significativos devido à presença dessas usinas. Esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos da UHECC na vida das mulheres pescadoras do médio Rio Araguari, focalizando a área rural de Porto Grande, situada a montante do empreendimento. O estudo abrange o período de 2013, ano de início da construção da barragem, até 2018, considerado um marco na luta dessas mulheres no Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), evidenciando sua resistência e comprometimento com a causa social. A pesquisa se fundamenta em uma diversidade de fontes, incluindo documentos oficiais, jornais, blogs, fotografias, teses, dissertações, livros e revistas, que contribuem para a construção de um arcabouço teórico e metodológico que discute a natureza do trabalho pesqueiro na Amazônia. Um destaque para a História Oral, que foi realizada a partir de oito pessoas entrevistadas sendo quatro pescadoras e seus maridos. A análise proposta conecta áreas como História, Geografia, Antropologia e Arqueologia refletindo sobre as dimensões históricas, ambientais e socioculturais do objeto de estudo. Este trabalho destaca que o fortalecimento do protagonismo feminino nas comunidades pesqueiras é fundamental para a construção de um futuro equitativo. A valorização das mulheres e de seus saberes, junto ao MAB, buscam a implementação de políticas públicas inclusivas para promover não apenas a autonomia delas, mas também um desenvolvimento que respeite a diversidade cultural e ambiental da região. Assim, é imperativo que as vozes das comunidades amazônicas sejam ouvidas e respeitadas, garantindo um modelo de desenvolvimento sustentável e justo.

Palavras-chave: Pescadoras; hidrelétrica; Amapá; Amazônia; movimento social.

ABSTRACT

The Amazon is widely recognized for its rich hydrographic basin, and the state of Amapá is part of this context, with the Araguari River standing out as the region's main watercourse in terms of energy generation. This river is home to three hydroelectric plants, including the Cachoeira Caldeirão Hydroelectric Plant (UHECC), which directly impacts the municipalities of Porto Grande and Ferreira Gomes. In this scenario, fisherwomen, who depend on the river for their livelihood, face significant challenges due to the presence of these plants. The aim of this research is to analyze the impacts of the UHECC on the lives of fisherwomen in the middle Araguari River, focusing on the rural area of Porto Grande, located upstream of the project. The study covers the period from 2013, when construction of the dam began, to 2018, considered a milestone in the struggle of these women in the Movement of People Affected by Dams (MAB), highlighting their resistance and commitment to the social cause. The research is based on a variety of sources, including official documents, newspapers, blogs, photographs, theses, dissertations, books and magazines, which contribute to the construction of a theoretical and methodological framework that discusses the nature of fishing work in the Amazon. Oral history was used to interview eight people, four of whom were fisherwomen and their husbands. The proposed analysis connects areas such as History, Geography, Anthropology and Archaeology, reflecting on the historical, environmental and socio-cultural dimensions of the object of study. This work highlights that strengthening the role of women in fishing communities is fundamental to building an equitable future. The valorization of women and their knowledge, together with MAB, seeks to implement inclusive public policies to promote not only their autonomy, but also development that respects the cultural and environmental diversity of the region. It is therefore imperative that the voices of Amazonian communities be heard and respected, guaranteeing a sustainable and fair development model.

Keywords: Fisherwomen; Hydroelectric dams; Amapá; Amazonia; social movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Materiais de pesca levados em um carrinho de madeira/mão.....	26
Figura 2 – Foto das embarcações próximo ao Atracadouro de embarque e desembarque.....	27
Figura 3- Bacia Hidrográfica do Rio Araguari-AP.....	44
Figura 4 - Cacos de cerâmica Koriabo encontradas no médio rio Araguari.....	50
Figura 5 – Enchente em Ferreira Gomes com o rompimento da estrutura de contenção de água da UHECC.....	79
Figura 6 – Mortandade de peixes no médio rio Araguari.....	82
Figura 7 – Casal de pescadores Nete e Nena.....	88
Figura 8 – Reunião do MAB com a Colônia de Pescadores Z-16.....	94
Figura 9 – Manifestação do MAB com pescadores e pescadoras da Colônia Z16.....	95
Figura 10 - Edinete e Francineudo, parceiros de pesca.....	122
Figura 11 – Valdeci e Maria de Fátima.....	124
Figura 12 – Itacy e Raimundo.....	126
Figura 13 – O pescador Eurico esposo de Rosana.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição da Bacia Hidrográfica do Araguari.....	46
Quadro 2 - Empreendimentos Hidrelétricos na Região Norte (2012-2021).....	69
Quadro 3 - Plano decenal para construção de Usinas Hidrelétricas para a Amazônia – 2010/2021.....	71
Quadro 4 – Detalhes técnicos das UHEs no Amapá.....	74
Quadro 5 – Informativo das etapas de implantação da UHECC.....	76
Quadro 6 – Número de Pescadores e Pescadoras por Ano.....	90
Quadro 7 – Percentual de mulheres na Z-16 em 2017.....	91
Quadro 8 – Distribuição da situação de pescadores (as) da Z-16 até o início de 2024.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AID** - Área de Influência Direta
- AII** - Área de Influência Indireta
- AMCEL** - Amapá Florestal e Celulose S.A
- ANEEL** - Agência Nacional de Energia Elétrica
- APP** - Área de Preservação Permanente
- ATINBA** - Associação dos Atingidos por Barragens
- CDDPH** – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
- EECC** - Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão
- EIA** - Estudos de Impacto Ambiental
- ELETRONORTE** - Centrais Elétricas do Norte do Brasil - S/A
- FLONA** - Floresta Nacional do Amapá
- FLOTA** - Floresta Estadual do Amapá
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- ICOMI** - Indústria Comércio de Minérios e S.A.
- ICMBIO** - Instituto Chico Mendes de Conservação
- MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens
- PA** - Projeto de Assentamento Manuel Jacinto
- PAC** - Programa de Aceleração e Crescimento
- PESCAP** – Agência de Pesca do Estado do Amapá
- SEMA** - Secretaria do Estado de Meio Ambiente
- UC** - Unidade de Conservação
- UNIFAP** - Universidade Federal do Amapá
- UHE** - Usinas Hidrelétricas
- UHECC** - Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão
- Z16** - Associação de Colônia de Pesca Z16 - Município de Porto Grande

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I- NATUREZA E TRABALHO: RIO E PESCA NA AMAZÔNIA	31
1.1 – Entre rios e pesca na Amazônia.....	31
1.2- O Rio Araguari como cenário da pesca.....	43
1.3-O rio e a mulher na Pesca.....	54
2–EMPREENDEMENTOS HIDRELÉTRICOS E SUAS CONTRADIÇÕES NO CENÁRIO AMAZÔNICO	62
2.1 – Usinas Hidrelétricas e o paradoxo do desenvolvimento.....	62
2.2 – O Avanço de Empreendimentos Hidrelétricos na Amazônia.....	65
2.3 – Usinas Hidrelétricas no cenário amapaense.....	73
2.4 – A UHECC e a Luta dos Atingidos por Barragens.....	83
2.4.1 – Atuação do MAB no Amapá junto a Colônia Z16.....	86
3– A PRESENÇA DA MULHER NA PESCA EM PORTO GRANDE	96
3.1 Trajetória e conexão com a pesca.....	96
3.1.1 Introdução da pesca na colônia Z-16.....	99
3.1.2Mulheres Pescadoras e os Equipamentos de Pesca.....	103
3.1.3 Quando a mulher vai para a pesca como ficam os filhos?.....	107
3.2 – Cosmologia, Narrativas e Corpo na pesca.....	109
3.2.1 – Práticas que influenciam a experiência cosmológica.....	109
3.2.2 - Narrativas de Pescaria no Araguari.....	111
3.2.3 Desafiando Tabus: A Menstruação e a Resiliência Feminina em Atividades Cotidianas da pesca.....	117
3.3 – Parceria na pesca da mulher em Porto Grande.....	122
3.3.1 - O que pensam os maridos de pescar com suas esposas?.....	122
3.3.1 – Como acontece a venda do pescado.....	128
3,4–Percepção dos Impactos na pesca a partir da UHECC.....	130
3.5-Experiência das mulheres pescadoras com o MAB.....	137
Considerações Finais	142
FONTE	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
APÊNDICE	153
ANEXO	155

Introdução

A região amazônica é verdadeiramente singular e complexa, abrangendo um amplo mosaico sociocultural e ambiental. Sua diversidade se manifesta em diferentes escalas, desde o local até o global, e essa interconexão influencia os cenários atuais e as dinâmicas amazônicas. Com sua riqueza de recursos naturais e diversidade cultural, continua a ser um cenário de importância global. A preservação desse ecossistema e o manejo sustentável dos recursos pesqueiros são essenciais para garantir a qualidade de vida das comunidades ribeirinhas¹ e para a conservação desse patrimônio natural e cultural.

Nesse contexto, a pesca desempenha um papel de grande relevância no campo socioeconômico. Ela é fundamental para as comunidades locais, proporcionando alimentação, expressões culturais e momentos de lazer, além de gerar renda para a população local e regional. No âmbito nacional, a produção pesqueira contribui significativamente para a economia do país. De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o setor pesqueiro artesanal é responsável por uma parcela substancial da produção brasileira².

A pesca artesanal é uma atividade que acompanha a humanidade desde a pré-história, desempenhando um papel fundamental na dieta alimentar dos grupos ancestrais - essa tradição persiste até os dias atuais. Na Amazônia, a arqueologia pré-histórica revela que tanto os grupos pré-históricos do interior quanto os povos do Sambaquis³ já utilizavam a pesca como uma atividade essencial em seus modos de vida. As arqueólogas Maura Imazio da Silveira e Denise Pahl Schaan, em um artigo sobre os sambaquis no Pará, citam que diante dos vestígios encontrados, havia indícios de que a alimentação desses povos incluía “algumas espécies de peixes e crustáceos (caranguejos e siris) também ocorreram, e a presença de proporções

¹ Comunidades ribeirinhas são aquelas que residem nas proximidades dos rios e têm entre outros meios de sobrevivência a pesca artesanal. Cultivam pequenos roçados para consumo próprio e, podem praticar atividades extrativistas e de subsistência.

² MORALES, Úrsula da Silva. **Caracterização da pesca e produção pesqueira no médio rio Araguari, Ferreira Gomes, Amapá, Brasil**. Macapá. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2018, 98 f.

³ Os sambaquis no estado do Pará são documentados em relatos de viajantes e naturalistas dos séculos XVIII e XIX. Esses relatos indicam que os sambaquis podem ser encontrados em uma extensa região, começando pela margem do rio Trombetas, passando pelo baixo Amazonas, baixo Tocantins e o arquipélago de Marajó, até chegar ao litoral nordeste do Pará, também conhecido como zona do Salgado. A zona do Salgado, por sua vez, se estende desde a baía de Marajó até a foz do rio Gurupi. E em pesquisas recentes no Pará foram encontrados vários sambaquis localizados às margens de rios, furos, interiores de baías e ilhas, cercados total ou parcialmente por manguezais e apicun, em locais como: Santarém, Barcarena, Melgaço e outros. SILVEIRA, Maura Imazio da; SCHAAN, Denise Pahl. **Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará**. Revista de Arqueologia, 18, p. 67-79, 2005.

mínimas de ossos de fauna terrestre indicou sem dúvida uma dieta orientada para os recursos aquáticos”⁴.

Os colonizadores europeus, ao avançarem na exploração da Amazônia, encontraram um ambiente rico em recursos naturais. O delta do rio, com suas terras férteis, era particularmente “atraente”. A história de ocupação da Amazônia nos revela a interação entre os colonizadores europeus e as populações indígenas que habitavam essa vasta floresta tropical.

O papel das mulheres na pesca é frequentemente subestimado, por isso a necessidade de abordar sobre a presença feminina na pesca artesanal, as autoras Silvia Alicia Martinez Luceni Hellebrandt⁵ confirmam essa realidade com histórias como a de Thurídur Einarsdóttir que destacam a importância dessas mulheres ao longo da história. O livro de Margaret Wilson, *Seawomen of Iceland: Survival on the Edge*, traz à tona narrativas que revelam não apenas a presença, mas também a contribuição significativa das mulheres nas comunidades pesqueiras da Islândia desde os anos 1700.

No entanto, ao abordar a pesquisa específica sobre o papel das mulheres na pesca, especialmente na Região Amazônica, José Veríssimo⁶, em sua obra "A Pesca na Amazônia", destaca a dinâmica das comunidades envolvidas nessa atividade, enfatizando a presença de mulheres e crianças nas capturas de espécies comerciais. Ele sugere que essa realidade revela uma estrutura familiar e comunitária que ultrapassa a divisão tradicional de trabalho, na qual se espera que os homens sejam os principais responsáveis pelas atividades pesqueiras.

Entretanto, a carência de informações adicionais sobre essas práticas limita nossa capacidade de compreender a extensão e a natureza do envolvimento feminino e infantil da pesca na época. Essa falta de dados reflete uma lacuna na pesquisa histórica, que frequentemente se concentra em figuras masculinas ou em narrativas que negligenciam o papel fundamental das mulheres e crianças nas atividades econômicas.

Com essa perspectiva, Maneschy⁷ aponta para a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre o papel das mulheres e crianças nas tradições pesqueiras amazônicas, abrindo um campo de estudo que explique como essas dinâmicas familiares e de gênero influenciaram as práticas de pesca, a gestão dos recursos e a cultura local. Essa abordagem

⁴ Idem. p .69

⁵ MARTINEZ, Silvia; HELLENBRANDT, Luceni. Mulheres na atividade pesqueira no Brasil: uma introdução. In: _____. (Org.). **Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil**. 1ed.Campos dos Goytacazes: Eduenf, 2019, v. 1, p. 09-20.

⁶ VERÍSSIMO, J. 1970. **A pesca na Amazônia**. Belém, Universidade Federal do Pará. (Coleção Amazônia, série. José Veríssimo).

⁷ MANESCHY, M. Uma presença discreta: a mulher na pesca. In: D' INCAO, M.A. & SILVEIRA, I.M. (orgs.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 251-258

contribui para uma visão mais holística da sociedade amazônica. Maneschy sugere a importância de uma análise crítica e abrangente das fontes históricas, reconhecendo tanto as vozes silenciadas quanto a complexidade das interações sociais nas comunidades ribeirinhas da Amazônia.

Colocar as mulheres no centro da análise histórica da pesca é uma abordagem crucial que não apenas enriquece a historiografia da região, mas também contribui para a luta contra a opressão de gênero na sociedade contemporânea. Historicamente, as experiências e contribuições das mulheres na pesca têm sido marginalizadas ou ignoradas, resultando em uma narrativa incompleta e distorcida. Ao destacar o papel das mulheres, torna-se possível revelar suas práticas, saberes e a importância de suas contribuições, tanto no contexto familiar quanto na dinâmica econômica das comunidades pesqueiras.

A pesquisa transcende a mera narrativa da história das mulheres, ao investigar o trabalho delas em um contexto frequentemente relegado à invisibilidade. Os estudos sobre pesca, em sua maioria, enfocam a figura masculina, subestimando a contribuição essencial das mulheres nesse setor.

Essa perspectiva não apenas valoriza a presença feminina, mas também serve como um ato de resistência contra a invisibilidade que muitas vezes enfrentam. Ao trazer essa discussão para o presente, é possível conectar as lutas históricas das mulheres com as questões contemporâneas de violência e opressão que ainda afetam muitas delas. Denunciar e analisar essas realidades é fundamental para promover mudanças sociais e garantir que as vozes femininas sejam ouvidas e respeitadas.

Essa abordagem militante na historiografia não se trata apenas de uma questão acadêmica, mas um esforço consciente para transformar a forma como a sociedade percebe e valoriza as contribuições das mulheres, contribuindo para um futuro mais igualitário e justo. A inclusão das mulheres na narrativa da pesca pode servir como um modelo para outras áreas de estudo, destacando a importância de uma análise crítica e inclusiva na pesquisa histórica

Partimos do pressuposto de que as trajetórias de vida das pescadoras comuns, quando reunidas, podem nos ajudar a entender a história do lugar. Por meio de narrativas orais, essas mulheres compartilham não apenas suas vivências pessoais, mas também contribuem para a construção de uma memória coletiva que abrange o passado, o presente e o futuro. Essa

produção temporal se estende além da vida individual, conectando-se à história da comunidade, do rio e da atividade pesqueira⁸.

Essas narrativas orais são como fios que se entrelaçam, formando uma teia de significados que transcende o tempo e nos permite compreender a complexidade das relações entre as pescadoras, o ambiente natural, a sociedade e impactos de empreendimentos. A história do lugar ganha vida por meio dessas vozes, revelando aspectos muitas vezes invisíveis nos registros escritos e oficiais.

Para o autor Reinhart Koselleck⁹, toda pesquisa acerca da memória e de sua utilização faz-se necessário uma discussão sobre suas relações com a história, cultura e com o tempo. Ocorre um entrelaçamento em que nos leva a refletir a experiência sendo admissível entre passado e futuro; recordação e esperança.

Nesse contexto, a memória se torna um espaço de diálogo entre o passado e o futuro. A recordação das experiências passadas molda a nossa compreensão do presente e, ao mesmo tempo, a esperança e as expectativas em relação ao futuro são frequentemente informadas por essas memórias. Essa relação dialética entre passado e futuro implica que as narrativas que construímos sobre o que já aconteceu não são neutras, mas carregam significados que podem ser reinterpretados à luz das condições atuais e das aspirações futuras.

Para Koselleck a memória é permeada pela cultura, que fornece os contextos e as linguagens através das quais as experiências são expressas e compartilhadas. A forma como uma sociedade se lembra de seu passado pode revelar muito sobre seus valores, suas lutas e suas identidades, bem como sobre como ela se posiciona em relação ao futuro. Portanto, ao investigar a memória, é essencial considerar não apenas os eventos vividos, mas também as narrativas que foram construídas em torno deles e como essas narrativas são continuamente reformuladas em resposta a novas realidades sociais e culturais.

Nesse sentido, a dinâmica da entrevista é crucial para a história oral, pois a memória não é um registro imutável do passado, mas um processo dinâmico e em constante evolução. As lembranças dos entrevistados são moldadas por suas experiências de vida, suas emoções e, especialmente, pela interação que ocorre durante a entrevista. O entrevistador, ao fazer

⁸ Consultar: ZANCHETT, Silvana Aparecida da Silva. **Corpos Femininos**: cotidianos, memória e história de mulheres pescadoras no Pantanal Sul-Mato-Grossense (1980-2017), Dourados. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Grande Dourados-UFGD, Programa de Pós-Graduação no curso em História da Faculdade de Ciências Humanas, 2019.

⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

perguntas e criar um ambiente propício à reflexão, pode levar o entrevistado a reexaminar suas memórias, a ressignificá-las e a compartilhá-las de maneiras novas e inesperadas.

Ao tratar dessa dinâmica, Alessandro Portelli¹⁰ destaca que o aspecto colaborativo é fundamental, pois tanto o entrevistador quanto o entrevistado trazem suas próprias perspectivas, contextos e subjetividades para a conversa. A relação interpessoal que se estabelece durante a entrevista pode facilitar ou dificultar a lembrança de certos eventos, influenciando a forma como as histórias são contadas. Por exemplo, um entrevistador empático e respeitoso pode encorajar o entrevistado a compartilhar memórias mais profundas e significativas, enquanto um ambiente mais tenso ou crítico pode levar a uma narrativa mais superficial ou defensiva.

Portelli também ressalta que a memória é afetada pelo contexto social e cultural e que as narrativas são frequentemente moldadas por questões de identidade, poder e luta. Isso significa que a história oral é um campo rico para explorar não apenas o que as pessoas lembram, mas como e por que elas lembram de determinada maneira. A interação entre entrevistador e entrevistado, portanto, não apenas enriquece a narrativa, mas também oferece uma visão mais ampla das complexidades da experiência humana.

No caso específico das mulheres pescadoras no médio rio Araguari, essa abordagem conjunta permite compreender como o trabalho feminino está intrinsecamente ligado ao ambiente natural em que vivem e trabalham. As mulheres desempenham papéis essenciais na pesca, na conservação dos recursos naturais e na manutenção da biodiversidade. Suas experiências e conhecimentos são fundamentais para a sustentabilidade da região e para a preservação dos modos de vida tradicionais.

A pesquisa em enfoque foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e tem como título “A presença da mulher na pesca a montante da hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (2013 a 2018)”, se propõe a analisar os impactos ocasionados pela Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHECC) na vida das mulheres pescadoras no médio Rio Araguari, no que diz respeito à parte montante¹¹ desse empreendimento, abrangendo espacialmente a área rural do município de Porto Grande.

¹⁰ Alessandro Portelli é um renomado historiador e teórico da história oral, conhecido por suas contribuições à compreensão da memória e da narrativa na pesquisa histórica. A abordagem de Alessandro Portelli à história oral destaca a importância da colaboração entre entrevistador e entrevistado, reconhecendo a memória como um processo dinâmico que é moldado por suas interações. Essa perspectiva é fundamental para uma compreensão mais profunda das histórias contadas e das experiências vividas, revelando as nuances da memória e da narrativa que são essenciais para a pesquisa histórica. PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto história: cultura e representação, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

¹¹ A montante de um empreendimento energético refere-se à parte superior ou antes do ponto de geração ou produção de energia. É o segmento que está rio acima em relação ao fluxo de energia. Por exemplo, na geração

Enfatiza, ainda, as formas de uso e sustento do rio no que diz respeito à pesca artesanal, a forma de resistência - seu envolvimento no Movimento dos Atingidos por Barragens e o impacto da relação com o empreendimento energético na vida das mulheres inseridas nesse espaço. Se desdobra nos objetivos específicos: 1- Contextualizar a pesca em rios da Amazônia sob a ótica ambiental e como local de trabalho da mulher pescadora; 2. analisar os impactos e conflitos a partir da construção de hidrelétricas e suas políticas de desenvolvimento na Amazônia e ainda; 3. Analisar, por meio de entrevistas, os modos de vida das mulheres pescadoras, sua prática de trabalho com a pesca artesanal e a resistência junto ao MAB com os impactos causados pela UHECC.

O interesse por esta pesquisa está intimamente ligado a dois motivos que envolvem dois homens e um grupo de mulheres. O primeiro motivo é ser filha de pescador, o que sempre me fez sentir orgulho. Valorizar minha raiz amazônica e saber o quanto um trabalho digno e difícil pôde sustentar uma família e incentivar os estudos a seus filhos e filhas é algo que prezo muito.

O segundo motivo diz respeito à luta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Amapá, liderado desde seu início, em 2014¹², por Moroni Pascale Bemuyal Guimarães. Ele sempre lutou bravamente contra um sistema opressor e patriarcal, mostrando às pessoas atingidas por barragens em Ferreira Gomes e Porto Grande que “juntos somos fortes”.

O contexto de minha participação no MAB ocorreu em 2018 após uma formação, em que tomei a sábia decisão de fazer parte da coordenação estadual. Nesse cenário, conheci os atingidos e atingidas por barragens de Porto Grande. Nesse grupo estavam as mulheres pescadoras, e vi nelas algo diferente: entre as reuniões e manifestações do MAB – que sempre faziam suas falas de revoltas frente ao empreendimento hidrelétrico, estavam elas, realizando suas atividades na pesca. Quando realizamos encontros, as mulheres traziam alguns apetrechos para a roda de conversa. Vi que eram mulheres aguerridas na luta e tinham orgulho de seu trabalho enquanto pescadoras.

Embora a pesca seja uma atividade tradicionalmente praticada por homens, nesse espaço ela ocorre de forma colaborativa entre homens e mulheres, formando uma parceria na atividade pesqueira. No entanto, as comunidades ribeirinhas passaram a enfrentar os impactos

hidrelétrica, a água flui a montante da barragem, passando pelas turbinas para gerar eletricidade. Essa área é crucial para o planejamento e a gestão eficiente de projetos energéticos.

¹² A luta dos atingidos iniciou sob a coordenação do Moroni Pascale B Guimarães em Ferreira Gomes com Associação dos Atingidos por Barragens – ATINBA em 2011 no município de Ferreira Gomes e só 2014, ocorreu a entrada do MAB no Amapá.

do empreendimento energético UHECC em suas vidas, resultando em danos sociais, ambientais e econômicos, entre outros.

Esses desafios incluem a degradação dos recursos pesqueiros, a alteração do ecossistema local e o deslocamento forçado de famílias, que comprometem não apenas a subsistência, mas também a cultura e a identidade dessas comunidades. Ao se unirem ao MAB, essas mulheres começaram a lutar de forma organizada por seus direitos, buscando não apenas a reparação dos danos, mas também a valorização de seu papel nas atividades econômicas e sociais.

Diante desse contexto, este trabalho justifica-se ao registrar a vida e o protagonismo das mulheres pescadoras afetadas por barragens em suas lutas por direitos. A pesquisa analisará as formas de trabalho dessas mulheres, seu modo de viver e sobreviver diante do projeto energético, além de explorar as estratégias que elas adotam para enfrentar os desafios impostos pelo empreendimento. Com isso, busca-se contribuir para a construção da história das mulheres amazônicas, destacando suas vozes, experiências e resistências, além de promover uma reflexão sobre a importância da inclusão de gênero nas discussões sobre desenvolvimento sustentável e justiça social na região

O estudo se concentra na mudança de vida pela qual tais mulheres passaram com a entrada da UHECC em seu território. Far-se-á um estudo sobre a trajetória de vida das mulheres enquanto sujeitos históricos frente a tal empreendimento hidrelétrico, ou seja, uma abordagem da presença das mulheres na pesca no médio rio Araguari antes e depois da chegada da UHECC.

Para que isso ocorra, há a necessidade de compreender três aspectos interligados às mulheres pescadoras: a) o rio Araguari – como local de pesca; b) a UHECC – o empreendimento capitalista que causa uma mudança no cenário da pesca artesanal a partir do barramento do rio; c) o Movimento dos Atingidos por Barragens que as organiza num processo de resistência e em luta por direitos de atingidas, até então desconhecidos por elas.

O local de trabalho das mulheres pescadoras situa-se no rio Araguari, a montante da UHECC, abrangendo a área rural do município de Porto Grande, no estado do Amapá. A formação de Porto Grande está ligada à atividade econômica e ao influxo de migrantes, moldando sua paisagem social e econômica ao longo do tempo. A migração de pessoas de várias partes do Brasil, a construção de infraestrutura e a necessidade de mão de obra foram essenciais para o desenvolvimento e o aumento populacional do município. Empresas como a Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI), instalada em Serra do Navio (município vizinho de Porto Grande) com a exploração de manganês; Amapá Florestal e Celulose S.A. (AMCEL), que realiza a plantação e exploração de Eucalipto em alguns municípios, incluindo Porto Grande,

trouxeram investimentos e empregos, consolidando a economia de Porto Grande e sua emancipação como município. A construção das rodovias BR-156 e BR-210, aliada a exploração de recursos naturais foi fundamental para o crescimento da região.

Ao examinar essas trajetórias, podemos compreender como as comunidades percebem a relação entre trabalho e meio ambiente, levando em conta as particularidades culturais, sociais e econômicas que moldam a interação das mulheres pescadoras com o rio e a natureza circundante. Esse cenário faz com que as pescadoras sofram cotidianamente o grande impacto da mudança originada pelo empreendimento capitalista, pois ocorre a transformação do rio em lago (reservatório) da Usina Hidrelétrica – UHE. Demonstrando criatividade, elas buscam ressignificar suas perdas, movendo-se e lutando para manter suas reminiscências.

Relacionar a história social do trabalho a história ambiental para analisar a trajetória das mulheres pescadoras no médio rio Araguari, no Amapá, é estabelecer um diálogo entre dois campos de estudo reconhecidos pela excelência de suas pesquisas no espaço amazônico. Tanto a história do trabalho quanto a história do meio ambiente são áreas de estudo que se preocupam em interpretar as diferentes formas de exploração dos espaços, sejam eles urbanos, rurais ou ribeirinhos. Essas análises frequentemente incluem discussões sobre indígenas, migrantes e outros grupos sociais.

Para abordar a análise da questão apresentada, é importante considerar a intersecção entre as áreas de História, Geografia e Antropologia, devido ao enfoque histórico, ambiental e sociocultural do objeto de estudo desta pesquisa. Esse diálogo interdisciplinar enriquece nossa compreensão das complexidades envolvidas na interação entre seres humanos e ecossistemas, contribuindo para uma visão mais holística e consciente das questões ambientais.

O estudo da trajetória das mulheres pescadoras que atuam a montante da UHECC, no médio rio Araguari, no município de Porto Grande, é uma investigação relevante que busca compreender o papel dessas mulheres na pesca artesanal. A análise será embasada em suas histórias pessoais e nas memórias de seus esposos/pescadores, que compartilham o mesmo ambiente de trabalho.

Essa pesquisa contribuirá para ampliar nosso conhecimento sobre o papel das mulheres na pesca artesanal, além de valorizar suas contribuições para a sustentabilidade e a dinâmica social na região amazônica. É notável acompanhar a trajetória de quatro mulheres pescadoras— Maria de Fátima, Edinete, Itacy e Rosana— que realizam seus trabalhos na Colônia de Pescadores Z-16, revelando nuances e subvertendo expectativas sobre os papéis das mulheres na pesca.

a) Pescadora Maria de Fátima



Foto: Autora, 2024

Maria de Fátima Bezerra dos Santos, de 59 anos de idade, nasceu em 4 de novembro de 1965. É casada com Valdeci de Oliveira Sales e mãe de 10 filhos, entre homens e mulheres. Atua como pescadora e agricultora, além de ser militante do MAB. Atualmente está aposentada como agricultora. Realizou o cadastro tanto na pesca quanto na agricultura no mesmo ano e, ao completar o tempo necessário para a aposentadoria especial, que confere benefício concedido a pescadores e a agricultores, optou pela aposentadoria como agricultora, pois vivenciou a dificuldade que seu esposo enfrentou ao se aposentar como pescador, uma vez que ele precisou arcar com os custos de um advogado.

Maria de Fátima possui um terreno no Assentamento Manoel Jacinto, situado na margem esquerda do médio rio Araguari, onde mora com seu esposo. No entanto, ela também possui uma casa na cidade de Porto Grande, onde moram seus filhos. Ela visita esse local algumas vezes por mês, pois é lá que recebe sua aposentadoria e onde realiza suas compras.

Anteriormente, Maria de Fátima residia em frente ao rio Araguari, em Porto Grande, o que lhe permitia acesso fácil para suas atividades de pesca quanto ao desembarque de seus apetrechos e mercadorias. Contudo, com a chegada da UHECC, sua propriedade foi indenizada, pois a área passou a integrar o reservatório do empreendimento, portanto, sua propriedade estava classificada como Área de Preservação Permanente (APP)¹³, impedindo-a de permanecer

¹³ As Áreas de Preservação Permanente (APPs) são espaços ambientalmente protegidos com o objetivo de preservar o meio ambiente e recuperar áreas afetadas, como aquelas inundadas por reservatórios de hidrelétricas. Essas áreas, que podem ter ou não vegetação, desempenham funções essenciais, como a preservação de recursos

lá. Diante dessa situação, ela comprou uma casa no bairro Área 6, em Porto Grande, distante de sua conexão com o rio.

A distância de sua casa na cidade ao ponto de desembarque ficou distante, dificultando o deslocamento dos itens que traz de seu terreno, como peixes, farinha e outros suprimentos. Para deslocar seus materiais, ela depende de transporte, o que no caso é próprio – ela e seu esposo compraram um carro, o que implica custos com combustível.

b) Pescadora Edinete



Foto: Autora, 2024

Edinete Correa da Silva, 57 anos, nasceu em 6 de janeiro de 1968 em Mazagão, mas reside em Porto Grande desde os 2 meses de idade. É pescadora artesanal - desde 14 de junho de 2007, militante do MAB e possui formação até o Ensino Médio. Casou-se aos 17 anos com Francineudo Ribeiro da Silva, com quem divide a atividade da pesca; juntos eles têm três filhos e duas filhas.

Atualmente, Edinete reside no Sítio Açaí Branco, que faz parte do Assentamento Manoel Jacinto e localizado na margem esquerda no médio rio Araguari. Devido ao seu terreno estar situado na Área de Influência Direta (AID) da UHECC, Edinete foi indenizada e uma nova casa foi construída em uma área montanhosa, por respeitar o limite da Área de Preservação

hídricos, biodiversidade, paisagens e estabilidade geológica, garantindo o bem-estar das gerações atuais e futuras. Reguladas pelo Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012), as APPs não podem sofrer intervenções, consideradas crime ambiental. O código estabelece faixas mínimas e máximas para a delimitação de reservatórios de água, que variam de 30 a 100 metros em áreas rurais e de 15 a 30 metros em áreas urbanas. Além disso, a lei determina que o empreendedor deve adquirir ou desapropriar as APPs em seu entorno, respeitando as faixas especificadas.

Permanente (APP) imposta pelo empreendimento, e para evitar problemas de inundação. No entanto, essa nova localização trouxe dificuldades para acessar a casa após suas atividades de pesca, uma vez que a subida até o local se tornou um desafio para transportar os apetrechos e outros materiais da pesca.

Edinete também possui uma casa em Porto Grande, no Bairro das Malvinas, nas proximidades do rio, onde moram seus filhos. É nesse local que ela se estabelece ao retornar do sítio. Sua residência na cidade, situada próximo ao rio Araguari, enfrenta sérios problemas devido à criação do reservatório da UHECC. A água do seu poço amazônico tornou-se imprópria para uso, e a fossa sanitária deixou de esvaziar corretamente causando preocupações com a habitação.

c) Pescadora Itacy



Foto: Autora, 2025

Itacy de Assunção Amaral, 52 anos, nasceu em 12 de março de 1972 em Porto Grande. Mãe de três filhos e três filhas, todos do seu primeiro casamento, ela estudou até o Ensino Médio. Desde 4 de julho de 2012, atua como pescadora artesanal na Colônia de Pescadores Z-16 e é militante do MAB em Porto Grande.

Itacy é casada com Raimundo Ramos Miranda dos Santos, com quem possui, desde o ano 2000, um terreno na margem direita do médio rio Araguari. Ambos frequentam o local

regularmente que atualmente faz parte da AID da UHECC. Esse espaço a mantém diretamente ligada à pesca, que também é uma atividade compartilhada com seu parceiro.

Itacy reside em uma casa no bairro Palmeiras, em Porto Grande, onde vive com seu esposo e seus filhos. Antes da construção da UHECC, ela morava em uma rua próxima ao rio Araguari, mas, devido ao fato de sua residência estar em uma área de APP da hidrelétrica, foi indenizada e precisou se mudar. Com a indenização, a família adquiriu uma nova casa em um bairro mais distante. Atualmente, conforme demonstrado na figura 1, Itacy enfrenta dificuldades na saída e no retorno da pesca, pois seu esposo utiliza um carro de mão de madeira para transportar o equipamento de trabalho, o motor rabeta e outros materiais até a nova residência.

Figura 1 – Materiais de pesca levado em um carrinho de madeira/mão



Fonte: Arquivo particular de Itacy, 2025

Além de tudo, a embarcação de Itacy permanece desprotegida em um local público à beira do rio. Conforme a figura 2, esse espaço fica próximo ao atracadouro para embarque e desembarque de pescado, que faz parte do item III das ações de recuperação e fomento da atividade pesqueira, em conformidade com as condicionantes nº 2.14 e 2.3 da Licença Prévia nº 0112/2012 (programa 13 do EIA), a partir de um diagnóstico que detalha os impactos socioeconômicos nas comunidades de pescadores da área de influência da UHECC.

Figura 2 – Foto das embarcações próximo ao Atracadouro de embarque e desembarque



Fonte: Produção da autora, 2025

Atualmente, o local também é utilizado como área de lazer por banhistas, o que tem gerado insegurança entre os pescadores. A embarcação de Itacy fica exposta ao relento, sem cobertura, sujeita à ação do sol e da chuva, o que compromete sua durabilidade e segurança. Esses problemas não existiam anteriormente, pois sua casa, assim como a de muitos outros pescadores e pescadoras, localizava-se próxima ao rio, onde podia guardar sua embarcação com segurança.

d) Pescadora Rosana



Foto: Autora, 2025

Rosana Sousa da Mota, 47 anos, nasceu em 08 de abril de 1977, em Porto Grande, ela sempre esteve ligada à pesca, uma atividade que faz parte de sua vida desde a infância. Em 2012, formalizou sua atividade como pescadora artesanal na colônia de pescadores Z16, buscando reconhecimento e melhores condições para sua prática.

Casada com Eurico dos Santos Pires —seu parceiro de pesca — e mãe de seis filhos e duas filhas, Rosana vive em um contexto desafiador. Sua casa está localizada em uma rua próxima à beira do lago artificial criado pela UHECC, na área urbana de Porto Grande. Essa posição geográfica trouxe consigo uma série de dificuldades para sua família.

A transformação do ambiente ao redor, que antes fornecia água potável e recursos naturais para sobrevivência, resultou na contaminação do poço amazônico da família. Com a água comprometida, a família passou a enfrentar problemas de saúde, como dores de barriga, o que evidencia o impacto negativo das mudanças ambientais em sua vida.

Além de suas lutas diárias, Rosana é militante do MAB, onde busca defender os direitos de sua comunidade e lutar contra os impactos das grandes obras de infraestrutura. Ela também possui um terreno próximo ao Igarapé Manoel Jacinto, que faz parte do município de Ferreira Gomes, onde, para garantir parte de sua subsistência, mantém uma plantação de roça de mandioca.

A perspectiva identitária híbrida proposta por Stuart Hall¹⁴ nos ajuda a entender como as identidades se constroem e se transformam em contextos variados, especialmente em comunidades ribeirinhas. No caso das identidades pesqueiras, essa hibridização se manifesta na intersecção de práticas culturais, econômicas e sociais, onde as pescadoras não se limitam apenas à pesca, mas também se engajam em diversas atividades que compõem sua vida cotidiana.

As pescadoras, por exemplo, podem integrar a pesca artesanal com outras formas de trabalho, como a agricultura familiar, a produção artesanal, ou atividades comerciais. Essa combinação de ocupações reflete a adaptação às condições econômicas e sociais do ambiente ribeirinho, onde a diversidade de atividades é fundamental para a sobrevivência e a manutenção da comunidade.

A hibridização das identidades pesqueiras pode ser vista como uma resposta às mudanças sociais e ambientais, como a degradação dos recursos pesqueiros, as mudanças climáticas, e as pressões econômicas externas. As pescadoras, portanto, não apenas mantêm

¹⁴ HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP & A, 2006.

suas tradições pesqueiras, mas também inovam e se reinventam à medida que interagem com outras esferas da economia e da cultura local.

Essa dinâmica revela um processo de empoderamento, onde as mulheres desempenham papéis múltiplos, contribuindo para a economia local e para a própria construção de suas identidades. Ao abraçar essa identidade híbrida, as pescadoras não apenas preservam suas tradições, mas também se posicionam ativamente no cenário econômico e social contemporâneo, desafiando estereótipos e reafirmando sua importância em comunidades ribeirinhas.

A análise das identidades pesqueiras artesanais sob a ótica da hibridização mostra como as identidades não são fixas, mas sim fluidas e em constante transformação, refletindo a complexidade da vida ribeirinha e a capacidade de adaptação das pessoas diante das mudanças.

A trajetória de tais mulheres exemplifica a complexidade das experiências laborais. Segundo a autora Ana Maria Braga¹⁵, as narrativas de vida em torno do trabalho oferecem uma rica perspectiva sobre a inter-relação entre experiências individuais e o contexto social e histórico. Essas narrativas revelam as múltiplas trajetórias de sujeitos que se relacionam com o trabalho de maneiras diversas, influenciadas por fatores como classe social, gênero, etnia e contexto econômico.

Ademais, as narrativas de vida ajudam a compreender os significados atribuídos ao trabalho, que vão além da dimensão econômica, entrelaçando-se com questões de identidade, autoestima e pertencimento. O trabalho se transforma em uma extensão do ser, refletindo as aspirações e conquistas dos indivíduos.

O autor Samuel¹⁶ nos faz refletir sobre a História Local destacando a importância de uma abordagem mais próxima e tangível do passado, que se afasta das abstrações frequentemente associadas à narrativa histórica em grande escala. Ao enfatizar a proximidade do pesquisador com os elementos do cotidiano — como o som do mercado, o grafite nas paredes e as marcas deixadas nos campos — ele nos lembra que a história não é apenas um conjunto de eventos grandiosos, mas também um tecido de experiências individuais e coletivas que moldam a vida das comunidades.

¹⁵ BRAGA, Ana Maria de Fátima Afonso. **Tradição Camponesa e modernização**: Experiência e memória dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova-CE. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

¹⁶ SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, fev. 1990. SANTANA, Charles D’Almeida. **Fatura e aventura camponesas**: trabalho, cotidiano e migrações – Bahia:1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998.

Esse enfoque traz à tona a necessidade de se considerar as particularidades e as vivências locais, permitindo uma compreensão mais rica e complexa da história. Quando analisadas a partir de vivências concretas, as categorias de classe revelam nuances importantes nas trajetórias de vida e as interações sociais que, muitas vezes, podem ser perdidas em análises mais amplas. Dessa forma, a História Local não apenas enriquece nosso entendimento do passado, mas também nos convida a ouvir as vozes que muitas vezes ficam à margem das narrativas dominantes, oferecendo uma perspectiva mais inclusiva e diversificada da experiência humana.

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho está estruturado em três partes principais. A Introdução apresenta o tema central, seguida pelo primeiro capítulo, intitulado "Natureza e Trabalho: rio e pesca na Amazônia". Neste capítulo, traça-se um paralelo sob a perspectiva ambiental, abordando o rio como espaço de pesca e a relação das mulheres com essa atividade no médio rio Araguari, no estado do Amapá, considerando os impactos decorrentes da construção da UHECC.

O segundo capítulo, intitulado "Usinas Hidrelétricas e suas Contradições no Cenário Amazônico", discute a construção de hidrelétricas e as políticas de desenvolvimento que desconsideram as realidades territoriais das comunidades que habitam e dependem da Amazônia. Essa desconsideração resulta em impactos e conflitos em diversas áreas, com ênfase na pesca artesanal.

Por fim, o terceiro capítulo, "O Protagonismo da Mulher na Pesca em Porto Grande", analisa a atuação de quatro mulheres pescadoras em Porto Grande, Amapá. Este segmento destaca suas narrativas sobre os impactos na pesca em decorrência do barramento do rio Araguari, resultante da construção da UHECC, além de ressaltar sua resistência e participação no movimento social MAB.

I- NATUREZA E TRABALHO: RIO E PESCA NA AMAZÔNIA

Esta seção inicial aborda a História Social do Trabalho em conjunto com a História Ambiental, visando contextualizar e orientar o leitor. O foco é a descrição da Amazônia, um espaço repleto de biodiversidade e vastos recursos naturais, onde as populações ribeirinhas mantêm uma relação particular com o rio que permeia o território. A Amazônia é retratada como um mosaico cultural e natural, onde as histórias humanas se entrelaçam com os rios sinuosos e a vegetação exuberante. A pesca é ressaltada como um recurso natural para as comunidades, atuando tanto na subsistência quanto na comercialização.

O texto realiza um breve percurso histórico sobre a Amazônia, com o objetivo de entender a diversidade de meios de subsistência dos seus habitantes ao longo dos cursos fluviais e a importância da pesca na economia regional. O rio é apresentado como local de trabalho das mulheres pescadoras, regido por um projeto capitalista para essa área, no caso, a UHECC. O texto traça ainda um diálogo com várias produções científicas tais como livros, artigos, teses e dissertações que tratam sobre o tema abordado nesta pesquisa.

1.1 – Entre rios e pesca na Amazônia

Para começar, trago a impressão que a autora Mary Del Priore expressa no prefácio do livro *Senhores dos Rios*, do espaço amazônico sobrecarregado por uma exuberante biodiversidade e uma vastidão de recursos naturais que juntos narram a relação particular e complexa dos habitantes com o rio que permeia esse vasto território. Vejamos:

A descoberta de um espaço: o da Amazônia. Lá, os contrastes interpelam o viajante. Do imenso rio, às frutas do piquiá e às bacabas. [...] Dos rios Jarí, Cassiporé e Araguari, aos ninhais de pássaros e a revoada dos guarás. Dos lagos, do Vento e da Mutuca, ao arrasta-pés do Marabaixo, [...]. Dos caboclos conhecedores dos sinais de chuva e das vazantes dos rios às cores do Tambatajã. E não são apenas as paisagens físicas ou humanas que nos interrogam. Mas as representações, as imagens e os investimentos afetivos que moldam tais espaços vividos.¹⁷.

Mary Del Priore se vê embriagada por descobertas durante uma viagem ao espaço amazônico-amapaense, até então desconhecido por ela. Aventurar-se pelo imponente espaço amazônico faz com que ela constate quão plural é a história do Brasil. Sair da *bolha* do excludente e seletivo espaço acadêmico, até então moldado pelas regiões Sul e Sudeste, abre

¹⁷ DEL PRIORE, Mary. Por uma História das Margens (Prefácio). In: DEL PRIORE, Mary, GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Os Senhores dos Rios: Amazônia, margens e histórias**. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2003, p. VII

um portal que revela a diversidade e particularidades de nossa história, em um ambiente que “moldou, física e mentalmente, seus habitantes, pois, envolvidos com o estudo dos homens do tempo no espaço e territórios muito próximos, esquecemos de pensar a vida dos indivíduos em espaço radicalmente diverso do nosso”¹⁸.

Descobertas, viagens, representações, imagens, são palavras que têm algo em comum, são todas substantivos femininos, trazidas por Mary Del Priore para falar da história ambientada no espaço amazônico, um território habitado por indivíduos diversos que não se limitam a narrativas de paisagens físicas ou humanas, mas representações que moldam a história do lugar, do trabalho, no espaço e no tempo.

Como essa discussão nos levou à relação tempo e espaço, nada é mais justo do que trazer para o diálogo *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*, de Fernand Braudel¹⁹, que traz um conjunto de narrativas envolvendo o campo geográfico e a história sobre a abordagem da natureza e civilizações ligadas à longa duração, considera os aspectos estruturais de uma história que se move lentamente, relacionada ao homem em suas relações com o meio que o cerca, inscritas nas formações territoriais e nas paisagens materiais.

Os avanços metodológicos propostos pela dialética das durações de Braudel possibilitaram uma aproximação com outras áreas do conhecimento, como a antropologia e a geografia, entre outras. Essa abordagem se baseia no mérito de articular o meio, a cultura e a sociedade.

Na primeira parte da obra²⁰ *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*, Braudel explora a “geo-história, que trata da relação entre o homem e o meio. Ele caracteriza o espaço geográfico como parte integrante da história, associando-o sempre à cultura e à sociedade da época. Nesse contexto, Braudel aborda tanto aspectos físicos - como montanhas, planícies e ilhas, quanto fatores climáticos e rotas de navegação e transporte terrestre.

¹⁸ DEL PRIORE, *Op. cit.*, p. VIII

¹⁹A concepção de tempo histórico braudeliiana, nos faz enquanto historiadores, refletir sobre os hábitos cronológicos, na ousadia de mostrar como o tempo avança em diferentes ritmos, exprimindo a ideia de dialética das durações. A partir de tal concepção do tempo e influenciado por Lucien Febvre e Marc Bloch, Braudel, relaciona os diferentes tempos da história em longa duração, conjuntura e evento.

²⁰ Fernand Braudel ao escrever a obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*, divide-a em três partes: a primeira destinada a estudar a geo-história do Mar Mediterrâneo; a segunda parte dedicada a economia, a demografia, as sociedades, as migrações, viagens e guerras; a terceira parte centrada nas questões políticas e militares durante o império espanhol de Filipe II. No entanto, a análise que cabe a este trabalho citarei apenas a primeira parte. CRACCO, Rodrigo Bianchini. **A Longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel**: de sua tese *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II* até o artigo *História e Ciências Sociais: A longa duração (1949-1958)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009, 119 f.

A proposta de Braudel é de extrema relevância quando discutimos a Amazônia, pois nos permite compreender essa região em suas diversas e complexas relações sociais, étnicas e culturais. Essa perspectiva vai além do determinismo geográfico presente nos estudos tradicionais, revelando a riqueza e a diversidade desse ecossistema único.

A pluralidade étnico-cultural da Amazônia transcende sua extensão territorial e suas riquezas naturais. A região abriga diversos grupos, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos e seringueiros. Todos esses grupos têm origens no processo de colonização e miscigenação, contribuindo para a riqueza cultural e histórica desse vasto território²¹.

As pesquisas sobre a história da região amazônica têm avançado consideravelmente, destacando as singularidades de sua conformação política, social, econômica e cultural. No entanto, é importante reconhecer que as variáveis ambientais desempenham um papel fundamental nesse contexto. Entre essas variáveis, a importância dos rios se destaca como um elemento crucial para os amazônidas.

Aprofundando essa perspectiva, a exploração detalhada da relação entre o mundo aquático e florestal na Amazônia revela uma intrincada teia de significados e interações. Segundo o historiador Victor Leonardi²², a cultura e a natureza estão inextricavelmente entrelaçadas, e os rios desempenham um papel central nesse cenário. Eles são testemunhas de um passado que oferece valiosas lições para a Amazônia contemporânea - seja em termos de propostas de ordenamento territorial, desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Nesse sentido, a Amazônia é muito mais do que uma mera floresta tropical. Ela é um mosaico cultural e natural, onde as histórias humanas se fundem com os rios sinuosos e a exuberante vegetação. As comunidades ribeirinhas, com suas tradições, crenças e modos de vida, são parte integrante deste mosaico. A cultura amazônica é moldada pela natureza, e vice-versa.

Ao explorar esse labirinto de águas e árvores, somos confrontados com a riqueza da diversidade cultural e a fragilidade do ecossistema. Os rios, como veias pulsantes, conectam as pessoas à terra, fornecendo alimento, transporte e inspiração. Eles também carregam consigo as marcas da história, desde as antigas civilizações até os desafios contemporâneos de preservação e desenvolvimento sustentável.

²¹ Consultar FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane. **Comunidades tradicionais**: a formação sócio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. Espaço Temático: terra, território e América Latina. Rev. Katál., Florianópolis, v.24, n. 3, p. 532-541, 2021.

²² LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

Para as comunidades locais, os rios transcendem a simples definição de cursos d'água: são fontes de subsistência, vias de transporte, habitats e até mesmo elementos fundamentais de suas crenças espirituais. A vida dos amazônidas e a importância dos rios estão profundamente interligadas, formando um elo que transcende as fronteiras entre o ambiente natural e a cultura humana.

Por sua vez, o autor Mark Harris²³, com um olhar antropológico voltado para a natureza, explora a vida ao longo dos rios. Ele atribui significado a partir de uma perspectiva humana e considera diversos sujeitos envolvidos nesse objeto de estudo: desde aqueles que cultivam e constroem até a maneira como tratam os rios. Para Harris, “central, em qualquer retrato da Amazônia, é o sistema fluvial por si só. Os rios não apenas fornecem comida e água; o fato de viver ao longo dos rios, e com eles, molda a vida e estimula a imaginação tanto dos residentes quanto dos visitantes”²⁴.

A sinuosidade das águas, que refletem a luz do sol em tons prateados, serpenteia entre a densa vegetação, traçando caminhos que convidam à contemplação. Os reflexos solares dançam sobre a superfície, criando um espetáculo harmonioso de luz e sombra. As margens, repletas de árvores majestosas e aves exóticas, assemelham-se a galerias de arte natural.

Com destreza, navegam essas vias líquidas em canoas e pequenas embarcações, interligando comunidades em um cotidiano fluido. A vida se entrelaça com o rio, e o rio se entrelaça com a vida, formando uma simbiose. Os visitantes também são cativados por essa paisagem única. A imaginação é despertada pelas histórias de lendas aquáticas, seres míticos que habitam as profundezas. As águas escondem segredos antigos, e cada ondulação parece conter uma narrativa esperando para ser contada.

Harris considera o rio Amazonas como um símbolo de confluência dinâmica. Ele é, de fato, o maior rio do mundo em extensão e volume de água. Originando-se no pé das montanhas andinas, no Peru, o Amazonas serpenteia por vastas extensões e, finalmente, deságua no Oceano Atlântico. Sua importância transcende o aspecto geográfico, que é substancial para a sobrevivência dos povos tradicionais, indígenas, animais e plantas. Além disso, o rio oferece oportunidades para melhorar a economia e a produção de alimentos. As comunidades

²³ Mark Harris, envolve-se em um caloroso debate relativo à floresta amazônica e seus povos ao tratar da rebelião que ocorreu na Amazônia brasileira durante a década de 1830 – a Cabanagem –, com um olhar voltado para natureza e com um amplo olhar antropológico explana sobre a vida no rio. HARRIS, Mark. **Rebelião amazônica: Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil (1798-1840)**. Campinas: Unicamp, 2017, p. 49-94 e 135-178.

²⁴ *Op cit* p.49.

ribeirinhas que habitam suas margens dependem do rio para pesca, transporte, agricultura e outras atividades essenciais para suas vidas.

O território amazônico é repleto de uma infinidade de rios de diversos tamanhos e características. Esses cursos d'água se estendem desde as nascentes, na parte alta, até as vastas planícies do baixo curso, e incluem uma variedade de tipos, como rios perenes, intermitentes, nivais, glaciais e pluviais. Essa complexa rede fluvial desempenha um papel crucial no equilíbrio ecológico da região e na preservação da vida no planeta. As histórias e narrativas associadas a esses rios enriquecem a compreensão da Amazônia, revelando sua importância não apenas como um ecossistema, mas também como um tesouro cultural e histórico.

A exploração da Amazônia e de seus rios por estrangeiros não é algo recente. Desde o período colonial, a região amazônica foi palco de disputas entre europeus, impulsionadas por uma política mercantilista, que se materializou na prática comercial dos núcleos de extração vegetal ligados à economia primário-exportadora. Essa percepção surge dos discursos das narrativas oficiais, proferidos por aqueles que serviam às coroas portuguesa e espanhola em terras até então desconhecidas. Esses discursos pintam a região como uma fonte inesgotável de riquezas naturais, prontas para satisfazer as necessidades econômicas de nações estrangeiras.

A visão da vastidão natural da região é, portanto, uma invenção, conforme descrito por Neide Gondim, em seu livro *A Invenção da Amazônia*, publicado em 1994²⁵. Essa invenção foi moldada por uma perspectiva externa, uma visão que enaltece a região como uma floresta tropical deslumbrante, mas que, ao mesmo tempo, negligência ou torna inviável a existência do homem que nela reside.

A fauna e a flora extraordinárias, os lugares sagrados das histórias bíblicas também foram constitutivos da construção do imaginário. A água miraculosa que impedia o envelhecimento e a fartura de ouro e pedras preciosas acalentaram o sonho de gerações de ter riquezas sem desgaste físico e viver eternamente. As monstruosidades corporais – homens ou animálias e ainda as mulheres solitárias, as Amazonas e a raça de gigantes – eram temas recorrentes nesse arcabouço imagético, que não se encerra com o descobrimento da América [...].²⁶

Portanto, Neide Gondim mostra-nos que, a partir do registro de viajantes, a Amazônia tornou-se palco de exploração devido ao imaginário europeu mítico acerca da floresta. Entre

²⁵ GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*, 2ª edição, Manaus: Editora Valer, 2007, 340 p., (Série: Memórias da Amazônia).

²⁶ Gondim, op. cit., p.34.

essas explorações destacava-se a busca por riquezas, o que impulsionava o desenvolvimento da exploração de fauna e flora.

O geógrafo Carlos Valério Aguiar Gomes²⁷, ao escrever sobre os ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas, expõe que, ao longo dos anos, muitos naturalistas dedicaram-se a expedições científicas no rio Amazonas e seus afluentes, com destaque para o século XIX. Entre eles, Von Martius e seu colega Spix partiram do Pará em 1820 e navegaram juntos por partes dos rios Amazonas e Japurá. Spix continuou sua jornada, subindo o rio Amazonas até Tabatinga no mesmo ano. O príncipe Adalberto, da Prússia, navegou pelo rio Xingu em 1842, chegando até a Volta Grande, região onde foi construída a hidrelétrica de Belo Monte.

Os colonizadores europeus, ao avançarem na colonização, empregaram práticas e técnicas agrícolas no delta do rio Amazonas. Nestas regiões, populações habilidosas cultivavam uma variedade de produtos. A relação dos habitantes da Amazônia com o trabalho é intrinsecamente entrelaçada com a história da região, com os rios desempenhando um elemento central.

Durante esse período, os colonizadores aprenderam com os habitantes nativos a cultivar e adaptar suas técnicas agrícolas às condições específicas da Amazônia. A agricultura se tornou um componente fundamental da vida na região, que passou a ser reconhecida como um celeiro agrícola. Nesse contexto, os rios desempenharam um papel central.

Essa dinâmica engloba diversos momentos históricos, desde a política missionária²⁸ até os projetos do governo português. Esses projetos abrangiam tanto os habitantes indígenas — que já ocupavam esse vasto território — quanto a mão de obra negra. No entanto, muitos desses projetos encontraram obstáculos e fracassaram em determinados momentos, como aponta Rosa Acevedo Marin²⁹, quando busca compreender o processo nas plantações da agricultura em rios da Amazônia.

No século XVIII, os portugueses planejaram uma ambiciosa iniciativa agrícola na Amazônia, focada no cultivo de arroz. Entre 1752 e 1754, Macapá e Mazagão foram incluídos

²⁷ GOMES, Carlos Valério Aguiar. **Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas**. Boletim do Museu Paraense. Emílio Goeldi. Cienc. Humanas. 13 (1) Jan-Abr, 2018.

²⁸ Para um balanço das missões na Amazônia colonial, ver LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999. p 25-42; CARRERA Antônio. **As companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba**. Lisboa: Presença, 1983 [1ª Edição de 1969]; DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. Belém: UFPA, 1970, 2 v, dentre outros.

²⁹ Ver MARIN, Rosa Acevedo. **Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial**. Novos Cadernos Naea, v. 8, n. 1, 2005, p. 73-114.

no projeto, com a chegada de colonos açorianos patrocinados pela Companhia do Comércio. A autora Rosa Acevedo Marín destaca que, apesar da produção de arroz ter sido bem-sucedida em alguns momentos, o projeto não prosperou. Isso se deveu, em parte, aos preços desestimulantes do arroz nos primeiros anos de produção e à falta de liberdade dos lavradores para comercializar seus produtos.

Os lavradores enfrentaram a pressão dos transportadores e comerciantes, que controlavam as máquinas de beneficiamento do arroz, levando-os a acumular dívidas e a viver em condições de miséria. Essa narrativa destaca a complexidade e a riqueza da história da Amazônia. O Estado desempenha um papel direto nesse processo, criando projetos que beneficiam estes trabalhadores em detrimento do bem-estar da região.

No entanto, as atividades econômicas dos moradores que viviam em locais às margens dos rios não se limitavam à agricultura; eles também realizavam várias outras atividades. Pode-se observar que:

A colonização da várzea e das margens dos rios foi fundamental à dominação imperial portuguesa. Além das missões, colonos portugueses e brasileiros estabeleceram fazendas de vários tipos. Em termos econômicos, esses indivíduos eram camponeses que ganhavam a vida por meio de diferentes atividades, como a pesca, a criação de animais, a caça e a agricultura³⁰.

Esse trecho destaca a diversidade de meios de subsistência dos habitantes das margens dos rios, que incluíam não apenas a agricultura, mas também a pesca, a criação de animais e outras atividades econômicas. A colonização dessas áreas teve papel de destaque na expansão do império português e na formação da sociedade local.

A pesca é sem dúvida, um recurso natural explorado pelas comunidades, servindo tanto para a subsistência quanto para a comercialização. A pesca se destaca como um dos principais sustentáculos da economia na região amazônica, e por conseguinte constitui a base alimentar dessas pessoas.

Desde os primórdios da ocupação da Amazônia, a pesca desempenhou um papel fundamental como fonte de alimento — é o que nos diz a historiadora Ana Laura dos Santos Sena³¹. Para ela, os produtos provenientes das pescarias eram essenciais na dieta dos povos indígenas, complementando a caça, a coleta e o cultivo de vegetais específicos. Os indígenas desenvolveram diversas técnicas de captura e conservação das espécies aquáticas, que posteriormente foram adotadas pelos colonizadores europeus durante a exploração da região.

³⁰ HARRIS, Mark. 2017, p. 55

³¹ SENA, Ana Laura dos Santos. **Trabalho e Trabalhadores da pesca industrial**: face à metamorfose do capital. Belém, NAEA, 2006, p. 67.

A diversidade de recursos alimentares disponíveis permitiu a realização de expedições exploratórias na Amazônia. A pesca, juntamente com a caça, desempenhou uma função importante no abastecimento dessas viagens. A presença de diferentes tipos de produtos alimentícios viabilizou a identificação e a exploração dos recursos naturais na região. Vale ressaltar que, embora a caça também fosse relevante, a pesca foi a principal fonte de provisão alimentar para os participantes dessas expedições exploratórias

Lourdes Gonçalves Furtado³² destaca que as potencialidades pesqueiras da Amazônia são notáveis, graças à variabilidade ictiológica revelada pelas constantes pescarias na região. A Fazenda Real, reconhecendo essa riqueza, organizou os chamados pesqueiros reais, com o objetivo de explorar as áreas mais produtivas em termos de pesca.

O pescado capturado foi empregado para diversos fins: serviu como provisão de alimentos para a manutenção das tropas militares, foi fornecido para obras civis e militares e para certos serviços públicos, e, ainda, foi utilizado como forma de pagamento de propinas e salários aos funcionários do governo.

O desenvolvimento dessas atividades pesqueiras está intrinsecamente ligado ao modo de vida das populações amazônicas e à manutenção do território pesqueiro, o qual inclui a utilização de técnicas de pesca. Essas técnicas demonstram o profundo conhecimento e a habilidade dos povos indígenas em utilizar recursos naturais como forma de sua subsistência e sobrevivência na região amazônica.

Tradicionalmente, as técnicas empregadas pelos povos indígenas serviram de base para a pesca na Amazônia. Segundo Alexandre Rodrigues Ferreira³³, muitas dessas técnicas foram amplamente adotadas pela população do interior amazônico. Entre elas, destacam-se: a tapagem de rio (que consistia em bloquear temporariamente o fluxo de um rio ou riacho para facilitar a captura de peixes), a palheta (era um dispositivo usado para lançar flechas sobre os peixes durante a pesca) e a narcotização (os indígenas conseguiam narcotizar os peixes através da maceração de plantas venenosas, como o timbó, o cururu-timbó e o as-tacu. Essas substâncias eram lançadas na água para atordoar os peixes, facilitando sua captura.

É fundamental compreender essa relação entre a pesca, as técnicas de captura feitas pelos indígenas e sua continuidade e aprimoramento por pescadores artesanais na Amazônia, que cria uma conexão ancestral. Essa conexão ancestral com a natureza e com a pesca é um

³² FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pesca artesanal**: um delineamento de sua história no Pará. Boletim do museu paraense Emílio Goeldi. Belém, 1981.p.08

³³ Ver FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Rio de Janeiro.** Conselho Federal de Cultura. 1972.p. 90. (Memórias Zoologia).

tesouro a ser preservado. À medida que enfrentamos os desafios da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, é essencial lembrar que a Amazônia não é apenas uma floresta, mas também o lar de pessoas cujas vidas estão entrelaçadas com suas águas e matas.

Os amazônidas, ao longo dos milênios, estabeleceram uma simbiose com a natureza que os conecta aos rios, igarapés e lagos. Essa relação é notável nas diversas culturas indígenas, ribeirinhas e urbanas da Amazônia, que sustentam suas vidas de maneiras multifacetadas. Eles dependem dos recursos naturais para alimentação, medicina, rituais e preservação de sua identidade cultural. A pesca, a coleta de frutas e a caça são práticas essenciais para sua subsistência.

Porém, esse espaço também é objeto de disputa do grande capital, abarcando a expansão da mineração, do agronegócio (pecuária, soja, eucalipto), de empreendimentos energéticos – é o que vai ser explicado neste trabalho – e outros interesses econômicos. Tais projetos geram impactos e conflitos na região de diferentes formas, frequentemente utilizando os recursos hídricos dos rios amazônicos. Portanto, a preservação desse ecossistema e o respeito às comunidades tradicionais são desafios cruciais para garantir um futuro sustentável para a região.

Esse envolvimento cria uma parceria que resulta na concentração de terras, na exploração de recursos naturais para fins de exportação — gerando novos e variados lucros — além de provocar conflitos por terras e água e ainda causar impactos de cunho social, territorial, ambiental, dentre outros. Tais empreendimentos não consideram a importância da floresta e dos rios para os amazônidas. Ademais, as riquezas da região continuam sendo levadas para fora do seu território, uma prática utilizada desde os tempos coloniais.

Caio Prado Jr., ao analisar a colonização do Brasil, destacou que seu propósito era produzir matéria-prima para o mercado europeu. Essa abordagem moldou uma forma específica de ver, sentir e compreender o mundo natural.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos”³⁴.

³⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. (1953). **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 17

O autor apresenta o “sentido” da colonização como uma colônia de exploração, predominantemente voltada para o exterior. O ambiente natural era explorado com objetivos mercantis, tornando-se parte integrante do processo produtivo e transformando-se em um bem de capital.

Violeta Loureiro³⁵ nos leva a compreender que a Amazônia tem sido marcada por uma trajetória de perdas e danos desde a chegada dos primeiros europeus até os dias atuais. Ela observa que a Amazônia sempre foi mais rentável — e, portanto, mais útil economicamente — para a Metrópole no passado e, atualmente, para a Federação, do que para a própria região. No período colonial, a Amazônia era vista como um lugar com um bom estoque de índios, que eram utilizados como escravos, conforme relatado pelos cronistas da época.

A região foi uma fonte de lucros durante o período das “drogas do sertão”, enriquecendo a Metrópole. Segundo Loureiro, os deltas fluviais eram ideais para o cultivo de alimentos básicos. Os colonizadores estabeleceram plantações às margens dos rios, aproveitando a fertilidade do solo e a abundância de água. Culturas como cacau, borracha, açaí e café prosperaram nas áreas ribeirinhas. Os rios funcionavam como artérias que transportavam esses produtos para os mercados internacionais.

Posteriormente, a Amazônia tornou-se a maior produtora e exportadora de borracha, alcançando grande rentabilidade em determinada fase. Durante a Segunda Guerra Mundial, a região desempenhou um papel fundamental ao intensificar a produção de borracha destinada às tropas e equipamentos dos Aliados. No entanto, Loureiro destaca que é nos tempos mais recentes que a Amazônia tem sido ainda mais explorada.

A região também serviu como fonte de ouro, como no caso de Serra Pelada, que contribuiu para o pagamento de parte da dívida nacional. Contudo, a única lembrança deixada na região pela exploração do ouro foram as impactantes imagens fotográficas que circularam pelo mundo, mostrando as condições desumanas de trabalho vivenciadas pelos homens no garimpo.

A Amazônia atua como geradora de energia elétrica que é exportada para outras regiões do Brasil e para grandes projetos, os quais consomem a preços subsidiados, enquanto os moradores locais pagam preços mais elevados pela mesma energia³⁶. Com essa visão, os modelos de desenvolvimento econômico e social trazidos para a Amazônia beneficiaram o restante do país.

³⁵ Consultar: LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. *Amazônia Brasileira*. Estud. av. 16 (45) ago. 2002.

³⁶ *Op. Cit.* p. 107

Dessa forma, a Amazônia tem perdido, paradoxalmente, sua exuberância e sua riqueza, promovendo o desenraizamento do homem e causando danos à natureza. Infelizmente, os objetivos propostos não foram alcançados, e a região se tornou um espaço marcado por conflitos no campo, miséria urbana e desperdício de recursos naturais.

O autor Sidney Lobato³⁷ apresenta uma análise crítica do pensamento nacionalista autoritário e sua influência em relação à Amazônia. Ele destaca a visão simplista e desoladora que esses apologistas têm da região e de seus habitantes, atribuindo o atraso da Amazônia à escassez de presença humana e à submissão secular do homem à natureza.

Os apologistas do pensamento nacionalista autoritário afirmavam que o atraso da Amazônia derivava de dois aspectos: primeiro, da presença rarefeita do homem nesta imensa região; e, segundo, da secular submissão deste homem em relação à natureza. O extrativismo, o nomadismo e o endêmico impaludismo eram apresentados como estigmas daqueles que, além de embrenhados nas florestas, estavam rendidos pelo gigantismo das forças naturais. Essa visão desoladora (que nos foi apresentada por numerosas e diversas fontes) simplifica e retrata a experiência extremamente complexa e, em muitos aspectos, vitoriosa de homens e mulheres que descobriram, num longo contato com o meio natural, como, a partir dele, produzir o necessário para a vida. Se para o ribeirinho agroextrativista, a natureza era (e é) uma aliada vital, para os arautos da modernidade, ela era uma inimiga a ser derrotada e domesticada. E esta derrota poderia advir somente de emprego do trabalho tecnicamente orientado. A modernidade na Amazônia como alhures - deveria ter como base a ética do trabalho disciplinado, gerador de um novo homem (aquele divorciado da natureza)³⁸.

Sidney Lobato ressalta a complexidade e a resiliência dos habitantes da floresta, desafiando a visão simplista que muitas vezes é apresentada. Essa perspectiva é particularmente relevante quando consideramos os impactos da exploração econômica e social da Amazônia.

Embora essa exploração tenha trazido benefícios para o país como um todo, ela também resultou em danos significativos à região e aos seus habitantes. A perda da exuberância natural da Amazônia e o desenraizamento de seu povo são consequências diretas desses modelos de desenvolvimento. Portanto, a análise de Lobato serve como um lembrete importante da necessidade de abordagens mais sustentáveis e respeitosas para o desenvolvimento na região.

A importância dos rios amazônicos transcende seu valor como mera fonte de recursos materiais. Eles são um símbolo de pertencimento e respeito para os ribeirinhos, cujas vidas estão intrinsecamente ligadas a eles. A preservação dessas águas é, portanto, central para a

³⁷ LOBATO, Sidney. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). 1ª ed. Belém- PA: Paka-Tatu, 2019.

³⁸ Op Cit, p. 61

manutenção de sua história e modo de vida. Essa compreensão reforça a visão de Lobato, segundo a qual a relação entre o homem e a natureza na Amazônia é complexa em muitos aspectos, não podendo ser reduzida a simples questões de exploração econômica.

Do mesmo modo, os rios desempenham um papel fundamental na vida das pessoas que habitam a região Amazônica. Essa vasta rede de rios e corpos d'água é intrínseca à existência dessas comunidades. Para as pescadoras, essa conexão é inquebrantável. O rio não é apenas uma via de transporte, mas, é sua *estrada*, a essência de sua identidade, o território que as sustenta e a fonte de suas experiências de vida.

A sobrevivência dessas mulheres está entrelaçada com as águas que fluem, e cada ondulação carrega consigo histórias, tradições e a força resiliente dessas guerreiras das águas³⁹. Entre essas vozes, destaca-se a de Nicinha — mãe, pescadora e militante do MAB Rondônia, assassinada em 2016⁴⁰.

Nilce de Souza Magalhães, conhecida carinhosamente como Nicinha, foi uma mulher forte e determinada. Como líder na luta pelos direitos das famílias impactadas pela usina de Jirau, parte do complexo do Madeira, Nicinha enfrentou a apropriação do território e dos recursos por empresas privadas internacionais que controlam o consórcio. Com a expectativa de gerar mais de 70 bilhões de reais em lucro nos próximos 30 anos, a maior parte desses valores tende a ser destinada aos acionistas estrangeiros.

O consórcio, no entanto, ignora inúmeras famílias atingidas, especialmente pescadores e ribeirinhos, em um contexto de violação dos direitos humanos agravado pela ausência de uma

³⁹ OLIVEIRA, Elane Conceição de. **A Importância dos rios para os povos da Amazônia**. In: Anais do SICASA e ANPPAS Amazônia. Anais Manaus (AM) UFAM/ANPPAS, 2016.

⁴⁰ O caso da morte de Nilce de Souza Magalhães, conhecida como Nicinha, começou com seu desaparecimento em 7 de janeiro de 2016, quando foi vista pela última vez em uma ilha no reservatório da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Rondônia. Sem que seu corpo fosse encontrado, as investigações iniciais levaram à acusação de três indivíduos: Edione Pessoa da Silva, por homicídio, e Oziel Pessoa Figueiredo e Leonardo Batista da Silva, por ocultação de cadáver. Os acusados confessaram que Nicinha foi assassinada com disparos de uma espingarda e que seu corpo foi jogado no rio Mutum. No entanto, surgiram contradições nas versões deles, especialmente em relação aos horários e ao que ocorreu no local do crime. A cena apresentava indícios de luta, como manchas de sangue e objetos pessoais da vítima, o que contradiz a narrativa de uma execução planejada. Além disso, evidências materiais, como facas supostamente manchadas de sangue, não mostraram vestígios humanos. A investigação foi criticada por sua falta de rigor, pois o local do crime não foi adequadamente isolado ou documentado, o que pode ter comprometido a coleta de provas. O acusado de homicídio, Edione, conseguiu fugir da prisão, mas foi recapturado meses depois. A busca pelo corpo de Nicinha continuou, e, após cinco meses, restos mortais foram encontrados, reconhecidos pela família. Contudo, o exame de DNA para confirmar a identidade dos restos ainda não havia sido realizado, levantando preocupações sobre a condução do caso. O Conselho Nacional de Direitos Humanos recomendou que as investigações fossem aprofundadas para esclarecer as motivações e a participação de outros possíveis envolvidos. O caso destaca não apenas a tragédia pessoal da família de Nicinha, mas também questões mais amplas sobre a violência no campo e os impactos da construção da usina hidrelétrica na vida das comunidades ribeirinhas.

Política Nacional dos Direitos dos Atingidos por Barragens (PNAB), que deveria assegurar reparação digna e a permanência das comunidades em seus territórios⁴¹.

Nicinha não se cansava de lutar e nem de narrar suas experiências. Por meio de sua luta junto ao MAB, tornava visíveis as implicações sociais e ambientais das hidrelétricas na região. Para ela, o rio é um ser vivo, que possui suas próprias histórias e mistérios, e sua frase — “No meio da Amazônia existem pessoas. E as pessoas falam. E se não falam, o rio vai falar.” — ressoa como um manifesto.

Essa afirmação sugere que, quando as vozes humanas são silenciadas, o rio começa a ecoar as narrativas esquecidas, mostrando que as vozes da floresta e de seus povos existem e reverberam nas águas, nas árvores e na terra. As águas do rio se tornam o eco da resistência, pressionando por mudanças e trazendo à tona a urgência de uma transformação que respeite a vida em todas as suas formas.

A luta de Nicinha e de tantas mulheres, revela não apenas a interconexão entre suas vidas e o rio, mas também a necessidade de ouvir e valorizar essas vozes, pois nelas reside a sabedoria e a força necessárias para enfrentar os desafios impostos por grandes obras de infraestrutura.

1.2- O Rio Araguari como cenário da pesca

A Amazônia, entre suas muitas características, destaca-se pela predominância hidrográfica de seu território. Seus rios desenhados naturalmente, assemelhando-se a uma espinha dorsal, cuja estrutura curva composta por outros rios, igarapés ou lagos que formam as vértebras ósseas e se conectam em seu curso. Essa vasta rede fluvial desempenha um papel determinante na ocupação, fixação e desenvolvimento da região. É como se os rios fossem as veias pulsantes da Amazônia, irrigando sua vida e sustentando a diversidade que a torna tão singular.

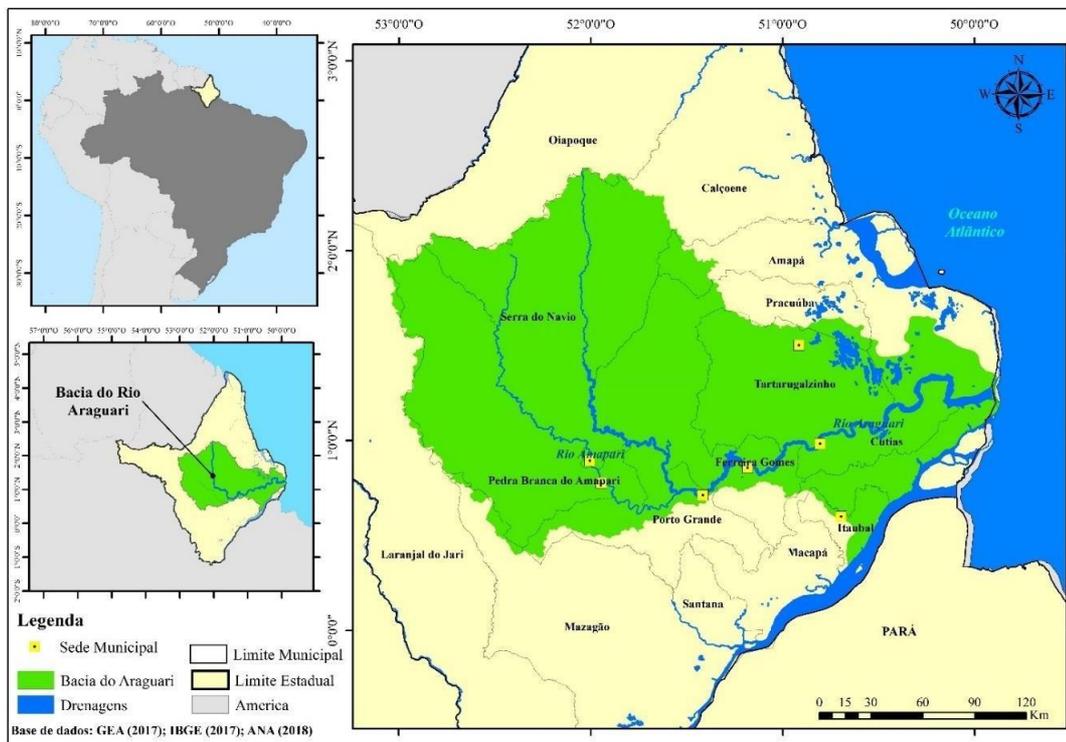
O estado do Amapá está inserido nesse cenário e possui, entre seus rios, um destaque especial para o rio Araguari, com suas águas abundantes e ecossistemas diversificados, configura-se como um verdadeiro universo de possibilidades para a pesca artesanal. Suas margens, repletas de vegetação nativa, abrigam uma rica fauna aquática que sustenta não apenas a biodiversidade, mas também as comunidades que dependem dessa prática ancestral para sua subsistência. A pesca artesanal, distinta da pesca industrial, é caracterizada por técnicas

⁴¹ MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens. **Nicinha: a vida**, a luta e o crime. Rondônia: 2021

sustentáveis e por uma relação íntima entre o pescador e o ambiente, promovendo não apenas o sustento familiar, mas também a preservação das tradições culturais locais.

O Araguari é como uma veia que percorre a paisagem, conectando ecossistemas e sustentando a vida em toda a sua exuberância. Este rio é considerado o curso d'água mais significativo do Amapá. Ele faz parte de uma vasta bacia hidrográfica com o mesmo nome (Araguari), como mostra a figura 3, abrangendo uma extensa e rica floresta tropical que abriga uma biodiversidade colossal.

Figura 3 - Bacia Hidrográfica do Rio Araguari-AP



Fonte: SEMA, 2018

É possível perceber a partir da figura 3, que a Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, a maior do Estado do Amapá, engloba 11 dos 16 municípios do estado. Esses municípios são: Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Itaubal, Pracuúba, Tartarugalzinho, Macapá, Cutias, Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes e Porto Grande. Este estudo foca especificamente nos dois últimos municípios mencionados. A bacia abrange uma área de aproximadamente 45.262 km², o que corresponde a um terço da área total do Estado. O Rio Araguari, que nasce na Serra do Tumucumaque e deságua no Oceano Atlântico, percorre uma extensão de 318 km.

O rio Araguari é alimentado por dois afluentes principais:

1. Rio Amapari: É o maior em volume de água e contribui com aproximadamente 1/3 da vazão do rio Araguari.

Os rios Araguari e Amapari emergem como importantes rotas de acesso para a exploração do manganês. A jornada pelo rio Araguari até as corredeiras do rio Amapari foi decisiva para a descoberta desse mineral. Juntos, os rios Amapari e Araguari contam a história da exploração do manganês no estado do Amapá.

De acordo com Adalberto Paz, foi durante a navegação no rio Araguari, quando Mário Cruz e sua tripulação, a bordo de um regatão, usaram algumas pedras negras como lastro para estabilizar a embarcação em meio a uma tempestade, que a mineração industrial na Amazônia teve seu início. As pedras utilizadas por Mário Cruz eram, na verdade, manganês. Esse evento marcou o início da exploração do manganês na Serra do Navio, sob a responsabilidade da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI)⁴².

2- Rio Falsino: É o segundo maior afluente, contribuindo com cerca de 1/4 da vazão do rio Araguari, antes de se encontrar com o rio Amapari.

A relação entre o rio Falsino e o rio Araguari está ligada à Floresta Nacional (Flona) do Amapá e a Floresta Estadual do Amapá (FLOTA), unidades de conservação localizadas na Amazônia oriental. A sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) está localizada na confluência desses dois rios.

A geógrafa Laís Melo Lima⁴³, observa que, devido à localização do ICMBIO na confluência dos rios Araguari e Falsino, surge um novo elemento na relação com os ribeirinhos, especialmente os pescadores e pescadoras artesanais. Essa área, que faz parte de uma zona de amortecimento, está incluída no plano de manejo da instituição como membros integrantes da comunidade.

Durante seu estudo, Laís Melo Lima percebe que os pescadores e pescadoras artesanais têm permissão para pescar dentro da Unidade de Conservação (UC), e após o barramento do rio Araguari pela UHECC, esse local se tornou o mais propício para a realização da pesca.

A bacia hidrográfica do Araguari no estado do Amapá desempenha um papel importante na região, fornecendo recursos hídricos, sustentando a biodiversidade e influenciando o modo de vida das comunidades ribeirinhas. Essa bacia possui uma trajetória fascinante, percorrendo

⁴²Consultar o livro de Adalberto Paz, “Os Mineiros da Floresta: Modernização, Sociabilidade e a Formação do Caboclo-Operário no Início da Mineração Industrial Amazônica”. No primeiro capítulo, ele traz a narrativa da introdução da exploração de manganês na Serra do Navio, no Amapá. A história de Mário Cruz é destacada, que utilizou pedras negras para dar segurança ao regatão após uma tempestade nas corredeiras do rio Amapari (afluente do rio Araguari). Essas pedras negras eram de manganês o que originou a entrada do projeto ICOMI em Serra do Navio. PAZ, Adalberto. **Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica**. Belém: Paka-Tatu, 2014.

⁴³ LIMA, Laís Melo. **Território em transformação: conflitos na pesca artesanal – Araguari, Porto Grande, Amapá, Amazônia**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Belém, 2020, f. 152

várias regiões e municípios, conforme demonstra o Quadro 1, que apresenta a distribuição da bacia hidrográfica: a localização da nascente, o percurso do rio, os municípios com os quais faz divisa e seus principais afluentes.

Quadro 1 – Distribuição da Bacia Hidrográfica do Araguari

Informação	Detalhes
Nascente	Nasce na Serra Lombarda e flui no sentido norte-sul, atravessando toda a extensão da Serra do Navio. Na margem direita, passa por Calçoene e Ferreira Gomes.
Município de Pedra Branca	O rio continua seu curso até encontrar o município de Pedra Branca.
Divisa com Ferreira Gomes e Porto Grande	A partir daí, o rio altera seu curso para nordeste, passando pela sede do município de Porto Grande. Segue em direção à sua foz, correspondendo à divisa entre Tartarugalzinho e Cutias do Araguari.
Afluentes	Ao longo de sua jornada, o rio Araguari é alimentado por vários afluentes: Margem Esquerda: Os rios Falsino, Tartarugal Grande e Tracajatuba. Margem Direita: Os rios Amapari, o furo do Uricurituba, o rio Gurijuba, o rio Pacuí e o rio Piririm.

Fonte: Elaborado pela autora com base no estudo de Alan Nunes Araújo, 2019

Como indicado no Quadro 1, a rede fluvial é fundamental para a paisagem e para as comunidades que residem em suas margens. Sua relevância se destaca tanto pela função fluvial quanto pela capacidade de armazenamento hídrico. O rio Araguari, mais do que um curso d'água, é um ponto de encontro de diferentes culturas e etnias. Suas águas, que conectam pessoas, tradições e histórias, são um testemunho vivo da diversidade e da riqueza multicultural que se entrelaçam ao longo do tempo.

Esse rio, envolto em mistérios, guarda em cada curva e remanso segredos que alimentam a imaginação das comunidades ribeirinhas, transmitindo narrativas que se perpetuam de geração em geração. Como bem expressa a canção de Osmar Júnior⁴⁴, o Araguari transcende o presente. Ele é um rio do passado e encantado, carregando memórias ancestrais e evocando tempos que, embora passados, permanecem vivos na memória coletiva.

⁴⁴ Osmar Júnior, cantor e compositor amapaense e, compôs a música “Tarumã”, que narra a lenda Tarumã no rio Calçoene, mas fala sobre o rio Araguari em uma boa parte da música, quando diz que é um rio encantado e ainda do passado.

Nesse sentido, os autores Pureza e Santos⁴⁵, ao tratarem do mundo encantado do rio Araguari, exposto na canção Tarumã de Osmar Júnior, citam que “há um mundo encantado onde habita o homem e todos os seres que dão vida a cultura e o lugar. Os rios não projetam apenas a realidade de uma bacia hidrográfica, ou um meio de locomoção, mas um espaço onde se constitui uma identidade⁴⁶”.

Contudo os rios não são apenas cursos d’água: eles moldam identidades. O Araguari é um espaço onde se entrelaçam as vidas das pessoas, a fauna, a flora e os mitos. É parte fundamental da cultura e do lugar, um elemento indissociável da identidade daqueles que vivem às suas margens.

A história do rio Araguari reflete interesses fronteiriços. O autor Paulo Cambraia menciona no terceiro capítulo de seu livro⁴⁷, denominado *Expedições e viagens pelas fronteiras das Terras do Cabo do Norte no final do século XVIII*, uma expedição de reconhecimento ao rio Araguari, destacando a importância estratégica deste rio. Nessa ocasião o governador discute os limites territoriais estabelecidos pelo Tratado de Utrecht em 1713, que designava o rio Oiapoque como a fronteira entre os territórios português e francês.

O interesse dos franceses pelo rio Araguari era maior do que o interesse pelo rio Oiapoque, devido à sua proximidade com a desembocadura do Amazonas e à riqueza natural da região, como se pode observar:

o governador do Grão-Pará durante a última década do século XVIII, Francisco de Souza Coutinho, em ofício para o secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, comunica a realização de uma expedição de reconhecimento do rio Araguari, assim como encaminha o diário do oficial encarregado de realizar a expedição. Na apresentação do referido diário, o governador faz algumas considerações sobre a situação dos limites demarcatórios dos territórios Portugal e França. Coutinho pondera que os limites estabelecidos no Tratado de Utrecht, de 1713, que estabelece o rio Oiapoque limite demarcatório entre os dois territórios, não interessava aos franceses, mas sim o rio Araguari, qual ficava bem próximo da desembocadura do Amazonas e possuía um lago imenso e rico em peixes. A riqueza natural e, principalmente, a proximidade da vila de São José de Macapá, conseqüentemente do deságue do Amazonas (ainda segundo o governador), eram os principais interesses dos franceses, dispostos a dominar a navegação praticada pelo rio das Amazonas⁴⁸.

⁴⁵ Ver PUREZA, Benedita Machado. SANTOS, Marco Antonio Moura Dos. FERNANDEZ, Pablo Sebastian Moreira. **A música popular amapaense como elemento de representação do espaço geográfico**: uma leitura sobre paisagem e identidade. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 08, Vol. 06, pp. 138-152. Agosto de 2021.

⁴⁶ Op cit p. 149

⁴⁷ COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Em verdes labirintos**: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1803). 1ª Ed. Belém (PA): Paka-Tatu, 2022.

⁴⁸ Op Cit p.193.

A localização estratégica do rio Araguari e sua riqueza natural tornaram-no um ponto de interesse para os franceses, que estavam dispostos a dominar a navegação no rio Amazonas. Isso evidencia a importância dos recursos naturais e da geografia na definição das políticas coloniais e das disputas territoriais.

Outra característica marcante na história do rio Araguari é a rica ocupação humana em seu território, evidenciada pelos sítios arqueológicos e pela variedade de artefatos encontrados, como cerâmicas, sítios líticos ao ar livre, sítios de terra preta e ferramentas que marcam a história indígena antiga do local.

A Portaria nº 230/2002, publicada em 1º de dezembro de 2002 pelo IPHAN, destaca a importância da preservação do patrimônio arqueológico, especialmente em áreas suscetíveis a intervenções humanas, como a mineração e a construção de hidrelétricas. Esse regulamento não apenas estabelece a necessidade de estudos de impacto ambiental, mas também enfatiza a realização de levantamentos arqueológicos prévios para identificar e proteger vestígios do passado que possam ser afetados por esses empreendimentos. Esta portaria estabelece:

- Art. 1: Fases de obtenção de licença prévia (EIA/RIMA)
- Art. 2: Necessidade de levantamento arqueológico prévio em áreas de impacto direto para empreendimentos onde a arqueologia da área é pouco ou não conhecida
- Art. 3: Avaliação dos impactos do empreendimento ao patrimônio arqueológico regional com base em diagnósticos
- Art. 4: Elaboração de programas de prospecção e de resgate compatíveis com o cronograma das obras a partir dos diagnósticos e avaliação de impactos

Nesse contexto, a história da população ribeirinha do médio rio Araguari está associada à fase/estilo Koriabo⁴⁹, evidenciada pelos conjuntos de cerâmicas e artefatos encontrados durante os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) na atuação de empreendimentos de mineradoras na área, bem como da construção de projetos hidrelétricos na região. Com isso surgiu a necessidade de resgate arqueológico, bem como a oportunidade de conhecer melhor essa região através de projetos de arqueologia preventiva.

⁴⁹ Essa informação encontrei como nota em uma foto de Mauricio de Paiva na revista National Geographic, com a seguinte anotação: “Cacos cerâmicos e líticos expostos na casa do casal Ivonete de Melo Pantoja e Erivaldo Silva Tavares, em Porto Grande, ao norte de Macapá. Os dois guardam as peças arqueológicas, contendo vasilhas Koriabo, encontradas em seu terreno, às margens do Araguari – uma prática, como a construção de discursos próprios sobre cada artefato, cada vez mais comum entre ribeirinhos na Amazônia.” PAIVA, Mauricio de, SALDANHA, João. **Do Caribe ao Xingu** – Amapá guarda vestígios do processo de ocupação da Amazônia. Revista National Geographic, 8 de jul. de 2021, 17:00 BRT. <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2025/01/qual-e-a-melhor-forma-de-tomar-banho-como-a-humanidade-trocou-os-banhos-coletivos-por-chuveiros> acesso em 15 de março de 2024.

O livro *O Quebra-Cabeça Koriabo*, do autor Bruno de Pierro⁵⁰, reúne evidências de que um estilo cerâmico pré-colombiano, conhecido como cerâmica koriabo, estava presente entre povos indígenas do Caribe até o baixo Amazonas. Pesquisas realizadas em colaboração entre Brasil, Guianas e Caribe revelaram uma ampla distribuição geográfica desse estilo cerâmico. A maioria dos sítios arqueológicos onde a cerâmica foi encontrada está localizada ao longo de grandes rios, sugerindo que as conexões entre aldeias, por meio de cursos d'água, facilitaram a disseminação da cerâmica koriabo na região do baixo Amazonas.

Segundo a autora Mariana Petry Cabral, em seu artigo *Juntando Cacos: uma reflexão sobre a classificação da fase Koriabo no Amapá*⁵¹, novas pesquisas no Amapá revelaram conjuntos cerâmicos que apresentam características típicas da Fase Koriabo, com decoração distintiva. No entanto, a autora propõe uma reflexão sobre a aplicação do termo "Koriabo" em contextos contemporâneos.

Durante escavações relacionadas a projetos de mineração e construção, foram registrados diversos sítios arqueológicos, nos quais se observaram estruturas habitacionais e funerárias. A cerâmica Koriabo foi identificada em contextos variados, incluindo depósitos funerários, mas, frequentemente separada das vasilhas domésticas não decoradas.

Um caso significativo ocorreu no sítio Laranjal do Jari, onde escavações revelaram uma rica coleção de cerâmica e ferramentas líticas, destacando, novamente, a distinção entre os conjuntos cerâmicos decorados e os não decorados. A primeira expedição arqueológica na Terra Indígena Wajãpi em 2009 revelou fragmentos cerâmicos com padrões Koriabo, indicando a continuidade cultural na região, mesmo entre os grupos indígenas contemporâneos. Esses achados ressaltam a complexidade das interações culturais e a necessidade de uma análise cuidadosa ao classificar novos contextos arqueológicos sob a Fase Koriabo.

No contexto do médio Rio Araguari, a fase/estilo Koriabo se destaca como um importante ponto de referência na história da ocupação da Amazônia. Os fragmentos de cerâmica Koriabo, presentes na Figura 4, foram encontrados na propriedade de Seu Nena e Dona Nete, um casal de pescadores. Esses fragmentos não são apenas artefatos, mas representam a memória e a cultura de grupos indígenas que habitaram a região entre os séculos X e XV d.C. A descoberta desses cacos de cerâmica durante uma atividade cotidiana, como o cultivo de mandioca, ressalta a interconexão entre o passado e as práticas contemporâneas da população local.

⁵⁰ PIERRO, Bruno. **O Quebra-Cabeça Koriabo**. Edição 307, set de 2021

⁵¹ CABRAL, Mariana Petry. **Juntando cacos: uma reflexão sobre a classificação da fase Koriabo no Amapá** Revista de Antropologia: Periódico UFPA Amazônica 3 (1): 88-106, 2011

O terreno está localizado entre os sítios arqueológicos encontrados na margem do Araguari, sendo parte do projeto de levantamento arqueológico na área de estudo pela Empresa de Mineração Pedra Branca do Amapari (MPBA)⁵². Os projetos de arqueologia preventiva, como os realizados pela empresa MPBA, não apenas visam cumprir o que rege a Portaria nº 230/2002 do IPHAN, voltadas à preservação do patrimônio, mas também oferecem uma oportunidade valiosa para a educação e o engajamento da comunidade local. Por meio dessas iniciativas, é possível promover um maior entendimento sobre a história e a cultura que moldaram a região, fortalecendo o vínculo entre os moradores e seu patrimônio cultural.

Para Seu Nena e Dona Nete, a curiosidade sobre a origem dos objetos que encontraram é um reflexo do desejo de compreender suas raízes e a história que precede a sua própria vivência. A ligação emocional que mantém com esses artefatos — que fazem parte de sua memória afetiva — que guardam entre seus pertences, sublinha a importância da arqueologia como um meio de conectar comunidades contemporâneas com seus antepassados.

Figura 4 - Cacos de cerâmica Koriabo encontradas no médio rio Araguari



Fonte: Fotografia particular do sr. Erivaldo Tavares, 2024

⁵² O arqueólogo Edinaldo Pinheiro Nunes Filho trata em sua tese de doutorado sobre o estudo arqueológico da empresa MPBA. NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. **Condições Ecológicas de Ocupação Humana na Região do Amapari no período Pré-colonial**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

A autora Márcia Bezerra⁵³ propõe uma reflexão sobre como as histórias e memórias associadas ao patrimônio arqueológico influenciam a percepção contemporânea dos objetos do passado. Ele enfatiza que esses artefatos não são apenas vestígios, mas sim elementos vivos que conectam passado e presente. Ela nos convida a compreender outras relações que se constroem no presente com os vestígios do passado, estabelecendo diálogos que transcendem a própria arqueologia.

O objeto é visto como um elemento vivo, que se manifesta nas narrativas memoriais. Seu argumento demonstra que os processos de deterioração e utilização das estruturas são componentes intrínsecos da trajetória de vida. A abordagem puramente preservacionista, ao desconsiderar a vida social e cotidiana desses objetos, limita nossas percepções contemporâneas sobre eles. Isso nos impede de reconhecer que os artefatos do passado têm histórias para contar sobre a vida das pessoas no presente⁵⁴.

Além de sua importância histórica, o rio Araguari desempenha um papel fundamental na subsistência dos moradores locais. É uma fonte indispensável para a comunidade e está diretamente ligado a diversas atividades econômicas, tais como a agricultura, a caça e, principalmente, a pesca artesanal, dentre outras. A água que percorre o rio é mais do que uma simples correnteza. Ela representa uma ligação imprescindível entre o visível e o invisível, o tangível e o místico, desempenhando uma função essencial na vida das comunidades locais e na manutenção dos ecossistemas. Compreender a importância dessa água do rio Araguari, sua cor, a qualidade e sua utilização etc., não é a mesma em todo seu percurso, onde este divide-se em alto, médio e baixo.

O alto rio Araguari flui através de áreas de vegetação de floresta de terra firme, destacando-se por suas águas escuras, resultado do processo de lixiviação da abundante matéria orgânica presente nos solos do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque⁵⁵. Nesse

⁵³ Ver: BEZERRA, Márcia. **Teto e Afeto**: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. Belém: GKNoronha, 2017

⁵⁴ *Op cit.*

⁵⁵ Ver: CUNHA, A. C.; CUNHA, H. F. A. PINHEIRO, L. A. R. **Modelagem e simulação do escoamento e dispersão sazonais de agentes passivos no rio Araguari-AP**: cenários para o AHE Ferreira Gomes-Amapá/Brasil. Revista Brasileira

percurso do rio, encontram-se duas florestas: a FLONA⁵⁶ e a FLOTA⁵⁷. A presença dessas florestas ao longo das margens do rio forma o habitat para manter a diversidade da fauna.

O médio rio Araguari, que atravessa o município de Porto Grande, caracteriza-se por ser uma região frequentemente explorada para a extração de seixos e areia, situando-se sobre um embasamento cristalino. Nesse trecho, localizam-se três empreendimentos hidrelétricos, são eles: a Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes, a Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes e a Usina Hidrelétrica do Caldeirão.

Por outro lado, o baixo rio Araguari é composto por sedimentos não consolidados, o que provoca uma mudança na coloração do rio. Enquanto a água do alto rio Araguari é escura, a do baixo rio Araguari é mais clara em um trecho do rio e escura em outro trecho. Essa diferença na cor da água é influenciada pelos materiais em suspensão e pela composição do leito do rio. Um destaque para a existência da atividade nesse trecho do rio é a cultura bubalina⁵⁸.

Durante a década de 2010, tornou-se evidente que o rio Araguari apresentava uma diminuição preocupante em seu nível hídrico, especialmente nos períodos de estiagem. Essa diminuição, observada em épocas nas quais os níveis de água deveriam estar adequados para suprir as necessidades da população, foi atribuída, principalmente, a duas causas. A primeira refere-se ao descarte de efluentes urbanos sem o devido tratamento nas águas do rio. A segunda diz respeito à presença de empreendimentos energéticos ao longo de seu curso principal. Esses fatores combinados resultaram em uma situação crítica para o rio Araguari⁵⁹.

Um morador do município de Porto Grande manifestou sua preocupação por meio de um site de notícias (blog) publicado pela jornalista Alcilene Cavalcante, em matéria sobre a construção da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão e seu Estudo de Impacto Ambiental durante o seu processo de licenciamento. O morador demonstrava inquietação com a construção do empreendimento e suas possíveis consequências para o rio Araguari.

⁵⁶ Criada em 1989, a Floresta Nacional do Amapá está localizada no centro do estado, e possui uma área de aproximadamente 460.000 hectares. É a Unidade de Conservação (UC) Federal mais próxima da capital, Macapá. Além da conservação da floresta, dos animais, rios e igarapés, a Flona do Amapá tem como objetivo promover benefícios às pessoas que moram nela e no seu entorno pelo uso sustentável dos recursos naturais. Entre as atividades possíveis, estão o manejo florestal sustentável, a pesca e o turismo, além da pesquisa e educação ambiental.

⁵⁷ A Floresta Estadual do Amapá ou Flota/AP é uma área de floresta nativa, decretada como Unidade de Conservação em 2006, com a finalidade de fomentar o uso sustentável dos recursos florestais no estado do Amapá, visando à exploração dos produtos madeireiros e não madeireiros de forma racional (sustentável).

⁵⁸ BRITO, Dáimio Chaves et all, **Qualidade da água do rio Araguari no Amapá antes dos impactos da construção e operação de duas usinas hidrelétricas**. ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 18, n. 49, maio-ago. VI FISA, 2024. Pp. 247-273

⁵⁹ BÁRBARA, Vinícius Fagundes, CUNHA, Alan Cavalcanti da, RODRIGUES, Aline Sueli de Lima, SIQUEIRA, Eduardo Queija de. **Monitoramento sazonal da qualidade da água do rio Araguari/AP**. Revista Biociências, UNITAU. Volume 16, número 1, 2010.

É um absurdo o que estão tentando fazer com o Rio Araguari. Para quem não conhece, o trecho a ser inundado é um dos mais bonitos do Rio!! E a natureza? E a população de Porto Grande? Nessa hora nada importa, somente o dinheiro que alguns irão ganhar!⁶⁰

A preocupação torna-se clara quando entendemos que, para os moradores de Porto Grande e região, o banho de rio é uma atividade comum, como a recreação nas praias do rio e os passeios de barco. Na cidade de Porto Grande, o Rio Araguari é mais calmo em comparação com seu curso superior, proporcionando à população mais oportunidades de lazer em suas águas.

No entanto, ao observarmos o rio Araguari no percurso do lago artificial da UHECC, a paisagem revela uma floresta reduzida a uma linha cinzenta, interrompida por árvores mortas — conhecidas como paliteiras. Esse cenário desolador repete-se ao longo do curso médio do rio, confirmando os alertas de moradores que já foram citados em outros registros, como o do blog citado anteriormente. A instalação e operação desses empreendimentos tem ocasionado diversos problemas ambientais, entre eles: a alteração dos componentes químicos, físicos e biológicos da água; o intenso desmatamento de florestas e o assoreamento de corpos d'água; a diminuição da vazão do rio e a interferência nos ciclos reprodutivos dos peixes, resultando em sua diminuição em quantidade.

Ao discutir empreendimentos energéticos, é inevitável mencionar a preocupação com os níveis de água, pois essas empresas são responsáveis pela exploração hídrica. Sendo esta, uma atividade de grande impacto ambiental, está intrinsecamente ligada à economia das regiões que abrigam os reservatórios das usinas hidrelétricas. O manejo impróprio da água pode levar à escassez, poluição e impactos adversos no ecossistema aquático⁶¹.

A construção de UHEs provoca uma modificação local nas condições ambientais, transformando um ambiente de correnteza, caracterizado por alta concentração de oxigênio, em um ambiente lântico ou semi-lântico, além de submergir cachoeiras que atuam como filtros naturais. Essa mudança compromete a conectividade entre os sistemas a montante e a jusante. Por um lado, isso gera impactos relacionados à restrição da conectividade de espécies que dependem da bacia para completar seu ciclo de vida. Ademais, a implementação de sistemas de

⁶⁰ Comentário de Kleber Khayat sobre o texto de Marcos Antônio Chagas sobre a construção da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão no rio Araguari no blog da Alcilene Cavalcante. Ver: CHAGAS, Marco Antonio. **Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão**. Alcilene Cavalcante: Repiquete no meio do mundo (blog). Macapá, 23 ago. de 2011. Disponível em: < [Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão - Repiquete no Meio do Mundo \(alcilenecavalcante.com.br\)](http://hidreltrica.cachoeira.caldeirao-repique.com.br) >. Acesso em: 30 de julho de 2023 às 19h.

⁶¹ PALHARES, José Mauro. **Uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do rio Tamandua nos municípios de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu – PR**. Observatório geográfico América latina – EGAL. Foz do Iguaçu, 2012.

transposição, que não replicam as funções de filtragem ambiental, não promove uma migração eficaz das espécies, facilitando a invasão de espécies indesejadas.

1.3 - O rio e a mulher na Pesca

Os rios da Amazônia e o regime das águas são características peculiares da região, e, como tais, são essenciais para a sobrevivência dos povos que aqui habitam. Tanto é que se costuma dizer que *os rios são nossas estradas*, nosso meio de transporte para mobilidade e escoamento de produção e desenvolvimento da economia amazônica⁶².

A pesca, enquanto prática alimentar e modo de subsistência, esteve presente desde a gênese do processo de ocupação da Amazônia, pois a dieta alimentar dos indígenas tinha como importante produto, a pesca, aliada a outros alimentos, tais como: a caça, a coleta e a plantação de determinados vegetais. O desenvolvimento de inúmeras técnicas de captura e aproveitamento das espécies pescadas pelos indígenas foram utilizadas pelos colonizadores que desbravaram a região amazônica.

A presença de vários tipos de produtos que poderiam ser utilizados na alimentação dos viajantes foi muito importante, pois possibilitou a realização de viagens de exploração do território amazônico que visavam identificar recursos naturais que pudessem ser explorados. A pesca (embora a caça também tivesse importância) constituiu a principal fonte de provisão alimentar das pessoas que participaram dessas expedições de exploração⁶³.

Durante as expedições de exploração na Amazônia, os alimentos provenientes da pesca foram recursos essenciais para a subsistência. Os viajantes dependiam desses recursos naturais para sua subsistência. A pesca, juntamente com a caça, constituía a principal fonte de provisão alimentar durante essas jornadas de descoberta, sendo não apenas sustentava as comunidades locais, mas também possibilitava a exploração e o conhecimento das vastas riquezas naturais da Amazônia

O antropólogo Carlos Emanuel⁶⁴ oferece uma perspectiva interessante sobre o papel dos pescadores nesse contexto. Ele destaca que os pescadores não são apenas narradores de histórias sobre os ambientes e as atividades; eles também são personagens dessas histórias. Esses

⁶² LIMA, Carla Oliveira de. **Historiografia social da Amazônia e história ambiental**: um breve balanço. Revista do Lhiste, Porto Alegre, n.6, vol.4, jan/dez. 2017

⁶³ Ver SENA, Ana Laura dos Santos. **Trabalho e trabalhadores da pesca industrial**: face à metamorfose do capital. Belém, NAEA, 2006, p 67.

⁶⁴ SAUTCHUK. Carlos Emanuel. **O Arpão e o Anzol**: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriçu, Amapá), Brasília. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, dez. de 2007.

pescadores se relacionam com os elementos do mar, integram-se às temporalidades e apresentam propriedades e características particulares, associadas a cada atividade.

As histórias não se limitam apenas aos pescadores, mas também são construídas a partir de suas experiências. Por exemplo, quando se fala sobre a pesca marítima em meio a um temporal ou sobre uma avaria mecânica na navegação costeira, enaltece-se a coragem e a habilidade desses pescadores. Eles enfrentam desafios, como lidar com anzóis sob chuva ou saltar na água para realizar um reparo⁶⁵. Essa visão ampliada reconhece a complexidade e a riqueza das experiências dos pescadores, indo além das meras narrativas e incluindo suas próprias vivências e ações⁶⁶.

Essa abordagem antropológica amplia a compreensão de enxergar tanto os pescadores quanto as pescadoras que estão não apenas como observadores, mas como protagonistas ativos em suas histórias e no ambiente da pesca. Suas habilidades, coragem e resiliência são fundamentais para o sucesso dessa atividade tão ligada à água. Ela permite refletir sobre as interseções entre economia, meio ambiente, história das mulheres e narrativas culturais, na região amazônica.

A compreensão dessas interseções pode fornecer uma visão mais profunda das dinâmicas socioeconômicas e culturais na região, e pode ajudar a informar políticas e práticas que promovam a sustentabilidade, a justiça e a dignidade. Por muito tempo, a divisão tradicional do trabalho nas comunidades pesqueiras era rigidamente baseada no gênero: os homens eram predominantemente responsáveis pelas atividades aquáticas, enquanto as mulheres desempenhavam papéis secundários em terra.

Nesse contexto, o ecofeminismo apresenta-se como uma lente crítica para analisar as relações entre a história das mulheres, o meio ambiente e a justiça social. Ao reconhecer o papel indispensável das mulheres na pesca e na conservação da natureza, podemos avançar em direção a uma sociedade mais equitativa e sustentável. Aprofundando essa perspectiva, Enrique Leff ⁶⁷ destaca uma conexão significativa entre a desigualdade de gênero e a exploração da natureza. Ele observa que as mulheres são o grupo social mais vulnerável quando se trata das transformações ambientais.

⁶⁵ Op Cit

⁶⁶ DIEGUES, Antonio Carlos. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Revista de Centro e Investigação em Antropologia vol. 3 (2), 1999. Acesso em 21.03.2024. às 18h.

⁶⁷ LEFF, E. (2015). **Political Ecology**: Latin American Perspective. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 29-64.

Essa análise emerge das discussões sobre as mulheres e do reconhecimento de seu papel na conservação da natureza, que tem sido objeto de diálogo tanto na academia quanto nos movimentos sociais relacionados a questões ambientais. Essa conexão é inegável: as mulheres frequentemente enfrentam barreiras específicas em relação ao acesso à recursos naturais, à tomada de decisões e à participação ativa na gestão ambiental. Aliás, as mulheres são mais afetadas pelos impactos de grandes projetos e outros riscos ambientais, especialmente em países em desenvolvimento.

Para abordar essa questão, é necessário considerar e/ou reconhecer que o papel das mulheres como protagonistas na proteção do meio ambiente é fundamental para alcançar uma sociedade mais justa e sustentável. Em muitas comunidades, as mulheres desempenham funções essenciais relacionadas ao conhecimento tradicional, à biodiversidade e às sementes. Elas têm um papel fundamental na proteção de florestas, rios, lagos e mares, bem como na pesca.

Desde a tecelagem de redes até a captura de peixes, passando pelo comércio e pelo processamento de pescado, as mulheres contribuem significativamente para a sustentabilidade dessas atividades. Portanto, é essencial valorizar e fortalecer o papel das mulheres na gestão ambiental e na pesca artesanal.

As comunidades ribeirinhas apresentam uma relação única e intrincada com seu ambiente de trabalho e com a natureza. Sua subsistência e modo de vida estão intimamente ligados ao rio e à pesca. A análise dessas relações pode revelar insights valiosos sobre suas experiências, dignidade e as narrativas que surgem desses contextos. Essas narrativas, por sua vez, podem ajudar a informar políticas e práticas mais sustentáveis e justas. A interseção entre gênero, meio ambiente e justiça social torna-se ainda mais evidente.

Avançando na discussão sobre a divisão sexual do trabalho em sociedades pesqueiras, é importante notar que essa divisão era tratada a partir de um modelo bipolar. No entanto, observações recentes apontam para a flexibilidade desse modelo, enfatizando a participação da mulher no espaço aquático, especialmente no que se refere à pesca. Isso ressalta a necessidade de reavaliar e reconhecer o papel das mulheres em todas as esferas da vida pesqueira⁶⁸.

Vê-se, com isso, a importância de um levantamento de cunho etnográfico sobre comunidades pesqueiras na Amazônia, em águas interiores (ribeirinhas e lacustres) para

⁶⁸ ALENCAR, Edna F. Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras. FURTADO, L., MELLO, F. e LEITÃO, W. (eds.). **Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia** MPEG/UFPA, Belém, 1993, p. 63-81

estabelecer um diálogo com os estudos em desenvolvimento e compreender como ocorrem as relações de gêneros nesse universo de trabalho.

As etnografias consultadas pela autora Edna Alencar apontaram que a organização do universo da pesca concentra-se na existência de uma díade básica, estabelecida em dois espaços distintos: terra e mar. Com duas dimensões— uma da ordem da espacialidade e outra da ordem das elaborações simbólicas.

- a) O mar aparece como um espaço principalmente ou exclusivamente masculino, onde ocorrem as atividades tidas como as mais significativas para a economia do grupo.
- b) Em terra, o elemento que se destaca é a mulher, atuando num espaço onde são realizadas as atividades consideradas de importância "menor", às do espaço doméstico, as da agricultura (Motta Maués 1977 e Peirano 1975), a fabricação do carvão (Alencar 1991) e até mesmo aquelas realizadas nas beiras de praia

É basilar deixar claro que essa ótica de um modelo de divisão sexual do trabalho recorrente é direcionada pelo pesquisador, que, na construção etnográfica e interpretativa de seu objeto de estudo— construída a partir de uma análise particular—, a utiliza para dar conta de outras realidades sem observar as diversidades socioculturais, ambientais e históricas⁶⁹.

A autora Maria Cristina Maneschy⁷⁰, ao analisar a presença feminina na pesca na Vila de Ajuruteua, uma vila de pescadores no município de Bragança, no Pará, revela que a contribuição feminina no domínio da pesca é pouco evidente, com uma presença tímida. Ela confirma o entendimento do modelo bipolar, trazido por Alencar, quando diz que a relação da mulher com a pesca está mais ligada ao trabalho na terra, como o trato do pescado e as tarefas domésticas, enquanto o rio, local da pesca, é mais voltado aos homens.

No entanto, Maneschy vê a necessidade de mudança nesse cenário, pois ainda há muito a ser dito sobre o não reconhecimento feminino na pesca. Essa perspectiva lança luz sobre a importância de desafiar e redefinir os papéis tradicionais de gênero na pesca, destacando a necessidade de maior reconhecimento e valorização do trabalho feminino nesse setor.

Existe um protagonismo das pescadoras na relação com a pesca, como personagens da história, mas é necessário um reconhecimento dessa participação no mundo da pesca e muita coisa precisa ser revelada:

Há de ser contado que a pesca não é praticada só por homens, que o peixe não é comercializado só por homens, que toda a sua cadeia produtiva não é formada só por homens, que a segurança alimentar das comunidades

⁶⁹ ALENCAR, *Op. Cit.*

⁷⁰ MANESCHY, *Op. Cit.*

pesqueiras não é garantida só pelos homens. Ou melhor, há de ser contado que as mulheres também pescam, as mulheres também vendem o peixe, por vezes até mais que os homens, as mulheres fazem parte de toda a cadeia produtiva da pesca, da rede ao prato e, não raro, as mulheres garantem a segurança alimentar da família por meio da pesca.⁷¹

Nota-se que a divisão sexual do trabalho na pesca tem sido, historicamente, rígida, com as mulheres frequentemente excluídas das atividades da pesca. No entanto, essa realidade está mudando. Atualmente, muitas mulheres participam ativamente da pesca, e a flexibilidade desse modelo de divisão sexual permite um reconhecimento mais amplo, demonstrando que a atuação feminina não está restrita apenas ao espaço terrestre. Elas também possuem habilidades e conhecimentos valiosos relacionados à pesca e à gestão dos recursos aquáticos.

As mulheres desempenham diversos papéis na pesca. Algumas trabalham diretamente nas embarcações, lançando redes, coletando mariscos ou manejando equipamentos de pesca⁷². Muitas estão envolvidas no processamento, limpeza e embalagem do pescado após a captura. Elas também desempenham um papel fundamental na comercialização e venda de peixes. Para mais, algumas mulheres estão ativamente envolvidas em organizações de pesca. Há mulheres pescadoras que ocupam cargos de liderança, como é o caso da presidenta da Colônia de Ferreira Gomes, no estado do Amapá.

Mulheres à frente de colônias de pesca demonstram a ênfase que foi dada à observação do papel da mulher nesse contexto. Elas não apenas participam ativamente da pesca, mas também desempenham um protagonismo na gestão dos recursos pesqueiros e na manutenção da segurança alimentar de suas comunidades. Para tanto, é essencial desconstruir os estereótipos de gênero que limitam a visibilidade das mulheres na pesca. A pesca não é uma atividade exclusivamente masculina; as mulheres possuem conhecimentos, habilidades e experiências valiosas nesse campo. Portanto, é imperativo superar esses estereótipos para reconhecer e valorizar o papel das mulheres na pesca, pois o reconhecimento e a valorização do trabalho das mulheres na pesca, tanto no espaço terrestre quanto no aquático, são fundamentais.

A igualdade de gênero é um elemento-chave para uma pesca sustentável e equitativa. O estudo da história das mulheres é uma dimensão silenciada com frequência no campo da história

⁷¹ LOPES, Priscila Fabiana Macedo; FREITAS, Carolina Tavares de; BEGOSS, Alpina. **A mulher e a pesca**: um olhar sobre a pesquisa e a atuação feminina pesqueira no Brasil. *ETHNOSCIENTIA* V. 5, 2020 p.02. acesso em 10.09.2023 às 19h

⁷² O Ministério da Pesca e Aquicultura reconhece e valoriza as iniciativas lideradas por mulheres que dependem da pesca através da Lei Federal nº 11.959/2009 que oficializou a contribuição feminina na cadeia produtiva.

do trabalho, é indispensável a análise das dinâmicas que envolvem as classes trabalhadoras, podendo enriquecer as questões propostas pelos estudos sobre os mundos do trabalho⁷³.

Chitra Joshi⁷⁴, ao realizar o estudo sobre as mulheres e o trabalho na Índia, esclarece que os historiadores atuaram com categorias que reafirmaram os pressupostos masculinos e invisibilizam a variedade do trabalho em que houvesse presença feminina, sem se preocupar, ao menos, em conceituar de forma significativa o trabalho feminino. No entanto, enxerga na atualidade uma redefinição da atuação feminina no espaço laboral, o que a chama de “feminização da força de trabalho”. Essa mesma perspectiva aplica-se à força de trabalho feminino no âmbito da pesca.

No que se refere a Porto Grande, a pesca transcende sua função meramente econômica: ela é uma parte intrínseca da vida e cultura local. Nesse cenário, as mulheres desempenham um papel notável e plural. Elas não apenas contribuem para a economia, mas também atuam na promoção da sustentabilidade ecológica e social da comunidade. As mulheres ribeirinhas, por exemplo, desempenham um papel fundamental na pesca artesanal. Elas montam acampamentos nas áreas de pesca, garantindo que haja comida e água enquanto se dedicam à captura de peixe. Essa colaboração evidencia a importância da participação feminina na atividade pesqueira e destaca como a preservação das tradições e meios de subsistência locais está intrinsecamente ligada à contribuição das mulheres

Essa situação evidencia a complexidade e os desafios enfrentados pelas pescadoras artesanais em um conjunto de mudanças ambientais e socioeconômicas. É fundamental que sejam desenvolvidas políticas públicas que considerem essas dinâmicas e busquem soluções que conciliem o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e a garantia dos direitos desses trabalhadores⁷⁵.

Além de seu envolvimento direto na pesca, as mulheres desempenham um papel fundamental na manutenção da vida cotidiana da comunidade. Elas cuidam das necessidades domésticas e familiares, promovendo o bem-estar da comunidade. Sua participação é fundamental para a sustentabilidade da pesca e da vida comunitária ao longo do rio, contribuindo de forma significativa para a subsistência e o bem-estar da comunidade local. A

⁷³ Ver POPINIGIS, Cristina; SCHETTINI, Fabiane. Apresentação. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 5–12, 2009

⁷⁴ JOSHI, Chitra. **Além da polêmica do provedor**: mulheres, trabalho e história do trabalho. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 147-170, nov. 2009.

⁷⁵ LIMA, Laís Melo *et al.* **Transformações no médio Rio Araguari, no Amapá**: contribuições ao debate sobre conflitos na pesca artesanal. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.2, p.12475-12491 feb. 2021.

presença e a atuação das mulheres na pesca reforçam a importância do reconhecimento e da valorização de seu papel na sociedade.

A pesca nas comunidades ribeirinhas do médio rio Araguari é uma atividade que transcende questões de gênero, pois é vivenciada com paixão por muitos moradores. Homens e mulheres compartilham essa tradição, frequentemente formando duplas de pescadores, como casais ou irmãos. A pesca, embora não seja a única fonte de sustento, desempenha uma função central nessas comunidades, seja para fins econômicos ou seja para consumo próprio.

Infelizmente, o trabalho das mulheres na pesca ainda permanece invisível e subestimado. Elas operam nas sombras, com seus esforços e contribuições sendo pouco reconhecidos. Seu trabalho é frequentemente percebido como uma extensão dos afazeres domésticos, em vez de ser valorizado como parte integrante da atividade pesqueira. Isso resulta em invisibilidade e desconhecimento, os quais obscurece a importância de seu papel na pesca.

É essencial garantir que as mulheres sejam tratadas com justiça e tenham oportunidades iguais. É fundamental que suas funções sejam levadas a sério e que suas vozes sejam ouvidas nos debates sobre políticas pesqueiras. A luta pela igualdade de gênero na pesca é, portanto, um passo essencial para garantir a sustentabilidade e a equidade na pesca.

A falta de reconhecimento e valorização pode fragilizar a identidade profissional das pescadoras. Elas enfrentam estereótipos e preconceitos que diminuem sua importância no cenário da pesca, resultando em uma identidade profissional fragilizada. No entanto, os projetos de desenvolvimento energético podem impactar negativamente o espaço de trabalho dessas mulheres. Tais projetos podem levar à perda de acesso aos locais de pesca, à diminuição dos estoques de peixes e à marginalização das mulheres no setor pesqueiro.

Mas, para que o desenvolvimento energético chegasse à região amapaense, foi necessária a anuência do Estado, que tinha como discurso de modernização a ligação da região aos centros industriais. Nesse contexto, o cartum mencionado pelo autor Bezerra Meneses⁷⁶, publicado em uma revista francesa, traz à tona uma reflexão sobre o uso cultural de um bem patrimonial. Nesse cenário, três personagens se destacam:

1. **Anciã:** Uma senhora encurvada, de joelhos diante do altar-mor de uma catedral gótica em Chartres, profundamente imersa em oração.

⁷⁶ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural:** uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília: IPHAN, 2012, p. 25-39.

2. **Turistas Orientais:** Um grupo de orientais, possivelmente japoneses, contempla a anciã com olhares interrogativos.
3. **Guia Turista Francês:** O guia, identificado como francês, toca os ombros da anciã e a adverte: “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação.”

A cena retratada no cartum revela tensões entre o sagrado, o turismo e a preservação do patrimônio cultural. A anciã, em sua devoção, é confrontada pela presença dos turistas e pelas regras da visitação. Essa cena nos convida a refletir sobre como diferentes perspectivas e interesses coexistem em espaços culturais. Ademais, a imagem nos permite compreender o papel da anciã em um destaque de territorialização no espaço onde ocorre a cena: a catedral. Para ela, esse ambiente sempre fez parte de sua vida, estabelecendo uma relação de pertencimento. No entanto, as transformações culturais geram conflitos com o novo uso desse bem cultural, tornando o que antes era familiar agora em algo que é “intruso”.

Os turistas, por sua vez, não têm raízes profundas com o local. Contemplam a catedral como frequentadores, estudiosos ou curiosos, mas sua relação com o espaço é superficial. O “banquete” é preparado para a visita, e o tratamento dado pelo guia turístico aos visitantes não se compara àquele dado à anciã, a quem considera “perturbadora”. Essa cena, portanto, revela as tensões entre o sagrado, o turismo e a preservação do patrimônio cultural.

Ao trazer o cartum para o cenário do médio rio Araguari, ocorre uma transformação: as pescadoras ocupariam o lugar da anciã. Essas mulheres enfrentam diariamente as mudanças causadas pelo empreendimento capitalista que transformou o rio em um lago (reservatório) da UHECC. A relação das pescadoras com o rio Araguari é de pertencimento profundo. Elas incorporam em sua identidade a territorialidade ribeirinha, que se estabelece principalmente a partir do rio. O ambiente das águas influencia suas vidas cotidianas, desde a construção das casas até a escolha dos horários para a pesca. No entanto, a UHECC, representada pelos turistas, não compartilha dessa conexão. Para ela, o rio é uma fonte de apropriação e enriquecimento. Mesmo ciente de que o rio é um território ocupado por povos tradicionais, como ribeirinhos, pescadores e pescadoras, a UHECC não demonstra compaixão pelo sofrimento que causará a esses grupos. Seu foco é o lucro.

O guia turístico, agora representando o governo, adverte as pescadoras: “Minhas senhoras, vocês estão perturbando o progresso”. Nesse cenário, o bem público — o rio — é transferido para as mãos de um empreendimento hidrelétrico privado. O discurso do progresso e da geração de empregos prevalece, desvalorizando os grupos que dependem desse espaço para sobreviver. Essa situação ilustra a profunda tensão entre o modelo de desenvolvimento econômico e a preservação das culturas tradicionais e seus modos de vida.

2 – EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS E SUAS CONTRADIÇÕES NO CENÁRIO AMAZÔNICO

Esta seção aborda o papel dos empreendimentos hidrelétricos e as contradições no contexto amazônico. A instalação de uma hidrelétrica, independente da região, costuma estar associada a um discurso de desenvolvimento. No entanto, as transformações enfrentadas pelas pessoas que necessitam do rio são profundamente impactantes devido ao sofrimento causado pelo barramento do rio, transformando um trecho outrora navegável em um vasto lago e desencadeia uma série de impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais.

2.1 — Usinas Hidrelétricas e o paradoxo do desenvolvimento

A construção de hidrelétricas é frequentemente apresentada como uma solução estratégica à crescente demanda energética e promover o desenvolvimento econômico. No entanto, essa perspectiva costuma ignorar os complexos impactos sociais e ambientais associados a esses projetos. A decisão de implementar uma usina hidrelétrica é favorecida pelo Estado, que exerce um papel decisivo na execução de grandes investimentos.

No Brasil, as usinas hidrelétricas consolidaram-se como a principal alternativa para suprir a necessidade de energia elétrica. Conforme aponta a autora Rezilda Rodrigues Oliveira, essa trajetória se intensificou especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando o país enfrentou uma crise em seus pólos industriais. Nesse contexto foi implantado um amplo um abrangente programa de interconexão dos sistemas elétricos e passou-se a racionar o uso das usinas termelétricas, devido às limitações no fornecimento de combustíveis, somadas à necessidade de modernização e industrialização do Brasil.

Durante o século XX, a implementação em massa de barragens e usinas hidrelétricas foi impulsionada pela ideia de “modernização hidráulica”, promovendo a crença de que a manipulação dos recursos hídricos conduziria ao progresso social e econômico. Contudo, essa perspectiva desconsidera as consequências ambientais, sociais, econômicas e culturais, resultando em conflitos e no deslocamento significativo de comunidades tradicionais, indígenas e outros grupos vulneráveis.

A instalação de hidrelétricas é amplamente reconhecida como uma alternativa eficaz para atender à crescente demanda por energia elétrica. Nesse contexto, a segurança energética se destaca como um aspecto crucial para o desenvolvimento do Brasil, além da criação de empregos (MME/EPE, 2017). Percebe-se, com isso, a existência de um discurso em torno da construção de hidrelétricas, frequentemente inserido em um contexto de desenvolvimento

capitalista que privilegia grandes corporações e governos, em detrimento das necessidades locais.

Embora a promessa de progresso e desenvolvimento seja constantemente apresentada, os impactos negativos são, muitas vezes, silenciados sob a justificativa de que serão compensados por benefícios futuros. Contudo, as compensações financeiras raramente são suficientes para reparar os danos causados. A ideia de desenvolvimento, comumente ligada à geração de energia, é um argumento recorrente para justificar a construção de hidrelétricas.

Contudo, a realidade demonstra que a maioria dos lucros gerados tende a beneficiar grandes corporações, muitas vezes multinacionais, cujos interesses financeiros nem sempre contemplam o desenvolvimento local. A ausência de reinvestimento nas comunidades atingidas reforça a noção de que o desenvolvimento promovido é desigual e injusto.

A construção de grandes hidrelétricas e barragens exemplifica, de maneira marcante, a intersecção entre sociedade e natureza no contexto da modernidade capitalista. Nesse cenário, a água é convertida em uma mercadoria fundamental para o desenvolvimento econômico, sendo sua gestão intimamente ligada às dinâmicas de acumulação de capital.

Como discute Karl Polanyi em sua obra *A Grande Transformação*, a transição de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado provoca reflexões profundas sobre a natureza das relações humanas e os valores sociais. A mercantilização de bens comuns e de aspectos essenciais da vida, como a dignidade, levanta questões éticas significativas, uma vez que aquilo que deveria ser intrinsecamente valioso e imensurável é reduzido a meras considerações de preço e lucro.

Essa crítica nos convida a refletir sobre os limites da lógica de mercado e sobre a necessidade urgente de resgatar valores que promovam a solidariedade e o bem comum, desafiando a aceitação passiva da mercantilização em todas as esferas da vida. Para que esse resgate se concretize, é essencial estabelecer um diálogo mais inclusivo que envolva as comunidades afetadas desde as fases iniciais do planejamento. O reconhecimento e o respeito aos direitos das populações locais são fundamentais para evitar que o progresso se torne uma armadilha que perpetua desigualdades e ignora as realidades sociais.

A abordagem deve ser multidimensional, considerando aspectos técnicos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, a fim de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e equitativo. Essa integração de perspectivas é crucial para a construção uma sociedade que valorize a dignidade humana e a coletividade, em vez de ceder às exigências implacáveis da lógica de mercado.

A análise das grandes hidrelétricas deve considerar a dimensão política da água, ressaltando os debates sobre justiça hídrica e a participação das comunidades locais nas decisões que afetam seus meios de vida. A construção de barragens e usinas, além de ato técnico, é um evento profundamente social e político. Os conflitos que emergem durante o planejamento e a implementação de grandes sistemas hidrotécnicos são uma manifestação das tensões entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, especialmente à luz de fatores como a mudança climática e a degradação ecológica.

A epistemologia moderna perpetua uma visão dualista: a natureza é concebida como um 'recurso' a ser explorado, enquanto a sociedade é entendida como a entidade que controla e utiliza esses recursos. Essa dicotomia simplifica as complexas interações entre seres humanos e o ambiente, resultando em uma abordagem utilitarista da natureza.

As grandes obras hidrelétricas não apenas representam um avanço na capacidade de geração de energia, mas também evidenciam as tensões entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental. Esse paradoxo é acentuado por fatores como as mudanças climáticas, degradação ecológica e a violação dos direitos das populações locais, frequentemente marginalizadas nos processos de decisão. As críticas a esse modelo de desenvolvimento têm se tornado cada vez mais proeminentes, questionando as premissas que fundamentam muitos projetos de infraestrutura hídrica.

O argumento da predação sugere que as populações tradicionais seriam incapazes de gerenciar adequadamente os recursos naturais, o que justificaria a proposta de privatização como uma “solução lógica”. Tal perspectiva defende que, ao transformar esses recursos em propriedade privada, conferiria a eles um valor econômico que incentivaria sua conservação. Contudo, essa análise é simplista e frequentemente ignora o papel dos modos de vida tradicionais na preservação da biodiversidade e na gestão sustentável dos territórios.

Recentemente, observa-se uma crescente parcialidade por parte das instituições em relação aos grandes projetos hidrelétricos, os quais são frequentemente moldados por interesses financeiros e pela experiência de especialistas. O debate e a tomada de decisões que afetam a vida de inúmeras pessoas ocorrem, muitas vezes, fora das esferas políticas tradicionais, distantes dos mecanismos democráticos. Nesse contexto, o teórico Ulrich Beck, em sua obra *Sociedade de Risco: Rumo a uma Outra Modernidade*, argumenta que a forma como os riscos são produzidos e geridos na sociedade contemporânea está em transformação, o que traz implicações significativas para o enfrentamento dos desafios atuais.

Beck enfatiza que, na modernidade, as decisões e os riscos que impactam a vida das pessoas não estão mais restritos às esferas políticas tradicionais, como governos e instituições.

Em vez disso, esses riscos se deslocam para o que ele denomina “sistema subpolítico”, referindo-se às influências e dinâmicas originadas da modernização científica, técnica e econômica. Isso implica que, à medida que as sociedades se tornam mais complexas e dependentes da tecnologia, as decisões sobre questões que podem gerar riscos —como o desenvolvimento tecnológico, a implementação de grandes empreendimentos e as questões climáticas— são, frequentemente, tomadas em contextos que não estão sob o controle direto das instituições políticas.

Tais decisões são, muitas vezes, influenciadas por especialistas, empresas e organizações que atuam fora do escopo político tradicional, mas que exercem um impacto significativo sobre a vida cotidiana das populações. Em sua análise da “sociedade de risco”, Beck oferece uma crítica à dinâmica contemporânea, onde os riscos estão cada vez mais dispersos e menos controláveis pelas instituições políticas. Essa perspectiva é fundamental para entender a complexidade e a interdependência do mundo atual, especialmente em um cenário marcado por inovações tecnológicas, crises ambientais e desafios de saúde pública.

Um ponto central na obra de Beck é a noção de que os riscos não são apenas consequências indesejadas de decisões políticas ou ações individuais, mas sim produtos de um sistema social que opera, em grande parte, fora do controle democrático. O conceito de “sistema subpolítico” sugere que especialistas e empresas desempenham papéis cruciais na definição e gestão dos riscos, frequentemente em detrimento da participação pública e do debate democrático. Essa transição do controle político para o domínio técnico e empresarial suscita questões sobre a legitimidade e a responsabilidade das decisões que impactam a vida das pessoas.

Essa mudança pode resultar em uma despolitização dos riscos, na qual questões que deveriam ser discutidas em esferas públicas e democráticas são reinterpretadas problemas técnicos a serem resolvidos por especialistas. Isso pode levar à alienação da população em relação às decisões que afetam suas vidas, gerando um sentimento de impotência diante de questões que parecem ser tratadas sem consideração adequada das vozes e interesses da sociedade civil. A dependência de conhecimentos técnicos pode provocar desconfiança em relação a instituições e especialistas, uma vez que a população pode sentir que suas preocupações não estão sendo devidamente representadas.

Outro aspecto crítico da análise de Beck é a ideia de que a modernidade não somente introduz riscos novos e complexos, mas também concebe uma interconexão global que amplifica esses riscos. As mudanças climáticas, por exemplo, configuram um risco que transcende fronteiras nacionais e cujos efeitos se manifestam de maneira desigual,

intensificando as desigualdades sociais e econômicas já existentes. Nesse sentido, Beck ressalta a necessidade de uma abordagem mais colaborativa e inclusiva na gestão de riscos, que reconheça e valorize a diversidade de vozes e experiências.

Por fim, a proposta de uma “sociedade reflexiva”, sugerida por Beck, implica um maior envolvimento da sociedade nas discussões e na gestão dos riscos. Isso requer uma reavaliação das estruturas de tomada de decisão, como uma educação e conscientização ampliadas sobre os riscos e suas implicações, capacitando os cidadãos e atuarem como participantes ativos e críticos nesse processo.

Nesse contexto de gestão de recursos naturais e bens coletivos, o fenômeno da “pilhagem silenciosa” representa um problema crítico nas discussões contemporâneas sobre a gestão de recursos naturais e bens coletivos. Tal conceito está ligado à expropriação violenta do meio ambiente, cultura e conhecimento, ilustrado pela parábola do pasto, que exemplifica como o uso individual e ilimitado de recursos compartilhados pode levar à superexploração e eventual colapso coletivo. Essa dinâmica configura uma manifestação da “tragédia dos comuns”, conceito introduzido por Garrett Hardin em 1968, que ilustra a inevitável degradação dos recursos compartilhados quando cada indivíduo age de maneira egoísta.

Na parábola, o pasto simboliza um recurso natural comum que, embora pertença a uma coletividade, não é de propriedade individual. Cada pastor, ao buscar maximizar seus ganhos pessoais, ignora que a exploração excessiva compromete o bem-estar coletivo, resultando na degradação do próprio recurso.

Para mitigar essa tragédia, costuma-se apresentar duas alternativas: a intervenção de um poder externo, como um governo que impõe regras ao uso do recurso comum, ou a divisão do pasto em porções exclusivas para cada pastor. O dilema entre liberdade e regulação é central nas discussões sobre gestão sustentável. A regulação necessária para proteger os recursos é frequentemente percebida como uma violação das liberdades individuais; no entanto, sua ausência pode acarretar danos ao meio ambiente e à sustentabilidade social podem ser irreversíveis.

Portanto, a inclusão de vozes marginalizadas e o fortalecimento da participação comunitária são fundamentais para garantir que as soluções adotadas protejam o meio ambiente e promovam o bem-estar social. Esse debate deve ser analisado à luz de abordagens contemporâneas que propõem alternativas viáveis, como a gestão comunitária e a governança colaborativa. A mobilização social em torno das questões ambientais é também crucial, pois contribui para sensibilizar a opinião pública e pressionar os governos a adotarem políticas mais sustentáveis.

O autor Eduard P. Thompson, em sua obra *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*, argumenta que, ao longo da história, várias comunidades desenvolveram instituições sólidas que regulam o uso de recursos naturais. Ele destaca que essa diversidade de práticas se contrapõe à visão de que somente o uso individual e egoísta seria o resultado natural. Diretrizes baseadas em evidências demonstram que muitos grupos têm se organizado para gerenciar seus recursos de maneira sustentável, desafiando a ideia de Hardin.

Ao revisitar os argumentos sobre a tragédia dos comuns, é essencial considerar a complexidade das práticas de gestão comunitária. A crítica de Thompson à abordagem de Hardin nos motiva a reavaliar suposições sobre a natureza humana e as oportunidades de convivência e conservação em ambientes compartilhados, enriquecendo o debate teórico e oferecendo lições valiosas para a gestão sustentável de recursos naturais em todo o mundo.

Além disso, o estudo de Boelens, Shah e Bruins aborda as tensões e conflitos que surgem durante o planejamento e a construção de grandes sistemas hidrotécnicos, como as usinas hidrelétricas. Esses mega sistemas exercem impactos significativos sobre as comunidades locais e os recursos hídricos que geram conflitos.

Esses conflitos geralmente envolvem dois grupos principais: de um lado, os usuários da água e as comunidades diretamente impactadas pela construção de barragens, que enfrentam consequências como deslocamento, mudanças no ecossistema e alterações no acesso à água. De outro lado, estão os engenheiros e burocratas que projetam e gerenciam esses empreendimentos, com foco predominantemente em aspectos técnicos e operacionais.

As disputas se manifestam em diversas questões como o desenho e localização das usinas, a alocação dos recursos hídricos e a distribuição da eletricidade gerada. A complexidade dos projetos de infraestrutura hídrica, nos quais diferentes interesses e conhecimentos se confrontam, resulta em uma dinâmica de poder que pode marginalizar as vozes das comunidades locais.

A compreensão desses conflitos e da diversidade de valores envolvidos é fundamental para a formulação de soluções mais justas e equilibradas na gestão de recursos naturais. Essa abordagem multifacetada pode facilitar a construção de um diálogo entre as partes interessadas e promover uma gestão colaborativa dos recursos.

Portanto, a solução para os desafios relacionados à gestão dos recursos naturais não reside na privatização, mas na adoção de modelos que reconheçam e valorizem o conhecimento tradicional e a participação ativa das comunidades locais. Iniciativas que promovam a gestão colaborativa e respeitosa entre populações tradicionais e ações de conservação ambiental são mais eficazes para a sustentabilidade a longo prazo. Esse diálogo entre diferentes saberes é

crucial para criar estratégias que beneficiem tanto a conservação dos recursos naturais quanto os direitos das populações que deles dependem.

2.2 — O Avanço de Empreendimentos Hidrelétricos na Amazônia

Atualmente, o Brasil se destaca como um dos principais produtores de eletricidade a partir de fontes hídricas, que representam aproximadamente 55% de toda a energia gerada no país. A região Amazônica, com sua abundância hídrica, oferece uma vantagem competitiva significativa em termos de recursos energéticos, as complexas relações entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e direitos humanos.

A discussão sobre o avanço da construção de hidrelétricas na Amazônia, conforme mencionado por Bermann, em 2007, é de suma importância para entendermos as complexas relações entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e direitos humanos. A experiência já vivida nas regiões sul e sudeste do Brasil, onde a construção de hidrelétricas transformou grandes rios em uma sucessão de lagos artificiais, serve como um alerta sobre as consequências desse modelo de desenvolvimento.

As hidrelétricas, embora apresentem vantagens em termos de geração de energia renovável e potencial para impulsionar a economia, frequentemente vêm acompanhadas de significativos impactos ambientais e sociais. No caso específico da Amazônia, a construção de barragens não apenas altera o fluxo natural dos rios, mas também compromete a biodiversidade local, afeta os ecossistemas aquáticos e terrestres e provoca deslocamento de comunidades que dependem dos recursos naturais para sua subsistência.

O avanço das hidrelétricas na Amazônia levanta questões cruciais sobre a sustentabilidade do desenvolvimento. O modo como a energia é gerada deve ser reavaliado à luz de práticas que respeitem o meio ambiente e garantam a preservação da rica biodiversidade da região. É fundamental considerar as vozes das comunidades locais, muitas vezes marginalizadas nas decisões políticas e econômicas. A luta por direitos territoriais e pela preservação cultural deve ser parte integrante de qualquer debate sobre a construção de hidrelétricas. Outro aspecto relevante é a necessidade de diversificação das fontes energéticas. O Brasil possui um potencial significativo para investir em energias alternativas, como solar e eólica, que poderiam minimizar a dependência de grandes projetos hidrelétricos e os danos associados a eles.

O autor Philip M. Fearnside em seu livro *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões*, apresenta dados sobre grandes obras e

planejamento de implantação de usinas hidrelétrica na Amazônia, dados esses demonstrados a partir do Plano Decenal de 2012–2021 estruturado pelo Ministério de Minas e Energia. O Quadro 2 expõe de maneira resumida e organizada como se dá esse processo, destacando as principais bacias hidrográficas da região.

Quadro 2 - Empreendimentos Hidrelétricos na Região Norte (2012–2021)

Item	Detalhes
Bacias planejadas	Aripuanã, Araguari, Trombetas, Juruena, Araguaia, Sucunduri, Branco, Itacaiunas, Jarí, Jatapu, Tapajós.
Capacidade total planejada	32.950 MW (BRASIL, 2008).
Principais projetos estratégicos.	Belo Monte, Sinop, Cachoeira Caldeirão, Ferreira Gomes, Cachoeira de Santo Antônio, São Manoel, São Luiz do Tapajós, Jatobá, São Simão Alba, Marabá, Salto Baixo de Augusto.
Participação da região Norte no início de 2012	10% da capacidade instalada no Sistema Interligado Nacional (SIN)
Participação da região Norte em 2021	24% da capacidade instalada no Sistema Interligado Nacional (SIN), totalizando 32.783 MW de expansão (BRASIL, 2012).

Fonte: Organizada pela autora, baseada em Fearnside, 2015

Nota-se que até 2012 a capacidade instalada no Sistema Interligado Nacional (SIN) no que se refere à região Norte era de 10% e a pretensão era que, até 2021, se chegasse a 24%, onde seriam construídas as obras dos projetos hidrelétricos. O Plano Decenal de 2012–2021 para a construção de novas hidrelétricas na Amazônia gerou revolta em diversos grupos sociais. Em várias localidades, esses grupos conseguiram postergar a construção, especialmente em áreas onde residem grandes populações de povos indígenas, considerando as experiências vividas em outras hidrelétricas, como Tucuruí e Belo Monte.

Os impactos sociais das hidrelétricas são alarmantes, promovendo o deslocamento forçado de comunidades indígenas e ribeirinhas, que frequentemente são removidas de suas terras para a construção das represas. Essa desapropriação resulta na desintegração de modos de vida e culturas, além da perda de laços históricos que essas comunidades mantêm com seu território. A construção de hidrelétricas também pode gerar conflitos sociais, pois a falta de diálogo e de compensações justas resulta em tensões entre comunidades, governo e empresas.

Neste percurso, de 18 obras previstas, apenas 11 foram concluídas e estão em funcionamento. O Quadro 3, destaca em negrito os nomes das hidrelétricas, acompanhados das informações sobre o ano de início e de conclusão das obras, são elas: Belo Monte–PA, Santo Antônio–RO, Jirau (RO), Sinop–MT, Cachoeira de Santo Antônio do Jari (PA/AP), Colider (RO), Ferreira Gomes–AP, Teles Pires (MT), Cachoeira Caldeirão (AP), São Manoel (PA/MT) e Ribeiro Gonçalves (PI/MA).

As sete hidrelétricas não destacadas na tabela não foram construídas devido a uma série de problemas, como impactos ambientais significativos e a necessidade de respeitar áreas indígenas e de conservação. Essas usinas incluem: São Luiz do Tapajós (PA), Jatobá (PA — Tapajós), Água Limpa (MT), Bem Querer (RR), Simão Alba (MT), Salto Baixo de Augusto (MT) e Marabá (PA).

Quadro 3 - Plano decenal para construção de Usinas Hidrelétricas para a Amazônia – 2010–2021

Ano de início.	Ano de conclusão (Previsão)	Barragem concluída (destacada em negrito).
2008	2011–2012	Belo Monte (PA), Santo Antônio (RO);
2019	2013	Jirau (RO)
2011	2014	Sinop (MT), Cachoeira Santo Antônio do Jari (PA/AP)
2010-2011	2015	Colider (MT), Ferreira Gomes e Energia (AP), Teles Pires (MT)
2013	2016	Cachoeira Caldeirão (AP)
2014	2018	São Manoel (PA/MT), Ribeiro Gonçalves (PI/MA), São Luiz do Tapajós (PA).
2011	2017	Jatobá (PA–Tapajós)
2015	Até 2020	Água Limpa (MT), Bem Querer (RR)
2014	2021	Simão Alba (MT), Salto Baixo de Augusto (MT), Marabá (PA).

Fonte: Adaptado de Fearnside (2015)

No estado do Pará, na região do Tapajós, duas obras listadas no Plano Decenal: a Usina Jatobá e a Usina São Luiz do Tapajós, foram planejadas, mas não avançaram devido a inúmeros problemas relacionados aos impactos ambientais na região. Em Mato Grosso, três hidrelétricas, Água Limpa, Simão Alba e Salto Baixo de Augusto, enfrentam desafios semelhantes e não conseguiram sair do papel. A hidrelétrica de Marabá, no Pará, há diversas queixas. Rogério Hohn, que na época integrava a coordenação do MAB na região, relatou casos emblemáticos

de pessoas despejadas de suas terras na década de 1980 para a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que nunca receberam compensações, e que agora serão desalojadas novamente.

Existem casos emblemáticos de pessoas que foram despejadas de suas terras na década de 1980 para a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que nunca receberam um tostão sequer, que hoje moram no Assentamento 1º de março, em São João do Araguaia, e que agora (adivinha) serão despejadas novamente por outra barragem.

Outros graves problemas associados à obra de Marabá incluem:

- a. Na Vila Espírito Santo, a construção da barragem dividirá a comunidade, com um lado destinado à barragem e o outro ao canteiro de obras, sem espaço para moradia;
- b. A Reserva Indígena Mãe Maria, em Bom Jesus do Tocantins, sofrerá consideráveis prejuízos, pois a área a ser inundada é rica em fauna e abriga a maioria das árvores utilizadas na confecção de pontas de flecha. A aldeia já enfrenta impactos de diversas infraestruturas, como a Estrada de Ferro Carajás, a Rodovia BR-222 e linhas de eletricidade, tornando-se a reserva indígena mais afetada do Brasil;
- c. Um caso de impacto que chama a atenção envolve a Vila de São Vicente, uma ilha habitada por quilombolas no município de Araguatins, no Estado do Tocantins. Reside que a comunidade está em pleno processo de reconhecimento jurídico pelo governo federal como Comunidade Quilombola;
- d. Por fim, uma tradicional colônia de pescadores, onde a população também explora as chamadas “vazantes” (cultivos realizados apenas no período de seca), será removida do mapa, e seus moradores serão “convidados” a buscar novas atividades, embora culturalmente nunca tenham sido preparados para tal mudança.

Os impactos das hidrelétricas são alarmantes e promovem o deslocamento forçado de comunidades indígenas e ribeirinhas, que frequentemente são removidas de suas terras para a construção das represas. Essa desapropriação resulta na desintegração de modos de vida e culturas, além da perda de laços históricos que essas comunidades mantêm com seu território.

A produção de conhecimento sobre grandes hidrelétricas configura uma arena de conflitos, onde valores e interesses de diferentes atores se confrontam. A construção de hidrelétricas na Amazônia suscita intensos debates, pois de um lado está a promessa de desenvolvimento econômico e geração de empregos, e do outro, as preocupações ambientais e sociais, que ameaçam a integridade dos ecossistemas e a sobrevivência das comunidades locais. Essa dicotomia exige uma análise aprofundada dos reais custos e benefícios envolvidos na exploração de recursos naturais.

A construção de usinas hidrelétricas, especialmente em ecossistemas sensíveis como os da Amazônia, pode acarretar impactos ambientais severos, comprometendo a biodiversidade local e as práticas de vida das comunidades tradicionais, além da integridade dos ecossistemas e dos modos de subsistência baseados na agricultura e na pesca. A narrativa liberal que atribui a degradação ambiental ao comportamento das populações tradicionais ignora saberes e práticas desenvolvidas ao longo de gerações que garantem a sustentabilidade e a preservação dos ecossistemas.

Os impactos ambientais das hidrelétricas na Amazônia começam com o desmatamento. Para a construção das represas, vastas áreas de floresta são desmatadas, comprometendo a biodiversidade e contribuindo para a emissão de gases de efeito estufa. A inundação de extensas áreas de vegetação nativa não apenas causa a perda de habitat de inúmeras espécies, mas também interfere na dinâmica de interação entre os organismos. A construção de hidrelétricas altera o fluxo dos rios, impactando significativamente as comunidades que dependem da pesca e do abastecimento de água, com a contaminação resultante da liberação de mercúrio e outros poluentes.

Além dos impactos diretos sobre as comunidades, as hidrelétricas trazem consequências ambientais severas. A inundação de áreas naturais afeta habitats e a biodiversidade local, alterando ecossistemas inteiros. A desestruturação dos cursos d'água pode impactar a fauna e flora, influenciando o ciclo hidrológico e a qualidade da água, afetando ainda mais as populações que dependem desses recursos.

A diminuição da captura de pescado e da renda dos pescadores é um dos principais impactos. As espécies migradoras são de grande importância na pesca comercial e na subsistência das famílias ribeirinhas nos três países que compartilham a bacia do rio Madeira. Contudo, relatos indicam a diminuição da captura e, conseqüentemente, da renda dos pescadores nas localidades a jusante e montante dos empreendimentos.

Estudos demonstram a diminuição da captura de algumas espécies na região de Porto Velho, com destaque para a dourada, que apresentou uma redução de 74% na média de captura anual após a implantação das barragens. Esses resultados contradizem as informações apresentadas pelos representantes da Usina de Jirau, que alegam que o monitoramento não registrou impactos significativos nas espécies migradoras.

2.3 – Usinas Hidrelétricas no cenário amapaense

Os grandes projetos de investimento no Amapá, de tal modo como no restante da Amazônia, foram promovidos como estratégias de “modernização” e “desenvolvimento”. A implantação de projetos de desenvolvimento, como os minero-industriais e as usinas hidrelétricas, ressalta a importância de repensar o Amapá além dessas iniciativas. A partir da década de 1940, com a intervenção do Estado sob o governo Vargas, houve transformações significativas na conjuntura política brasileira, que incluíram medidas para integrar a Amazônia à economia nacional, como a utilização da borracha na indústria.

Não obstante, as hidrelétricas foram apresentadas como soluções promissoras para o fornecimento de energia, mas a realidade é mais complexa. Atualmente, têm-se 4 Usinas Hidrelétricas situadas em duas grandes bacias hidrográficas no Amapá, sendo elas Araguari e Jari, que constam no Plano Decenal do MME O quadro 4 traz os detalhes técnicos das UHEs instaladas no Amapá.

Quadro 4 – Detalhes técnicos das UHEs no Amapá

Características	Coaracy Nunes	Ferreira Gomes	Cachoeira de Santo Antônio	Cachoeira Caldeirão
Tipo de usina:	Fio d'água	Fio d'água	Fio D'água	Fio D'água
Potência instalada (Megawatts)	78 [298 MW até 2016]	100	373,4	219
Área de superfície do reservatório km ²	23 (para os 78 MW iniciais)	17,72 Km ²	31,7 Km ²	48 Km ²
Volume do reservatório (Hm ³):	138 hm ³	136,51 hm ³	106 hm ³	230,56 hm ³
coordenadas	00° 54' 24"N 51° 15' 31" O	00° 51' 20.126" N 51° 11' 41.0710.	00° 39' S; 52° 31' O	00° 51,2' 00" N 51° 12' 00" O
Localização	Rio Araguari	Rio Araguari	Rio Jari	Rio Araguari
Empresa	ELETOBRAS	Ferreira Gomes Energia	EDP/CTG	EDP/CTG
Ano de atuação	1975	2014	2014	Agosto de 2016

Fonte: Produção autora, 2024

Segundo a autora Marília Lobato, a hidrelétrica Coaracy Nunes foi a primeira usina hidrelétrica a ser construída na Amazônia e está localizada no rio Araguari, no Amapá. Foi projetada para apoiar as operações da mineradora ICOMI, que necessitava de uma maior quantidade de energia na década de 1960. Sua construção foi efetivada pelo Decreto n.º 2.740, em 1956, durante o período em que o Amapá era um Território Federal. O governo do Amapá, acionista majoritário, criou a Companhia de Eletricidade do Amapá nesse mesmo ano.

A usina, inicialmente com capacidade de 23 MW, fazia parte de um projeto maior de infraestrutura que incluía o porto de Santana e a Estrada de Ferro do Amapá, destinados ao escoamento de manganês. A ICOMI se associou à Bethlehem Steel dos EUA para financiar as obras por meio de um empréstimo do Eximbank, cobrindo os altos custos das infraestruturas. Atualmente, a UHE Coaracy Nunes continua a ser relevante para a expansão energética do Brasil, conforme mencionado no PDE 2030. A ELETRONORTE S/A assumiu oficialmente as responsabilidades da usina desde a fase inicial de construção

A segunda UHE a ser construída no Amapá é a Ferreira Gomes e Energia. A disputa pela concessão da usina Ferreira Gomes e Energia (FGE) ocorreu durante o leilão A-5, realizado em 30 de julho de 2010, com a participação de cinco grupos. O Consórcio Atlântico Norte, formado pela Eletronorte (49%) e Neoenergia (51%), competiu com outras empresas como Alupar Investimentos S.A, Desenvix S.A e Triunfo Participações e Investimentos S.A. A vitória no leilão, organizado pela ANEEL foi conquistada pela Alupar, uma empresa privada com forte atuação na geração e transmissão de energia no Brasil, além de presença no Chile e Colômbia. Após a vitória, a Alupar criou a Ferreira Gomes e Energia para gerenciar a operação da usina, localizada em Ferreira Gomes, Amapá, na rodovia BR-156, ao longo do rio Araguari, onde a barragem foi construída a cerca de 1,5 quilômetros do curso do rio.

Segundo os autores Fabiano Belém e João Batista P. Cabral, um aspecto crucial dos impactos ambientais associados à construção de usinas hidrelétricas, como a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, é alagar extensas áreas de vegetação. Esse processo resulta na submersão de ecossistemas terrestres, provocando a morte de diversas espécies de plantas e animais. As formações lenhosas mortas mencionadas indicam um acúmulo de matéria orgânica em decomposição, o que pode comprometer a qualidade da água, alterando seus parâmetros físicos e químicos.

Essas mudanças podem ter consequências significativas para a vida aquática e para as comunidades que dependem dessa água, ressaltando a necessidade de uma gestão ambiental cuidadosa e de estudos prévios mais rigorosos antes da implementação de projetos desse tipo.

A situação descrita aponta para a importância de se considerar alternativas que minimizem os impactos ambientais e a degradação dos ecossistemas locais.

A Usina Hidrelétrica Cachoeira de Santo Antônio está localizada na divisa entre os estados do Pará e Amapá, no município de Laranjal do Jari, e gera 373 MW de potência instalada. O vertedouro da usina tem 1.500 m, um dos maiores do mundo em extensão. A obra iniciou em 1º de agosto de 2011, sendo concluída em 2014, quatro meses antes do previsto.

Nesse cenário, destaca-se a implantação da UHECC, a terceira barragem construída no rio Araguari. O Quadro 5 traz informações das etapas de funcionamento deste empreendimento hidrelétrico. Este projeto remonta à década de 1990, quando foram apresentados os Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Araguari no Estado do Amapá pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE), através do Convênio ANEEL/ELETRONORTE de 16/12/1996.

Quadro 5 – Informativo das etapas de implantação da UHECC

Evento	Detalhes	Data
Estudos de Inventário do rio Araguari	Despacho ANEEL n.º 530	16/12/1999
Leilão ANEEL	Leilão 06/2012	2012
Processo de Licenciamento Ambiental	SEMA 32.000 1046/2008	01/09/2008
Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica	IMAP, n.º 13/2011.	11/10/2011
Estudos de Viabilidade	Despacho ANEEL n.º 1.631	14/05/2012
Licença Prévia	SEMA/IMAP 112/2012	23/04/2012
Licença Ambiental de Instalação–LI	SEMA/IMAP 556/2013	2013
Início da Construção	EDP/CTG	Setembro de 2013
Licença Ambiental de Operação - LO.	SEMA/IMAP 0237/2015	2015
Enchimento do reservatório	parte do cronograma de construção	2016
Início da Geração		Maio de 2016

Fonte: Organizado pela autora conforme informações ANEEL, 2012; Wikipédia, 2016

Durante a aprovação do inventário, foram apresentados seis Aproveitamentos Hidrelétricos (AHE), dentre eles destaca-se a AHE Cachoeira Caldeirão com uma capacidade de 134 MW. A sua construção iniciou em 2013, com a operação em 2016, mas com uma capacidade instalada de 219 MW, ou seja, 85 MW acima do previsto no Estudo do Inventário.

Outrossim, a efetivação de seu processo de construção deu-se a partir do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007.

O PAC foi criado para reduzir as desigualdades regionais existentes no país, garantindo financiamento estatal para a instalação de grandes empreendimentos, sobretudo ligados ao setor energético e logístico, com investimentos previstos para medidas de incentivo fiscal e creditício. Portanto, previa a geração de mais de 12.386 megawatts de energia elétrica, a construção de 13.826 km de linhas de transmissão, a instalação de quatro novas unidades de refino ou petroquímicas, a construção de 4.526 km de gasodutos e a instalação de 46 usinas de biodiesel. Outras áreas, como saneamento básico e recuperação de estradas, também estão previstas no projeto.

A usina hidrelétrica Cachoeira Caldeirão representa as relações financeiras internacionais no setor energético. Controlada pela holding EDP Energia do Brasil S.A, a composição acionária inclui a EDP Energia de Portugal S.A, que possui participação majoritária de 66,85% de acionistas minoritários, além de 21,35% da China Three Gorges, 5,01% da Liberbank S.A e 6,79% da Iberdrola. A China Three Gorges, estatal chinesa, entrou no Brasil em 2013, focando em aquisições, incluindo participações na Companhia Energética do Jari e na usina Cachoeira Caldeirão.

O grupo EDP, em Portugal, opera em diversas fontes de energia por meio de suas subsidiárias. A EDP Brasil, constituída em 2000, atua em geração, distribuição e transmissão em vários estados brasileiros, tendo implementado a usina Cachoeira Caldeirão após estudos de viabilidade realizados por diversas empresas, incluindo a Construtora Norberto Odebrecht.

O projeto da UHECC não apenas transformou a paisagem local, mas também impactou profundamente as comunidades ribeirinhas que habitam suas margens. A construção da hidrelétrica trouxe a promessa de progresso e desenvolvimento para Porto Grande, mas também gerou um ciclo de desalojamentos, perda de terras e mudança em modos de vida tradicionais. Para as pescadoras, as memórias dos antigos costumes e rituais que envolviam o rio e a floresta são muito mais do que recordações; são a essência de suas identidades e de seu território. O desafio que elas enfrentam reflete as lutas de muitos que buscam equilibrar a necessidade de desenvolvimento com a preservação de suas raízes culturais.

As águas do rio Araguari, antes puras e navegáveis, tornaram-se um símbolo das tensões entre modernidade e tradição. A elevação do nível do rio devido à construção da hidrelétrica alterou o ecossistema local, afetando peixes e outras formas de vida aquática, comprometendo a alimentação e os meios de subsistência da população.

A UHECC está localizada no município de Ferreira Gomes e apresenta seu lago artificial concentrado no município de Porto Grande, na região central do estado do Amapá, distante da capital Macapá. A chegada da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão não gerou estranhamento inicial, uma vez que ocorreu logo após a Hidrelétrica Ferreira Gomes. As informações que chegavam do município vizinho indicavam que esse empreendimento havia provocado um verdadeiro *boom* de empregos. Aqueles que não trabalhavam diretamente no canteiro de obras da UHE Ferreira Gomes lucravam alugando casas para os funcionários ou vendendo mercadorias no comércio local.

Na expectativa de *progresso*, somada a abertura de empregos, houve uma mudança no cenário social e econômico na cidade de Porto Grande. Aqueles que podiam investir na construção de “quitinetes” para atender à demanda, os preços das mercadorias dispararam, dentre outras coisas mais.

A promessa de geração de empregos associada às hidrelétricas merece uma análise crítica. Embora a construção possa criar empregos temporários, a maioria das oportunidades não é sustentável a longo prazo. Ao final das obras, o número de empregos permanentes é geralmente reduzido, deixando as comunidades locais sem alternativas viáveis para a manutenção de seus meios de subsistência.

As populações atingidas enfrentam dificuldades na realocação, com infraestrutura inadequada e promessas de compensações não cumpridas. O processo de reassentamento é complexo e, muitas vezes, não considera as necessidades específicas das comunidades, resultando em ambientes inadequados para a continuidade de suas atividades econômicas e sociais. A promessa de um “bem maior” transforma-se em uma realidade de marginalização e sofrimento para muitos.

Quando uma hidrelétrica é construída, os moradores ao longo do rio, tanto a jusante quanto a montante, enfrentam impactos significativos. Durante o enchimento do lago artificial, o fluxo de água abaixo do barramento sofre alterações, dificultando a pesca para os residentes ribeirinhos ou causando outros problemas.

Nesse contexto, em 07 de maio de 2015, durante o processo de construção da UHECC, ocorreu o rompimento da estrutura de contenção de água, resultando em uma inundação na cidade de Ferreira Gomes, deixando muitos moradores com significativos prejuízos. Os moradores atingidos pela tragédia perderam móveis, eletrodomésticos, criações de animais, etc. Após o susto da enchente, as famílias precisaram utilizar barcos para se deslocar e tentar salvar o que restava em suas residências.

Esse problema causado à população ferreirense pode ser percebido na Figura 5, que traz a imagem da enchente em Ferreira Gomes com o rompimento da estrutura de contenção de água da UHECC.

Figura 5 – Enchente em Ferreira Gomes com o rompimento da estrutura de contenção de água da UHECC



Fonte: Portal de notícias G1 Amapá Foto: Abinoan Santiago, 2015

Tal incidente exemplifica a gravidade e as consequências que podem advir de falhas na comunicação e na gestão de recursos hídricos. O fato de mais de 445 casas em Ferreira Gomes terem sido afetadas, resultando em danos materiais, psicológicos e socioambientais, destaca a vulnerabilidade das comunidades que habitam áreas próximas a grandes empreendimentos hidrelétricos.

Esse incidente ressalta a importância de uma comunicação eficaz e de uma gestão adequada dos recursos hídricos. As consequências de falhas nesse aspecto não afetam apenas diretamente as estruturas físicas, mas também o bem-estar psicológico e social das comunidades envolvidas. Quando grandes empreendimentos hidrelétricos são implantados, é fundamental que haja um planejamento que considere não apenas os benefícios econômicos, mas também a proteção das comunidades e do meio ambiente.

A vulnerabilidade das pessoas que vivem nas proximidades deve ser uma prioridade nas discussões sobre o desenvolvimento de tais projetos. De acordo com o portal de notícias G1 Amapá, a empresa Ferreira Gomes Energia informou que a UHECC, em construção pela EDP, não comunicou a abertura do vertedouro, o que resultou em uma enchente que afetou parte da cidade de Ferreira Gomes.

A Ferreira Gomes Energia, responsável pela hidrelétrica de mesmo nome no rio Araguari, disse na noite de quinta-feira (7), que a **enchente que atingiu parte da cidade de Ferreira Gomes** foi provocada pela Cachoeira Caldeirão, hidrelétrica que está sendo construída pela EDP na região. Segundo a empresa, um volume de água do rio foi liberado pela Cachoeira Caldeirão sem que houvesse comunicação às demais hidrelétricas instaladas no Araguari: a Ferreira Gomes Energia e a Coaracy Nunes⁷⁷. [grifo da autora]

A acusação de que a enchente foi provocada pela UHECC, construída pela EDP, e a falta de aviso prévio às demais hidrelétricas da região levantam questões críticas sobre a responsabilidade e a coordenação entre as empresas que operam no mesmo sistema hídrico. A ausência de comunicação eficaz entre a Cachoeira Caldeirão e as hidrelétricas Ferreira Gomes e Coaracy Nunes não apenas compromete a segurança das comunidades locais, mas também evidencia lacunas na regulação e no monitoramento das operações hidrelétricas.

Além dos danos imediatos causados pela enchente, como perda de bens e traumas psicológicos, é importante considerar os impactos socioambientais a longo prazo. A destruição de habitats, a alteração na dinâmica do rio e a desestabilização das comunidades locais podem ter efeitos duradouros que exigem atenção e políticas de mitigação adequadas.

Esses eventos ressaltam a necessidade urgente de melhorar os protocolos de comunicação e de segurança entre as empresas de energia, de tal modo a importância de um planejamento integrado que leve em conta não apenas os aspectos econômicos, mas também a segurança das populações e a preservação ambiental. A colaboração entre os órgãos reguladores, as empresas operadoras e as comunidades afetadas é fundamental para prevenir futuros incidentes e garantir que o desenvolvimento energético ocorra de forma sustentável e responsável.

Com a implementação UHECC, tornou-se imprescindível realizar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que abrange diversos projetos e informações necessárias para a

⁷⁷ **Empresa diz que cheia em Ferreira Gomes foi causada por hidrelétrica:** cheia atingiu mais de 600 pessoas em Ferreira Gomes, no Amapá. Hidrelétrica afirma ter comunicado empresas sobre abertura de ensecadeira. Macapá: 08/05/2015. Ver <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/05/empresa-diz-que-cheia-em-ferreira-gomes-foi-causada-por-hidreletrica.html> Acesso em 07.12.2024 as 17h

exploração do empreendimento, entre os quais se incluem a pesquisa da ictiofauna. Portanto, em 2011, a ECOTUMUCUMAQUE conduziu uma extensa pesquisa sobre a ictiofauna do rio Araguari. Esta investigação não se limitou ao corpo d'água principal, mas também englobou seus lagos marginais e canais interiores, evidenciando o compromisso da organização com a preservação do ecossistema local.

Os inventários realizados ao longo desses corpos hídricos revelaram uma rica diversidade de peixes, com a identificação de 80 a 168 morfotipos distintos. Esta diversidade é notável não apenas em termos de quantidade de espécimes, mas também na variedade de espécies e famílias representadas.

Foram encontrados exemplares de várias famílias, destacando-se entre elas:

- Anostomidae, conhecidos popularmente como pias
- Erythrinidae, que incluem as traíras, trairões e jijos
- Ctenoluciidae, mais conhecidos como “bicudas”
- Loricariidae, ou cascudos e acaris
- Cichlidae, sendo o tucunaré o principal representante desta família.

A instalação do empreendimento hidrelétrico UHECC, embora tenha sido projetada para minimizar os impactos na ictiofauna, parece ter tido o efeito contrário. Em vez de proteger o ecossistema, os estudos de impactos ambientais parecem ter sido direcionados principalmente para obter o licenciamento para a construção do empreendimento. Isso resultou em uma série de desafios para os pescadores artesanais, que relataram prejuízos significativos à sua atividade.

Esses desafios são evidentes nas várias mudanças observadas no ecossistema pesqueiro. A mortandade de peixes, a migração de espécies e até mesmo a extinção de algumas delas são alterações diretamente atribuídas aos empreendimentos. Essas mudanças forçaram os pescadores artesanais a se deslocarem para outras áreas em busca de melhores condições de pesca. Diante dessa realidade, fica claro que é necessária uma intervenção. Medidas de mitigação e compensação são essenciais para preservar a atividade pesqueira e o sustento desses profissionais.

A situação atual ressalta a importância de tais medidas e a urgência em implementá-las. Embora as grandes centrais hidrelétricas sejam frequentemente associadas à produção de energia renovável e limpa, elas causam alterações significativas nos ambientes social, econômico e natural onde são instaladas. Esses empreendimentos transformam o curso natural de um rio em um vasto lago, resultando na inundação de áreas extensas. Isso, por sua vez, leva ao deslocamento forçado de várias famílias e animais, além da submersão da flora local.

Entretanto, particularmente nas zonas rurais e nas comunidades da classe trabalhadora, o trabalho das mulheres é frequentemente considerado “livre” e não é devidamente reconhecido como trabalho. Essa percepção equivocada complica a divisão social injusta do trabalho, pois as mulheres enfrentam barreiras para terem seus esforços valorizados. A energia e a criatividade envolvidas no trabalho alimentar das mulheres são frequentemente subestimadas, apesar de serem essenciais para o bem-estar de suas famílias e comunidades.

Um problema ambiental que ocorre em regiões onde há hidrelétricas em funcionamento diz respeito à mortandade de peixes. Durante o verão de 2019, a manobra realizada pela UHECC resultou em uma rápida redução do nível da água nos reservatórios. Essa diminuição repentina do volume de água deixou muitos peixes, especialmente os alevinos (filhotes de peixes), em condições adversas. Conforme mostra a figura 6. A água liberada pelos vertedouros e turbinas apresentou níveis extremamente baixos de oxigênio, provocando a morte de peixes. A falta de oxigênio inibe também o restabelecimento das populações de peixes na região.

Figura 6 – Mortandade de peixes no médio rio Araguari



Fonte: Movimento dos Atingidos por Barragens, 2019, GUIMARÃES, Moroni, 2025.

Quando o nível da água cai rapidamente, os alevinos, que estão muitas vezes próximos da superfície ou em áreas rasas, podem ficar isolados em poças temporárias ou em áreas que se tornam secas. Isso ocorre porque eles não conseguem se deslocar rapidamente para regiões mais profundas do rio antes que a água baixe. Essa situação leva à morte desses peixes, uma vez que eles não conseguem encontrar abrigo ou água suficiente para sobreviver.

Além da mortalidade dos alevinos, essa prática de manejo da água pode ter outras consequências negativas para o ecossistema aquático, como a alteração dos habitats, a diminuição da biodiversidade e o impacto nas populações de peixes adultos que dependem dos alevinos para a reprodução e a manutenção das espécies.

A historiadora amapaense Cecília Chaves de Brito Bastos aborda em sua dissertação de mestrado *Conflitos ambientais urbanos em áreas de ressaca: um estudo da Comunidade Negra da Lagoa dos Índios em Macapá-AP*, a relação histórica entre a apropriação de recursos materiais e o poder social destacando como essa dinâmica moldou as estruturas de poder e influenciou as percepções e ideologias sociais. Sugere que as disputas por poder e recursos têm sido a fonte de conflitos sociais, ambientais, econômicos e políticos ao longo da história.

A emergência dos conflitos ambientais ocorre à medida que se aprofunda o processo de transformação econômica e social dos territórios, pondo em evidência a disputa por hegemonia entre distintas concepções sobre as formas de incorporação da natureza e do meio ambiente para satisfazer necessidades materiais e simbólicas das comunidades. Compreender esse processo permite construir uma ponte entre investigação e ação e sobre a geração de novos conhecimentos sobre uma determinada comunidade.

A autora Cecília Chaves de Brito Bastos faz uma conexão importante entre a apropriação de recursos materiais, o poder social e a emergência de conflitos ambientais. Identifica a transformação econômica e social como catalisadores para a emergência de conflitos ambientais. Contudo, a compreensão desses processos pode informar ações práticas e contribuir para a geração de novos conhecimentos. Para ela, a disputa por hegemonia entre diferentes visões de como a natureza e o meio ambiente devem ser utilizados é um tema central.

Nesse contexto, o autor Henri Acselradi ao fazer uma análise sobre conflitos ambientais, propõe uma abordagem multidimensional que considera tanto a apropriação material quanto a simbólica dos recursos territoriais, fundamentais para entender as dinâmicas de poder subjacentes a esses conflitos. O primeiro espaço diz respeito à distribuição de poder sobre recursos naturais, onde disputas por controle e acesso podem resultar em desigualdades significativas, prejudicando comunidades locais e violando seus direitos. O segundo espaço, por sua vez, aborda as representações culturais e os valores associados ao território, evidenciando como as percepções sobre natureza e desenvolvimento influenciam a mobilização das populações em defesa de seus direitos.

A interação entre esses dois espaços é crucial para a gestão equitativa e sustentável dos recursos ambientais, já que soluções eficazes devem considerar não somente aspectos econômicos, mas também as particularidades culturais e sociais das comunidades afetadas. A

citação mostra como diferentes grupos sociais têm formas diferentes de apropriação, uso e significado do território, e como esses modos podem ser ameaçados por práticas de outros grupos, causando conflitos.

Nessa ótica da disputa por hegemonia, percebe-se que a instalação da UHECC traz um impacto significativo no ecossistema local, afetando diretamente a vida marinha e, conseqüentemente, a atividade pesqueira. Essa situação suscita importantes questionamentos sobre o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, representado pela hidrelétrica, e a preservação das tradições e meios de subsistência locais.

Esses conflitos geram um intenso debate sobre a necessidade de uma abordagem mais equilibrada e justa na implementação de projetos de infraestrutura, que considere não somente os aspectos econômicos, mas também os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental. A luta por direitos das populações afetadas tem se intensificado, com movimentos sociais trabalhando para garantir que as vozes dessas comunidades sejam ouvidas e que seus direitos sejam respeitados.

2.4 – A UHECC e a luta dos atingidos por barragens.

A retirada sistemática de direitos econômicos, ambientais, sociais e culturais de inúmeras famílias direta ou indiretamente atingidas pelos empreendimentos de barragens vem acompanhada pela construção de hidrelétricas no Brasil. As populações atingidas frequentemente enfrentam a falta de informações adequadas sobre os projetos, bem como um acesso limitado a processos de consulta e participação nas decisões que afetam suas vidas. As compensações oferecidas pelas empresas responsáveis muitas vezes são insuficientes para cobrir as perdas econômicas e sociais que essas comunidades enfrentam.

Por outro lado, as empresas construtoras, motivadas por interesses econômicos e a maximização de lucros, têm adotado estratégias que priorizam a redução de custos, muitas vezes em detrimento do bem-estar das comunidades afetadas. Isso pode resultar em um cenário de conflito, onde os direitos das populações locais são frequentemente desconsiderados em prol de um desenvolvimento frequentemente apresentado como necessário para o progresso econômico do país.

O MAB é um exemplo significativo de resistência ao modelo hegemônico de globalização, especialmente na sua vertente neoliberal. Esse movimento reúne pessoas que foram deslocadas de suas terras e comunidades devido à construção de barragens, que muitas

vezes são promovidas por grandes empresas em parceria com governos, sob a justificativa de desenvolvimento econômico e geração de energia.

A autora Elisa Estraniolli ao analisar o marco legal que regula a compensação para os atingidos por projetos de empresas do setor elétrico, destaca uma questão crítica: a prevalência de critérios patrimonialistas na legislação vigente. O Decreto-lei 3.356 de 1941, que determina que somente proprietários com escritura sejam reconhecidos como atingidos, reflete uma visão restrita e limitada sobre os impactos sociais e ambientais que esses projetos podem causar.

Embora haja avanços em termos de acordos e diretrizes que visam melhorar a situação dos atingidos, a manutenção de um critério que considera somente a propriedade formal e a compensação financeira como única forma de reparação ignora a complexidade das relações sociais, culturais e econômicas das comunidades impactadas. Muitas vezes, os atingidos não são somente proprietários de terras, mas membros de comunidades que dependem dos recursos naturais e do território para sua subsistência e identidade.

Essa abordagem patrimonialista pode resultar em injustiças, uma vez que desconsidera o valor social e cultural do território, levando ao enfraquecimento das comunidades e à perpetuação de desigualdades. Portanto, é fundamental haver uma revisão das políticas e da legislação para incluir formas de compensação que reconheçam e respeitem os direitos das comunidades, promovendo um diálogo mais inclusivo e considerando as diversas formas de impacto que esses projetos podem causar.

Em 2010, o Relatório da Comissão Especial de Barragens do Conselho Nacional de Direitos Humanos destacou que a construção de barragens resulta em graves violações de direitos humanos. Essas violações agravaram ainda mais as desigualdades sociais existentes, levando muitas comunidades à situação de miséria e desestruturação tanto social quanto familiar e individual. Dessa forma, as reivindicações do movimento social envolvido nesse tema fazem parte de uma luta por enfrentamento dessas violações e pelo acesso aos direitos básicos.

Essa situação ressalta a importância de uma abordagem mais inclusiva e participativa na elaboração de políticas públicas e na realização de estudos ambientais, garantindo que os direitos humanos sejam respeitados e que as comunidades afetadas tenham voz nas decisões que impactam suas vidas.

Em sua atuação, o MAB desempenha um papel importante na luta pelos direitos das comunidades afetadas por grandes projetos de infraestrutura, principalmente na violação de direitos das mulheres. A análise das violações de direitos humanos contra mulheres atingidas por esses empreendimentos revela uma série de eixos que evidenciam as múltiplas dimensões do impacto social e econômico que essas mulheres enfrentam.

Em suas ações, o movimento defende a construção de um modelo alternativo que priorize a justiça social, a proteção ambiental e a soberania dos povos sobre seus territórios. Essa resistência é fundamental para promover um debate mais amplo sobre alternativas ao modelo neoliberal, contribuindo para uma perspectiva de globalização que respeite e valorize a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental.

A deficiência dos estudos ambientais é outro fator crucial, ao sugerir que esses estudos muitas vezes não capturam a complexidade das interações sociais e ambientais envolvidas nesses projetos. A falta de uma análise abrangente pode levar a decisões que desconsideram as vozes das comunidades locais e os impactos a longo prazo sobre o meio ambiente e a sociedade.

O MAB destaca que o impacto das hidrelétricas não é somente ambiental, mas também social, afetando de maneira particular as mulheres. Isso evidencia a necessidade de uma análise crítica das relações de gênero em contextos de desenvolvimento e infraestrutura, de tal modo a importância de políticas que reconheçam e valorizem o trabalho das mulheres, tanto no âmbito doméstico quanto no mercado de trabalho. A intersecção entre patriarcalismo e capitalismo, portanto, é uma questão central para entender as dinâmicas de opressão que se intensificam em momentos de grandes projetos de desenvolvimento.

- 1. Violação de Direitos:** As mulheres, já marginalizadas por conta da opressão de gênero, enfrentam uma nova camada de violação de direitos quando projetos de hidrelétricas são implementados. Isso se manifesta em diversas esferas da vida, incluindo trabalho, participação política, e relações comunitárias e familiares.
- 2. Desestruturação Social:** A construção de hidrelétricas geralmente leva ao deslocamento de comunidades, o que pode resultar em uma desestruturação social e familiar. As mulheres, que são muitas vezes as responsáveis pela manutenção do lar e da comunidade, sofrem desproporcionalmente com essas mudanças.
- 3. Trabalho e Participação Política:** A opressão das mulheres se agrava em contextos de grandes obras, onde elas podem ter dificuldades em se inserir no mercado de trabalho formal e em ocupar espaços de participação política. As relações com as empresas construtoras podem ser desiguais, levando a uma marginalização ainda maior.
- 4. Acesso a Serviços Públicos e Sexualidade:** Com a chegada de hidrelétricas, o acesso a serviços públicos essenciais pode ser comprometido, e a sexualidade das mulheres pode ser afetada por dinâmicas de poder que se intensificam nesses contextos.

Esses eixos sublinham a importância de uma abordagem de gênero nas políticas de reparação e nos processos de tomada de decisão relacionados a projetos de infraestrutura. É fundamental que as vozes e as necessidades das mulheres sejam ouvidas e consideradas para garantir que seus direitos sejam respeitados e protegidos.

De acordo com o Dossiê de Mulheres Atingidas, elaborado pelo MAB (2015), a opressão enfrentada pelas mulheres e as violações dos direitos humanos relacionadas aos processos de construção de barragens sempre estiveram presentes na pauta de discussões do movimento. Porém essa participação era limitada até então, a participação predominantemente masculina marcava as ações e decisões dentro do próprio movimento, refletindo a desigualdade de gênero enraizada na própria estrutura dessas ações coletivas.

Com o avanço nas discussões sobre questões de gênero, ocorreu uma evolução nesse cenário, com esforços para fortalecer a presença das mulheres na luta e organizar grupos de coordenação compostos majoritariamente por mulheres. Esses esforços resultaram na formação de grupos de coordenação compostos principalmente por mulheres, permitindo uma participação mais ativa nas discussões políticas e ações de resistência. O destaque vai para a criação do Coletivo de Mulheres, formalizado durante o I Encontro Nacional das Mulheres Atingidas, realizado de 04 a 07 de abril de 2011 em Brasília, que reuniu mais de 500 participantes, incluindo mulheres indígenas. Essa estruturação foi um marco importante para consolidar a organização feminina no movimento.

2.4.1 – Atuação do MAB no Amapá junto a Colônia Z16

O MAB tem um papel fundamental na luta por direitos e justiça social, especialmente para comunidades impactadas por grandes projetos de infraestrutura, como barragens. No Estado do Amapá, o MAB tem sua história de luta a partir dos impactos ocasionados por três UHEs no rio Araguari, atuando dessa forma nos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes.

Em Porto Grande, a atuação do MAB iniciou em 2017, a convite do casal de pescadores Dona Nete e Seu Nena. O convite ocorreu após a fala de Moroni Pascale em um seminário realizado em Macapá, que abordava os problemas ambientais das UHES que atuam no rio Araguari. O casal foi convidado juntamente com um grupo de pessoas de Porto Grand para participarem do Seminário. A Figura 6 apresenta uma foto do casal.

Figura 6 – Casal de pescadores Nete e Nena.



Fonte: Movimento dos Atingidos por Barragens, 2017

A partir do convite de Nete e Nena, o MAB envolveu a comunidade de ribeirinhos e pescadores da colônia Z16 na luta do movimento por direitos, até então desconhecidos por muitos. As compensações garantidas a partir de programas não foram concretizadas, e quando realizadas, não ocorreram plenamente.

Pode-se notar a partir da elaboração do diagnóstico, em 2015, que visava detalhar os impactos socioeconômicos incidentes sob as comunidades de pescadores da área de influência do empreendimento da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão (EECC), bem como a execução de ações de recuperação e fomento da atividade pesqueira em atendimento às condicionantes n.º 2.14 e 2.3 da Licença Prévia n.º 0112/2012 (programa 13 do EIA).

O levantamento foi realizado nos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes, abrangendo a pesca artesanal, a piscicultura e os comerciantes de pescado. Participaram da pesquisa 11 pescadores de ambos os municípios e 15 residentes de Porto Grande. O relatório revelou que, na colônia Z16 de Porto Grande, havia 181 pescadores cadastrados, enquanto na colônia Z7 de Ferreira Gomes, havia 271 pescadores.

Comumente, a análise focou não somente nos pescadores, mas também em piscicultores e comerciantes, tratando a atividade pesqueira integrada na Área de Influência Direta (AID) da UHECC.

O relatório teve como conclusão:

É esperado que a construção da UHE Cachoeira Caldeirão, e a conseqüente formação do reservatório, não ocasionem impactos significativos na atividade pesqueira local, tendo em vista, principalmente, a baixa produção e

representatividade do pescado local em relação ao consumo de peixe nos municípios afetados. Todavia, a atividade consiste como única ou principal fonte de renda para uma fatia da população local. Dessa forma, os possíveis impactos oriundos da construção do empreendimento foram levantados e considerados durante a fase de planejamento. Medidas compensatórias foram contempladas com a realização de um convênio com a Agência de Pesca do Estado do Amapá (PESCAP), que prevê o fomento da atividade pesqueira e da aquicultura na região.

Com o intuito de invisibilizar a importância dos pescadores/pescadoras no território e até mesmo de silenciá-los, o resultado do relatório foi de que a construção da UHECC e a subsequente formação do reservatório não ocasionaria impactos significativos na atividade pesqueira local. Pois, a expectativa é baseada na suposta baixa produção e representatividade do pescado em relação ao consumo nos municípios afetados.

No entanto, essa afirmação é uma generalização problemática, ao subestimar a importância da pesca para a subsistência das comunidades locais. Embora a produção pesqueira possa ser considerada baixa em termos absolutos, ela é crucial para a segurança alimentar e a economia de famílias que dependem desse recurso.

No entanto, a afirmação de que a pesca é “a única ou principal fonte de renda” para uma parte da população local indica a vulnerabilidade econômica que resultaria de quaisquer impactos negativos na pesca. A construção de uma hidrelétrica frequentemente altera ecossistemas aquáticos, prejudicando a biodiversidade e alterando os ciclos de vida das espécies, o que pode afetar a pesca tanto direta quanto indiretamente.

O relatório menciona “medidas compensatórias” e um convênio com a PESCAP, reconhecendo a necessidade de mitigar os impactos. Contudo, a eficácia dessas medidas depende de sua implementação prática e da real capacidade de fomento à atividade pesqueira e à aquicultura.

A análise de possíveis cenários, incluindo um acompanhamento pós-implementação, seria importante para entender as reais consequências da construção da UHE sobre a atividade pesqueira local. Com esse intuito, o Quadro 6 apresenta informações sobre o número de pescadores distribuídos nos anos de 2015, 2017 e 2024.

Quadro 6 – Número de Pescadores e Pescadoras por Ano.

Ano	Mulheres	Homens	Total
2015	?	?	181
2017	77	50	127
2024	33	26	59

Fonte: Produção da autora a partir de levantamento de dados, 2025.

Os dados referentes aos pescadores em 2015 foram baseados no relatório elaborado pela Biolex Consultoria Ambiental, uma empresa especializada em consultoria para o Programa de Diagnóstico e Fomento à Pesca da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão (EECC) S.A, no entanto, na informação estava o total de pescadores sem a distribuição homens e mulheres como pescadores e pescadoras da colônia Z-16.

A falta de especificação entre homens e mulheres na contabilidade de pescadores pode refletir um olhar patriarcal. A invisibilidade das mulheres em dados e estatísticas que deveriam incluir ambos os gêneros, isso pode indicar uma tendência histórica de marginalização das contribuições femininas em atividades tradicionalmente associadas ao masculino, como a pesca.

Esse fenômeno pode ser analisado sob a perspectiva de como as estruturas sociais e culturais moldam a maneira como as atividades e os papéis de gênero são percebidos e valorizados. A contabilidade que não distingue entre os gêneros pode reforçar a ideia de que os homens são os principais responsáveis pela pesca, enquanto as mulheres, que também desempenham papéis significativos nessa atividade, são deixadas de lado.

Portanto, essa omissão pode ser vista como uma manifestação de um olhar patriarcal, que não somente ignora a contribuição das mulheres, mas também perpetua desigualdades de gênero ao não reconhecer a diversidade de papéis que homens e mulheres desempenham em atividades econômicas e sociais. Para complementar, é importante ressaltar que, em 2017, foi realizado um recadastramento, o qual já incluía a segmentação por gênero, permitindo uma análise mais detalhada da participação de homens e mulheres na atividade pesqueira.

Para proporcionar um parâmetro mais abrangente sobre a distribuição de gêneros na colônia Z-16, o Quadro 7 apresenta informações relevantes sobre a quantidade de mulheres envolvidas na pesca em 2017, ano em que o Sr. Edmilson Monteiro Paixão assumiu a presidência da colônia em Porto Grande. Devido à falta de dados sobre os associados da colônia antes desse ano, foi realizado um cadastramento, que resultou em um total de 127 associados, sendo 77 mulheres e 50 homens.

Quadro 7 – Percentual de mulheres na Z-16 em 2017

	Quantidade	Porcentagem
Mulheres	77	60.63%
Homens	50	39.37%
Total	127	100%

Fonte: Produção da autora a partir de informações da Z-16, 2025

Esses dados evidenciam que a colônia Z-16 possui uma significativa presença feminina, com mais de 60% de suas associadas sendo mulheres. Essa realidade desafia os estereótipos tradicionais que relegam muitas vezes as mulheres a papéis secundários em atividades consideradas predominantemente masculinas, como a pesca. A participação expressiva das mulheres neste setor não somente ressalta sua importância econômica, mas também sublinha a necessidade de reconhecer e valorizar suas contribuições para a sustentabilidade e o desenvolvimento das comunidades pesqueiras.

A valorização do trabalho feminino na pesca é crucial para promover a equidade de gênero e fortalecer a resiliência da colônia frente às mudanças sociais e ambientais. Além disso, quando as mulheres são ativamente envolvidas nas decisões e nas práticas pesqueiras, isso pode levar a uma gestão mais eficiente dos recursos naturais, uma vez que suas experiências e conhecimentos muitas vezes oferecem uma perspectiva única sobre a conservação e a utilização sustentável dos ecossistemas aquáticos.

Portanto, a presença significativa de mulheres na colônia Z-16 não deve ser vista somente como uma estatística, mas como um indicativo de um potencial transformador. É fundamental que políticas públicas e iniciativas comunitárias continuem a apoiar o empoderamento feminino, promovendo a inclusão e a participação ativa das mulheres em todas as esferas da pesca e da gestão ambiental. A colônia Z-16 pode servir como um modelo para outras comunidades, demonstrando que a equidade de gênero não é somente uma questão de justiça social, mas também um fator crítico para a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico.

Até o início do ano de 2024, a colônia de pescadores Z-16 enfrentou uma significativa diminuição no número total de pescadores, uma vez que não houve a entrada de novos membros. Essa redução é atribuída a uma série de fatores inter-relacionados, como aposentadoria, abandono da atividade pesqueira e falecimento de integrantes da colônia. Esses elementos, conforme ilustrado no Quadro 8, indicam uma transformação preocupante na demografia do setor pesqueiro local.

Quadro 8 – Distribuição da situação de pescadores (as) da Z-16 até o início de 2024.

Situação	Pescadoras	Pescadores	Total
Ativa (o)	33	26	59
Aposentadas (os)	22	12	34

Abandono	19	9	28
Deu baixa	2	—	2
Falecimento	1	3	4
Total	77	50	127

Fonte: Produção da autora a partir de informações da colônia Z-16.

Esse quadro oferece uma perspectiva abrangente sobre a situação dos pescadores e das pescadoras da Z-16 até o início de 2024. A distribuição dos dados revela não somente a força de trabalho ativa – com 59 indivíduos ainda engajados na pesca – mas também destaca o número crescente relacionado à aposentadoria e ao abandono da atividade, que totalizam 62 pescadores (34 aposentados e 28 que abandonaram a prática).

Adicionalmente, a perda de membros da colônia devido ao falecimento, embora pareça pequena em números absolutos (quatro casos), reflete uma tendência que pode impactar a continuidade das práticas pesqueiras na região. A situação se torna ainda mais crítica quando se considera que a maioria dos pescadores que estão se aposentando ou abandonando a atividade são mais velhos e, portanto, menos propensos a serem substituídos por novas gerações.

Sem dúvida, a situação enfrentada pelos pescadores artesanais é complexa e repleta de desafios, especialmente diante das mudanças ambientais e socioeconômicas. A busca por um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente é determinante. Políticas públicas sensíveis a essas dinâmicas são essenciais para garantir os direitos desses trabalhadores e a sustentabilidade das comunidades locais.

A partir do Programa de Diagnóstico e Fomento à Pesca coube à EECC

- i. promover ações de capacitação técnica para o setor de pesca e aquicultura na área de influência do empreendimento;
- ii. fomentar a aquicultura na área de influência do empreendimento por meio de confecção e doação de tanques-rede às entidades representativas do setor; construir um atracadouro para embarque e desembarque do pescado no Município de Porto Grande;
- iii. apoiar a Prefeitura Municipal de Porto Grande e Colônias de Pescadores na implementação de uma feira de pescado.

O MAB, ao tomar conhecimento da competência da UHECC em relação às compensações ao setor da pesca artesanal, recebeu denúncias sobre os impactos negativos enfrentados pelos pescadores atingidos, que não receberam compensações adequadas para

mitigar os efeitos adversos em suas vidas profissionais. Entre as iniciativas do programa de fomento à pesca, a medida efetivada para atender à pesca artesanal foi a construção de um atracadouro para embarque e desembarque do pescado no Município de Porto Grande, além da promoção de cursos para os pescadores.

A implementação da feira de pescado não aconteceu, e a EECC alega ausência de manifestações do Município para a implementação do projeto, o que é frustrante para a comunidade de pescadores que dependem dessa feira.

Outro problema identificado em relação à implementação do programa de fomento à pesca diz respeito ao acordo entre a EECC e o PESCAP para a execução do programa na região, onde foi formulado um plano de aplicação.

2.1 – Aquisição de kits de pesca artesanal (que incluem embarcação de madeira do tipo batelão, motor, rabeta, caixa isotérmica e malhadeira):

Embora o acordo tenha sido firmado o documento apresentado pelo PESCAP menciona a entrega de 40 **kits de pesca artesanal**, a efetivação dessa medida beneficiou os pescadores das colônias Z7 (Ferreira Gomes) e Z17 (Pedra Branca), excluindo a colônia Z16 (Porto Grande) presente na Área de Influência da UHECC.

Diante dessa situação, o MAB iniciou uma luta por direitos em Porto Grande, organizando reuniões e manifestações em parceria com a Colônia Z16. Essa mobilização garantirá que os pescadores tenham acesso a compensações justas e a ações que realmente atendam às suas necessidades.

Ao tomar conhecimento da competência da UHECC em relação às compensações no setor da pesca artesanal e diante das denúncias sobre os impactos negativos enfrentados pelos pescadores e demais atingidos, torna-se importante destacar alguns pontos.

Primeiramente, observa-se que muitos pescadores não receberam as compensações necessárias para mitigar os efeitos prejudiciais causados pelos impactos na pesca. Essa ausência de ações de reparação agrava ainda mais a situação dos profissionais do setor.

No contexto do programa de fomento à pesca, a única ação efetiva implementada até o momento foi a construção de um atracadouro destinado ao embarque e desembarque do pescado no município de Porto Grande. Além disso, foram promovidas ações complementares, como a realização de cursos voltados para os pescadores, visando aprimorar suas habilidades e conhecimentos.

O MAB iniciou a luta por direitos em Porto Grande por meio de reuniões e manifestações, em parceria com a Colônia de Pescadores Z16. Essas mobilizações buscaram

garantir que os direitos dos pescadores fossem respeitados e que as compensações prometidas fossem efetivamente aplicadas.

Conforme se pode observar na figura 8, a imagem retrata ações do MAB a partir de uma reunião com os pescadores da Colônia Z16, em frente à casa do presidente da colônia, senhor Edmilson. Essa reunião teve o intuito, além de apresentar o MAB aos pescadores e pescadoras da Z-16, criar estratégias de lutas para irem em busca de seus direitos. Nessa imagem, pode-se perceber que o número de mulheres é maior que o de homens, demonstrando o que se tem de informação levantada no Quadro 7.

Figura 8 – Reunião do MAB com a Colônia de Pescadores Z-16



Fonte: MAB, 2017. Guimarães, 2025.

A Figura 9 traz uma imagem de pescadores e pescadoras da colônia Z-16 organizados em uma manifestação nas ruas de Porto Grande buscando direitos. Isso evidencia a união e a determinação da comunidade em buscar melhorias e soluções para os problemas enfrentados. A mobilização é fundamental para assegurar que os interesses dos pescadores artesanais sejam considerados nas políticas públicas e nas ações da UHECC.

Figura 9 – Manifestação do MAB com pescadores e pescadoras da Colônia Z16



Fonte: Movimento dos Atingidos por Barragens, 2017

Uma das conquistas ocorreu com a alteração no convênio firmado entre EECC e PESCAP. A coordenação do MAB, por meio da Associação dos Atingidos por Barragens (ATINBA), em parceria com a Colônia Z16, encaminhou um ofício à Promotoria de Justiça de Porto Grande solicitando a revisão do programa de mitigação dos impactos enfrentados pelos pescadores da Colônia Z16. Posteriormente, foi enviado um ofício ao PESCAP solicitando uma alteração no convênio com o mesmo objetivo, visando aprimorar as ações de apoio aos pescadores afetados.

Como resultado, o convênio foi alterado em 2018, a pedido do PESCAP, que sugeriu a implementação das seguintes ações com o intuito de fortalecer a comunidade de pescadores Z-16 e as atividades pesqueiras na região onde está instalado o empreendimento da EECC: (i) aquisição de um imóvel no Município de Porto Grande para a instalação da sede da comunidade de pescadores Z-16, além do financiamento para a reforma do espaço, adequando-o para a realização de assembleias, reuniões, cursos de capacitação e outros eventos; e (ii) investimentos que visem fortalecer as atividades da associação de pescadores.

3 – A PRESENÇA DA MULHER NA PESCA EM PORTO GRANDE

Esta seção faz uma abordagem da presença da mulher na pesca a montante da UHECC. Faz um percurso a partir da trajetória de quatro pescadoras, abordando suas experiências no mundo do trabalho da pesca artesanal, visualizando os impactos e conflitos acerca da UHECC, não deixando de focar suas estratégias de resistência e luta a partir do envolvimento junto ao MAB.

3.1 Trajetória e conexão com a pesca

As histórias pessoais ilustram a rica diversidade de trajetórias que moldam a narrativa de uma região, evidenciando como as experiências individuais se entrelaçam com a história coletiva de um lugar. O entrelaçamento dessas narrativas revela significados que transcendem as fronteiras territoriais, enriquecendo nossa compreensão do passado e do presente.

Sob essa perspectiva, a pescadora Maria de Fátima compartilha experiências e tradições de sua família. Em suas palavras:

Bem, ... Eu morava com a minha mãe, a gente trabalhava em roça na minha infância, depois que eu casei com meu marido, que a gente vive até hoje, 45 anos juntos, depois que eu me juntei com ele, aí ... como ele era filho nascido e criado aqui no rio Araguari aqui no Porto Grande, a gente veio... eu sempre tive... eh, paixão por morar em beira de rio, não sei por quê, mas aí, me juntei com ele e moramos em Macapá e depois passamos a morar no rio Amapari onze anos. Aí voltamos a residir em Porto Grande, aqui a gente conseguiu esse terreno através do Assentamento Manoel Jacinto, onde a gente já vive vinte (...) e três anos aqui, vinte e três anos a gente mora aqui nesse lugar.

Maria de Fátima retrata sua trajetória de vida desde a infância, passando pelo casamento e pela escolha de viver à beira do rio. Ela também relata a evolução de sua prática de pesca e como essa atividade foi fundamental para sua subsistência ao longo dos anos. Além de pescadora, ela tinha como atividade a agricultura, que se acentua com a sua participação no Assentamento Manoel Jacinto (PA Manoel Jacinto).

Maria de Fátima, Edinete também carrega em sua história a essência do lugar onde vive. A pescadora Edinete, ao contar sobre sua trajetória em Porto Grande, salienta uma relação bem enraizada com a cultura local, tendo crescido e se desenvolvido ali.

Eu nasci no Mazagão. A minha mãe disse que eu vim para Porto Grande, com idade de dois meses. Nós vimos embora do Mazagão, vimos morar para cá. Aí, e lá, meu pai se empregou e nós tivemos que estudar lá na cidade. Ih,

moramos sempre ao lado do papai. A gente tinha um terreno lá no Sapo Seco. Nós ia de remo para lá, no mês das férias. Nós saía seis horas da manhã de Porto Grande. Dormia ali na casa do seu Chico, que é o pai dele, do meu esposo. E chegava seis horas da tarde de remo. Naquela época, não tinha motor. Era difícil. Só quem tinha motor era os garimpeiros. Nós, como era agricultor, não tinha motor. Não tinha condição de nós comprar um motor. Aí, quando era mês de volta de novo das férias, nós vinha de remo de novo. Seis horas da manhã. Chegava aqui seis horas da tarde. Aí saía daí seis horas da manhã. Chegava seis horas da tarde no Sapo Seco. Dois dias de remo, nós remava. Era... uma canoona, grandona. Nós embarcávamos dentro, todo mundo dentro. Um remo para cada um. Nós éramos o quê? Onze. Onze filhos e a mamãe e o papai.

Edinete ao narrar sua história, faz referência à comunidade do Sapo Seco, onde sua família se estabeleceu após a chegada de Mazagão na década de 1970, e menciona os “garimpeiros”, pois, não muito distante dali, estava o Igarapé do Capivara, onde existia o Garimpo do Capivara.

A partir da década de 1970, a descoberta de áreas com potencial para a extração de ouro atraiu uma grande onda de migrantes em busca de oportunidades de trabalho. Essa migração não apenas aumentou a população local, mas também alterou a dinâmica econômica da região. Os garimpeiros, atraídos pelas promessas de riqueza, eram acompanhados por agricultores e comerciantes que viam o garimpo como uma oportunidade de expandir seus negócios. A produção agrícola local, que incluía uma variedade de produtos como legumes, frutas, verduras, farinha de mandioca e peixes, encontrou um mercado garantido entre os trabalhadores do garimpo, criando um ciclo econômico que sustentou a comunidade por mais de três décadas.

No entanto, a criação da Floresta Nacional do Amapá em 1989 trouxe um novo contexto para a região. Pois, a existência do garimpo e sua atividade no território da unidade de conservação, funcionou até 2008, quando regulamentações ambientais e uma fiscalização mais rigorosa começaram a impactar as operações dos garimpos com a construção e funcionamento da base do ICMBIO na confluência do rio Araguari e rio Falsino.

A história do garimpo na região da comunidade Capivara é marcada por transformações sociais e econômicas profundas, refletidas na vida de seus moradores. Um exemplo emblemático é a trajetória de Rosana, uma pescadora nascida no rio Araguari, cuja família possui uma ligação ancestral com o garimpo.

Alguns de seus parentes trabalharam diretamente na atividade, como seu esposo, enquanto outros comercializavam produtos relacionados ao garimpo, como farinha e peixes, mantendo viva a economia local e a tradição de sobrevivência na comunidade.

Ao compartilhar sua história, Rosana relembra com carinho sua infância, marcada pela convivência com seus pais, que lhe ensinaram a pescar e a cultivar a terra. Crescendo na vida ribeirinha, ela aprendeu a valorizar a pesca e a agricultura como pilares do seu cotidiano. Sua narração revela uma relação profunda e íntima com o rio Araguari, que não só foi fonte de sustento, mas também de aprendizado e formação de sua identidade.

Mesmo ao retornar à cidade para estudar, as férias sempre eram uma oportunidade de voltar às raízes no Capivara, fortalecendo sua ligação com a cultura pesqueira e com o modo de vida que moldou quem ela é. Desse modo, a entrevistada Itacy compartilha sua história de vida, destacando a influência significativa de sua mãe em sua trajetória como pescadora. Nascida em Porto Grande, ela relata que sua mãe sempre teve uma ligação com a natureza, gostando de explorar o mato, pescar e caçar.

A minha história de pesca começou com o incentivo da minha mãe. Porque a minha mãe sempre gostou do mato, do rio, de pescar, de caçar. Porque nessa época não tinha proibição da caça, era tudo junto e misturado. Então, o incentivo foi da minha mãe. (...) Mas ela era moradora da beira do rio também. Só que ela é de Breves e veio pra cá pra Macapá. (...) Eu nasci em Porto Grande. (...) Ela se casou, né? Com um rapaz que morava em Macapá, que era o primeiro casamento dela. Aí, de Macapá, ela se separou desse um e já conheceu o meu pai. E aí eles viveram por 25 anos, foi o tempo que ela faleceu. Aí ela teve com meu pai dez filhos. Dez irmãos. Todos moradores do Porto.

Itacy revela que, em sua infância, a caça e a pesca eram atividades comuns e sem restrições, o que proporcionou um ambiente rico em experiências. Sua mãe, que havia se mudado de Breves para Macapá e se casado inicialmente com um homem da cidade, acabou se estabelecendo em uma nova relação e construindo uma grande família em Porto Grande. Com dez irmãos, Itacy cresceu à beira do rio, onde a tradição de pesca se perpetuou.

A trajetória de Maria de Fátima, Edinete, Itacy e Rosana no território do rio Araguari revela como as experiências de vida moldam a relação com o espaço e a identidade. Maria de Fátima, ao se estabelecer na região após o casamento, simboliza a busca por uma nova vida e a construção de laços familiares que se entrelaçam com a cultura local. Sua presença pode representar a fusão de tradições, já que traz consigo influências de sua origem, ao mesmo tempo, em que se adapta ao novo ambiente.

Edinete, que chegou ao local ainda na infância, possui uma relação com a terra, refletindo a formação de sua identidade ao longo dos anos. Essa vivência desde cedo pode ter contribuído para um sentimento de pertencimento mais forte, enraizado nas memórias e nas experiências que construíram sua relação com o rio e a comunidade.

Por sua vez, Itacy e Rosana compartilham a mesma cidade natal, têm histórias que influenciam suas percepções de pertencimento, trazem consigo a vivência ribeirinha, marcada pela proximidade com o rio e as tradições pesqueiras.

A intersecção dessas histórias na pesca destaca não somente uma atividade econômica, mas também um ponto de encontro cultural. A pesca se torna um elo que une essas mulheres, permitindo que compartilhem saberes, tradições e experiências. Esse espaço comum pode oferecer um sentido de comunidade e solidariedade, onde cada uma contribui com sua própria narrativa, enriquecendo a experiência coletiva.

As diferentes origens e trajetórias de Maria de Fátima, Edinete, Itacy e Rosana tecem uma rede de relações que fortalece a comunidade do rio Araguari, mostrando como a diversidade de experiências pode ser um ativo na construção de um pertencimento compartilhado.

3.1.1 Introdução à pesca na colônia Z-16

A introdução da Associação da Colônia de Pescadores Z16, no município de Porto Grande-Z16, pelas pescadoras, provoca uma significativa mudança nas trajetórias de vida dessas mulheres. Três delas, Edinete, Itacy e Rosana, aprenderam a pescar ainda na infância, devido ao contato diário com o rio, e essa aprendizagem aconteceu por meio de membros da família. Por outro lado, Maria de Fátima, que não vivenciou essa experiência desde a infância, descobre o ofício da pesca somente após se mudar para perto do rio, oportunidade que surge após seu casamento.

Maria de Fátima relata:

Aí surgiu essa colônia de pesca, aí a gente se associou lá, sempre trabalhando na agricultura e na pesca um pouco em cada um, entendeu? Aí, aprendemos a pescar juntos porque ele foi nascido e criado aqui já sabia pescar e aí a minha convivência com ele veio, aprendi também junto com ele, e aí, então até em dois mil e... antes de 2013 e desse empreendimento aí da Cachoeira Caldeirão, a gente fazia duas a três pescaria no mês a gente pegava bastante peixe. A gente defendia o da nossa despesa, do nosso custo de vida.

A citação de Maria de Fátima expressa de maneira eloquente a importância da experiência, aprendizado e colaboração, ressaltando o valor das relações comunitárias e da troca de conhecimentos. Sua narrativa ilustra um processo de integração entre a agricultura e a pesca,

evidenciando como essas atividades podem coexistir e se complementar na vida de uma comunidade ribeirinha.

Ao mencionar a experiência de seu esposo na pesca, ela destaca o aprendizado que essa vivência lhe proporcionou, tornando-se uma oportunidade de aperfeiçoamento através do convívio. Essa interação foi fundamental, pois não apenas preservou saberes tradicionais, mas também fortaleceu os laços familiares e sociais, cultivando um senso de pertencimento e cooperação entre marido e mulher e como membro da comunidade da pesca artesanal.

A menção à atividade pesqueira como uma forma de subsistência revela a dependência econômica que muitas comunidades têm em relação aos recursos naturais. A prática de pescar não é apenas uma atividade recreativa, mas uma necessidade que ajuda a cobrir despesas do dia a dia. Isso levanta questões sobre a sustentabilidade e a gestão dos recursos pesqueiros artesanalmente, especialmente em um contexto em que os empreendimentos podem impactar o meio ambiente e as tradições locais.

Por fim, a referência ao “empreendimento da Cachoeira Caldeirão” sugere que pode haver mudanças ou desafios à vista, que afetam tanto a pesca quanto a agricultura, provocando reflexões sobre como equilibrar desenvolvimento econômico e preservação cultural e ambiental.

A Edinete reflete sobre como sua história com a pesca se entrelaçou com a figura do pai e, posteriormente, com seu esposo, que a estimulou a uma nova fase de sua vida nesse contexto. A citação a seguir revisita uma rica narrativa sobre a relação entre gerações e a conexão com a pesca, que parece uma tradição familiar profundamente enraizada.

Minha história com a pesca aconteceu através dele. Porque lá com o papai a gente pescava, mas não era assim como eu andava com ele, né? Depois que a gente passou a se conhecer, né? Aí ele entrou na pesca. Aí eu disse, rapaz, eu também vou entrar. Só que eu não entrei no mesmo ano que ele entrou, né? Entrei em um ano, (...) ou foi dois anos depois dele.

(...) Com o papai, já. A gente não saía para pescar assim, para botar trapo (...) Mas a gente pegava uns canicinhos que o papai fazia para a gente ir na beira do rio, né? Botar um trapinho. Era assim.

(...) A gente viemos aí, depois que eu me juntei com ele, aí a gente viemos aí para o terreno do pai dele. Aí, de lá que a gente soubemos que o seu Cabral estava cadastrando, né? Para o negócio da colônia, né? Aí ele foi e se cadastrou primeiro. Mas a gente já morava por aqui já há muitos anos. Aí a gente passou já, depois que ele passou a passar a ser coisa da colônia, né? Aí a gente já foi pescar mais para cima já. Foi para a banda, do Santa Rosa, do Santa Maria.

A passagem mostra como as experiências de pesca com o pai eram mais simples e informais, envolvendo atividades como a confecção de “canicinhos” e o uso de “trapinhos” para pescar à beira do rio. Essa descrição evoca uma imagem de uma infância marcada por momentos de simplicidade e aprendizado, onde a pesca não era apenas um meio de captura, mas uma atividade que promovia a convivência e o aprendizado de habilidades.

O aspecto da “colônia de pesca” é especialmente interessante, ao representar uma transição na vida de Edinete, simbolizando não apenas a formalização de sua atividade pesqueira, mas também um sentimento de pertencimento a uma comunidade, ao trabalho que realmente era pescar. O ato de se cadastrar para a colônia indica um reconhecimento social e uma nova forma de se relacionar com a atividade pesqueira, que agora passa a ter um caráter mais estruturado e organizado.

Fazer menção aos locais como Santa Rosa e Santa Maria mostra uma mudança na exploração e expansão geográfica nas práticas de pesca, refletindo uma busca por novas oportunidades e desafios. Essa mudança de espaço também simboliza uma evolução na própria identidade da Edinete como pescadora, que passa de uma prática familiar e intuitiva a uma atividade mais consciente e profissional.

É interessante salientar que a expansão geográfica mencionada por Edinete, “depois que ele passou a ser coisa da colônia, né? Aí a gente já foi pescar mais para cima, já foi para a banda do Santa Rosa, do Santa Maria”, evidencia a existência de um acordo entre a gestão do ICMBio e a Colônia Z16. Esse acordo permite que os pescadores associados exerçam a atividade de pesca no Rio Araguari, na Floresta Nacional do Amapá. Contudo, os pescadores devem apresentar a carteirinha quando forem fiscalizados, sendo proibida a pesca nesse espaço por pessoas que não possuam a carteirinha de pesca do município de Porto Grande.

A entrada de Itacy na colônia de pesca representa não apenas uma mudança em sua trajetória pessoal, mas um importante passo na valorização da mulher no ambiente pesqueiro. Ao ser incentivada pelos pescadores da Z16, ela encontrou um espaço onde suas habilidades poderiam ser reconhecidas e valorizadas.

A colônia da pesca, eu tive a oportunidade de conhecer os pescadores porque eu já pescava antes, só que a gente pescava mais lá em frente de Porto Grande, no Igarapé, que tinha tudo. E aí conheci uns pescadores que já faziam parte da colônia, da Z16. E aí eles começavam, “porra, tu pesca, caramba, tu pesca mais do que nós, que nós somos pescadores, nós não pescamos tanto quanto tu pesca. Por que tu não entra na colônia?” E vai em cima e vai embaixo, aí foi quando eu conheci o Raimundo, meu marido. E aí ele pegou isso, “não, bora”. Aí ele fez todo aquele processo, me ajudou. Aí nós entramos, eu entrei na colônia em 2012, na colônia.

Naísa: Ele já era da colônia?

Itacy: Ele já era da colônia, eu já entrei depois.

O fato de já ter experiência em pescaria, mesmo antes de se juntar à colônia, mostra que as mulheres têm um papel ativo e significativo nesse contexto, mesmo que tradicionalmente possam ser sub-representadas. A dinâmica com seu marido, Raimundo, que já era membro da colônia e apoiou no processo de adesão, também destaca a importância das redes de apoio e da colaboração nas comunidades pesqueiras. Essa entrada em 2012 não é apenas uma formalização de sua atividade, mas também um reconhecimento de sua contribuição para a pesca na região.

A história de Itacy revisita questões sobre a inclusão e a diversidade no setor pesqueiro, mostrando como a participação feminina pode enriquecer a atividade e trazer novas perspectivas. A trajetória dela pode inspirar outras mulheres a se envolverem na pesca e a buscar seus direitos e reconhecimento numa atividade que, muitas vezes, é vista como predominantemente masculina.

Observa-se uma similaridade nas histórias das pescadoras mencionadas, que se integraram à colônia de pesca por meio de outras pessoas. O relato de Rosana exemplifica essa dinâmica:

Como eu entrei na colônia de pescadores? Foi através da minha irmã que ela já estava, né? Aí eu vim, aí efetuou o cadastro lá da colônia, aí teve uma entrevista, aí eu fiz a entrevista, passei na entrevista, aí eu entrei na colônia pra ser associada à pescadora. Já tá com mais de 10 anos. Eu pesco, sou pescadora, pesco junto com meu marido, ele que é o meu parceiro de pesca.

É interessante notar como a entrada na colônia de pescadores representa uma experiência profundamente pessoal e familiar. A história de Rosana ressalta a importância das conexões familiares e de gênero, uma vez que sua irmã foi a responsável por sua introdução nesse universo. O processo de cadastro e a realização de uma entrevista demonstram que a colônia adota critérios e uma organização específicos, essenciais para garantir a qualidade e a responsabilidade entre os pescadores.

Depois de mais de 10 anos como pescadora, Rosana certamente acumulou muitas experiências e conhecimentos sobre a atividade. Pescar junto com seu marido e tê-lo como parceiro trouxe uma dinâmica especial para essa prática. Além de ser uma atividade familiar, profissional, a pesca também oferece a oportunidade de se conectar com a natureza e a cultura local.

Ser pescadora não é apenas ter a prática da pesca; envolve um aprendizado contínuo sobre técnicas, sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente. Em suma, a inclusão das pescadoras na Z16 oferece uma janela para observar a intersecção entre tradição, identidade e

comunidade no mundo da pesca, destacando como a pesca serve como um elo entre passado e presente, e como as relações interpessoais trazem as experiências e escolhas de vida.

3.1.2 Mulheres Pescadoras e os Equipamentos de Pesca

As experiências no trabalho da pesca artesanal trazem como fundamento o conhecimento dos materiais de trabalho juntamente com as espécies pescadas que advém da experiência no território.

Com esse entendimento, a pescadora Maria de Fátima detalha os tipos de equipamentos utilizados na pesca e como cada um tem uma função específica dependendo do tamanho do peixe, evidenciando seu conhecimento prático e a cultura local da pesca.

Olha, pra pescar é malhadeira de vários tamanhos, né? É malhadeira... 080, a malha 060, 070, aí o meu marido pesca com trapão, e... espinhel que a gente fala.

Naísa: E o porquê das malhas serem diferentes em seus números?
Maria de Fátima: E por que a malha 80 pega peixe grande, no caso pra pegar curupeté, a malha 70 pega pacu branco, a malha 60 pega mafurá, e já vai diminuindo o tamanho dos peixes, entendeu? É aí tem a malha 35, a gente usa pra pescar, aqui quando a água tá cheia a gente bota malhadeira, aqui olha aqui (apontando para o rio em frente à sua casa), aqui pega peixe. Cada um tipo de peixe. Só não pode pescar aí para cima com a malha 020 porque pega um peixinho muito pequeno, é... 20, e 25, aí já de 30 pra cima já pode.

A citação de Maria de Fátima revela sua experiência sobre a pesca e as diferentes malhas utilizadas para capturar peixes de variados tamanhos. Ela menciona a malhadeira, um tipo de rede de pesca, que vem em diferentes tamanhos, identificados por números que correspondem ao diâmetro das malhas. Cada número está associado a um tipo específico de peixe, demonstrando a sabedoria prática que ela possui sobre o ambiente aquático e o comportamento dos peixes.

A pescadora explica que a malha 80 é utilizada para capturar peixes maiores, como o curupeté, enquanto a malha 70 é adequada para o pacu branco e a malha 60 para o mafurá. Essa categorização das malhas é essencial para a pesca sustentável, uma vez que cada tamanho de malha permite a passagem de peixes menores, contribuindo para a preservação das espécies.

Ela também menciona a malha 35, utilizada em momentos específicos, como quando a pesca acontece no alto rio Araguari, indicando que a escolha do local e as condições ambientais influenciam a escolha da técnica de pesca.

Por fim, a proibição de utilizar malhas menores, como a 20 e a 25, indica uma preocupação com a captura de peixes muito jovens, reforçando a importância da pesca

responsável e da conservação dos estoques pesqueiros. A conversa com Maria de Fátima destaca a sabedoria popular que se acumula através das gerações e a necessidade de respeitar as práticas que garantem a sustentabilidade da pesca.

As pescadoras Edinete, Itacy e Rosana destacam a diversidade de apetrechos e técnicas de pesca que elas utilizam em suas atividades. Isso revela não somente o conhecimento prático que elas têm sobre a pesca, demonstrando uma intimidade com a atividade quanto ao conhecimento tradicional envolvido, mas também a importância cultural e econômica dessa atividade em suas vidas. Mencionam várias técnicas e ferramentas utilizadas na pesca, como boias, garrafas, tiradeiras, trapão, trapinho e caniço. Cada um desses elementos tem uma função específica, evidenciando a diversidade de métodos que os pescadores podem empregar.

Apetrechos de Pesca

1. **Boia:** Usada para flutuar na água e sinalizar quando um peixe morde a isca.
2. **Garrafa pet e anzol:** uma garrafa de plástico amarrada à linha do anzol, para auxiliar na flutuação e como um tipo de isca.
3. **Tiradeira:** Um apetrecho que pode ser usado para puxar ou capturar o peixe.
4. **Caniço:** A vara de pescar, essencial para lançar a linha na água.
5. **Malhadeiras:** Redes utilizadas para capturar peixes em maior quantidade.
6. **Trapão:** Geralmente se refere a uma armadilha maior que pode ser usada para capturar peixes de maior porte.
7. **Trapinho:** Refere-se a uma versão menor, mais adequada para peixes menores.

Observação: os materiais utilizados tanto para o trapão quanto para o trapinho são os seguintes: vara (um ramo de árvore cortado, que funciona como a vara de pesca), anzol (amarrado na ponta da vara para prender a isca) e isca (que pode ser qualquer tipo de semente, sendo a andiroba mencionada como uma opção eficaz). A vara é cortada e preparada com um anzol na ponta, e a isca (como a semente de andiroba ou de seringa) é colocada no anzol. A vara é fixada à beira de um rio ou lago, geralmente em locais onde os peixes costumam passar.

A menção a materiais simples e acessíveis, como garrafas e boias, sugere uma prática de pesca que pode ser realizada de forma sustentável e com recursos locais. Isso destaca a relação das comunidades ribeirinhas com o ambiente ao seu redor, utilizando o que está disponível de maneira eficiente.

Como as pescadoras falam sobre seus apetrechos e as espécies que capturam, indica uma relação íntima com o meio ambiente e um conhecimento profundo sobre os recursos naturais

disponíveis. Esses apetrechos refletem um modo de vida ligado à natureza e à tradição. A menção a diferentes tipos de equipamento sugere uma adaptação às condições locais e às espécies de peixes disponíveis na região.

As pescadoras mencionam uma variedade de peixes, incluindo trairão (*Hoplias lacerdae*), curupeté (*Colossoma macropomum*), pacu branco (*Myloplus rubripinnis*), mafurá (*Myleus setiger*), mandubé (*Ageneiosus brevifilis*) e tucunaré (*Cichla ocellaris*), dentre outros. Cada um desses peixes tem características específicas que influenciam a técnica de pesca utilizada, como o habitat, o comportamento e a época do ano em que são mais abundantes. Nota-se com clareza que a variedade grande de peixes listada pelas pescadoras denota um conhecimento conseguido em anos, ou em décadas de pesca.

Ao mencionar os apetrechos e tipos de peixe, Itacy destaca que, ao longo do tempo, os métodos de pesca evoluíram, passando do uso de remo para barcos motorizados. Essa transição ressalta a evolução da prática pesqueira ao longo dos anos. Para abordar essa mudança, Itacy sugere uma transformação nas práticas de pesca, indicando que avanços tecnológicos facilitaram o trabalho e aumentaram a eficiência. A substituição do remo pelo motor também pode refletir uma mudança mais ampla nas necessidades e condições de trabalho dos pescadores, possivelmente impulsionada pelo aumento da demanda e pela necessidade de capturas mais eficazes.

Em sintonia com essa observação, Rosana revela a dinâmica de trabalho em equipe e a divisão de tarefas entre os membros da dupla de pescadores. Quando seu marido pilota o barco, ela lança a rede; quando ele se cansa, é Rosana quem assume o leme e ele se encarrega da pesca. “A gente divide as tarefas”, afirma ela.

Na fala de Rosana, fica evidente que a pesca é uma atividade colaborativa, onde ambos desempenham papéis essenciais, alternando entre pilotar o barco e lançar a rede. Essa divisão de tarefas não somente otimiza o processo de pesca, mas também evidencia a flexibilidade e a adaptabilidade dos pescadores, que se apoiam mutuamente conforme as necessidades do momento.

Esses relatos não somente retratam a prática cotidiana da pesca, mas também sublinham a importância da colaboração, da tradição e da adaptação às novas tecnologias na vida dos pescadores. E ressaltam o papel ativo das mulheres na pesca e na gestão das tarefas, desafiando estereótipos de gênero que frequentemente associam essa atividade somente aos homens.

É importante destacar que as práticas de pesca e os equipamentos utilizados refletem não somente a cultura local, mas também as adaptações necessárias em função das mudanças ambientais e das regulamentações vigentes. O fortalecimento da comunidade pesqueira

depende da valorização dessas tradições e da implementação de políticas que garantam a viabilidade econômica e a preservação dos recursos hídricos.

Os apetrechos utilizados na pescaria revelam muito sobre como essa atividade se desenrola. Seja em barcos motorizados ou canoas a remo, com redes de pesca ou linhas com anzóis, cada detalhe é parte de um processo complexo e interdependente. Imagine essa cena: pescadores, embarcações, remos, motores e equipamentos de pesca movendo-se rio acima ou rio abaixo, enfrentando as águas calmas ou turbulentas do Araguari. É como uma sinfonia em que cada instrumento desempenha um papel crucial, contribuindo para a harmonia do ambiente pesqueiro e a sustentabilidade da atividade.

Mas o que todas esperam nesse cenário é serem apresentadas com uma boa pescaria. A expectativa está no ar, e a conexão com a natureza, a busca pelo sustento e a sensação de estar em harmonia com o rio criam uma experiência única para essas pescadoras.

3.1.3 Quando a mulher vai para a pesca, como ficam os filhos?

O trabalho na pesca consome uma quantidade significativa de tempo, e as pescadoras que participaram desta pesquisa frequentemente saem para pescar acompanhadas de seus maridos. No entanto, também fazem parte da equação outros membros da família, especialmente os filhos, suscitando preocupações ao ficarem muitos dias fora de casa, embora esse trabalho fosse necessário para o sustento da família.

Ao compartilhar sua trajetória de vida, Maria de Fátima ressalta as enormes dificuldades que enfrentou para sustentar sua família. Ela menciona que possuía uma casa em Porto Grande, onde seus filhos residiam enquanto estudavam. Isso gerava duas despesas: uma para manter a família na cidade e outra para sustentar a atividade pesqueira na casa que tinham no médio rio Araguari. Fátima dedicou sua vida ao casamento, à educação dos filhos e aos afazeres domésticos, além de sua atividade na pesca e no trabalho na agricultura.

Por outro lado, Rosana, por ter filhos ainda pequenos, levava-os para pescar com ela:

Naísa: E quando tu pescavas e os teus filhos, como é que tu fazias para deixar eles?

Rosana: Na verdade, os meus filhos sempre andaram junto com nós quando a gente ia pescar, né? Eles sempre iam junto, a gente nunca deixou eles sozinhos, a gente sempre levava eles, todos eles iam comigo. Saía pra pescar e a gente levava eles, não deixava não.

A análise da fala de Rosana revela a complexidade das dinâmicas laborais e sociais no contexto do trabalho pesqueiro, especialmente no que diz respeito à presença e à participação

das crianças. A preocupação em levar os filhos para o trabalho reflete não apenas uma necessidade prática, mas também uma construção social que envolve questões de responsabilidade, cuidado e aprendizado.

A divisão sexual do trabalho se manifesta de diversas formas nesse contexto. Ao levar suas crianças para pescar, as pescadoras não apenas transmitem habilidades e conhecimentos relacionados à atividade, mas também valores culturais e sociais que ilustram a identidade das novas gerações. Essa prática pode ser vista como uma forma de inclusão das crianças no universo do trabalho, mas também expõe as desigualdades que permeiam esse ambiente, onde as mulheres frequentemente assumem múltiplas responsabilidades, tanto no âmbito profissional quanto no familiar.

A presença das crianças no trabalho pode indicar a falta de alternativas viáveis, seja por não ter como pagar alguém para ficar com as crianças ou até mesmo deixá-las em creches, ou atividades educativas que permitam que os pais se concentrem em suas atividades laborais sem preocupações adicionais. Essa situação evidencia a necessidade de políticas públicas que considerem a realidade das comunidades pesqueiras e promovam o bem-estar das crianças e das famílias.

Portanto, a fala de Rosana serve como um ponto de partida para discutir não apenas as dinâmicas do trabalho, mas também as estruturas sociais que as sustentam, destacando a importância de refletir sobre as condições de trabalho, a divisão de tarefas entre gêneros e a necessidade de apoio institucional para garantir um desenvolvimento saudável e equilibrado para as crianças e suas famílias.

A conversa com Itacy revela um pouco de sua vida e das responsabilidades como mãe e pescadora. Ela menciona que, durante o período em que pescava, seus filhos eram pequenos e ficavam sob os cuidados da irmã ou da filha mais velha. Itacy também relata que, em algumas ocasiões em que a pesca ocorria próxima à sua casa, no médio rio Araguari, levava os filhos para conhecer sua rotina de trabalho, destacando os sacrifícios que faz para sustentar a família e atender às necessidades de outros que dependem de seu trabalho.

Ao final, ela revela que tem seis filhos, demonstrando a magnitude de suas responsabilidades tanto como mãe quanto como pescadora. Essa dinâmica familiar e o papel da mulher na pesca evidenciam a importância da tradição e do trabalho coletivo na comunidade.

A conversa sobre esse tema com a pescadora Edinete revela como a vida familiar e as responsabilidades com os filhos influenciaram sua relação com a pesca. Durante a infância dos filhos, Edinete decidiu ficar em casa para cuidar deles, priorizando sua educação e bem-estar.

Essa escolha evidencia a importância que ela atribuía à maternidade, colocando as necessidades da família em primeiro lugar.

A partir de 2007, Edinete começou a se envolver mais ativamente na pesca ao se associar à colônia Z16, indicando uma mudança em sua situação. Essa nova fase foi impulsionada pelo crescimento dos filhos, que se tornaram mais independentes, e pela necessidade de contribuir financeiramente para a família. A expressão “me coisar na pesca” sugere que sua participação na Z16 ocorreu quando os filhos estavam maiores.

A decisão de não pescar enquanto os filhos eram pequenos reflete seu compromisso com a família, enquanto sua entrada no mundo da pesca mais tarde demonstra uma adaptação às novas circunstâncias da vida, equilibrando suas responsabilidades como mãe com suas necessidades pessoais e financeiras. Essa dinâmica ilustra as obrigações familiares, as escolhas e oportunidades das mulheres em contextos como o da pesca.

3.2 – Cosmologia, Narrativas e Corpo na pesca.

3.2.1 – Práticas que influenciam a experiência cosmológica.

A pesca artesanal no alto rio Araguari se revela por meio de momentos significativos que combinam a luta contra adversidades, a determinação e o compromisso de um casal. A narrativa de Edinete, rica em detalhes, não apenas retrata a experiência física de enfrentar uma doença no âmbito familiar, mas também destaca a força do vínculo afetivo entre os personagens, além de ressaltar a rede de apoio existente no ambiente ribeirinho.

Teve uma época que ele adoeceu pra lá, que nós fomos pescar, ele adoeceu pra lá, um negócio dum... um negócio que deu no dedo dele, e aquilo começou a inchar, a mão dele começou a inchar, mas mesmo assim a gente já tinha ido, a gente tinha que pescar. E o remédio que nós tínhamos levado já tinha acabado, e ele de noite gemia de dor, e eu dizia, “meu bem, vamos embora”. Ele dizia, “não, nós temos um compromisso, vamos assumir, meu bem. Nós temos um compromisso, nós só vamos daqui depois que a gente encher nossas cubas”. E Deus é tão bom, Deus, que às vezes a gente passava três dias, aí a gente vinha embora. Quando chegava lá no Capivara, na cachoeira do Capivara, encontrei um pessoal que ia subindo, era até o pessoal da pesquisa, aonde ia o Cutião, aí ele deu o remédio, mostrou a mão dele, aí eles deram o remédio pra ele, e nós chegamos até em casa, graças a Deus, mas deu tudo certo.

A determinação de Francineudo em persistir na pescaria, mesmo diante da dor, representa a perseverança humana e a importância de honrar compromissos, mesmo em circunstâncias desafiadoras. Essa atitude reflete uma cultura que valoriza as tradições e o convívio com a natureza, onde a pesca torna-se um ritual que fortalece laços.

A intervenção providencial, ao encontrar pessoas que ofereceram ajuda, simboliza a importância da comunidade e da solidariedade. Essa rede de apoio sugere uma cosmologia que valoriza tanto o bem-estar individual quanto o coletivo. A crença em uma força maior, representada pela referência a Deus, é um elemento central que reflete como muitos grupos culturais veem o divino como interveniente nas questões diárias, oferecendo auxílio e proteção quando necessário. A expressão de Edinete, “graças a Deus, tudo deu certo”, expressa um alívio e gratidão comuns em relatos de superação, ressaltando uma visão otimista da vida, mesmo diante de dificuldades.

Além da experiência pessoal de Edinete, seu relato encapsula elementos fundamentais da cosmologia cultural, como a relação com a natureza, a interdependência comunitária e a espiritualidade, essenciais para compreender a experiência humana em diversos contextos. A vivência de Edinete, que se desenrola em um cenário natural repleto de tradições, reafirma a importância da prática cultural como uma manifestação da identidade cultural e do pertencimento a um lugar e a uma comunidade.

A crença em uma força maior, simbolizada pela referência a Deus, é um elemento central, refletindo a maneira como muitos grupos culturais veem o divino como interveniente nas questões diárias. Com esse entendimento, a relação do sagrado de Itacy é constante:

primeiramente, a gente tinha muita proteção, a gente tem muita proteção de Deus, né? E a nossa coragem mesmo, a gente não tinha.
 (...) Antes de sair, antes de nós sair da casa, na verdade, **[pede]** pra Deus acompanhar a nossa viagem, indo e vindo, em todo lugar que a gente, e quando a gente vai tomar nosso banho, pede permissão pra gente tomar nosso banho, porque em todo lugar tem mãe, né, então a gente pede permissão pra gente se acampar, pra gente ficar naquele local lá por tantos dias, tudo a gente pede permissão.

A prática de pedir bênçãos e proteção, como a de Itacy que, antes de sair de casa, pede proteção divina, reflete a importância da espiritualidade no cotidiano e cultiva um sentido de comunidade e respeito pelo meio ambiente. Esse reconhecimento da espiritualidade explora a percepção humana do universo e nosso lugar nele. As práticas de invocar bênçãos antes da pesca revelam uma visão de mundo que reconhece a interconexão entre humanos e natureza, caracterizando uma cosmologia cultural onde crenças e rituais moldam a interação das pessoas com o ambiente.

Essa relação pode influenciar a experiência de pesca de diversas maneiras:

1. **Sentido de propósito: pedir** proteção e permissão cria um senso de intenção e significado na atividade, tornando-a mais do que uma simples busca por alimento ou entretenimento.
2. **Respeito pelo ambiente: essas** práticas geralmente incluem respeito pelos ecossistemas e pelas criaturas que habitam a água, promovendo uma pesca mais sustentável e consciente.
3. **Comunidade:** Rituais compartilhados fortalecem os laços comunitários, promovendo um senso de pertencimento e identidade entre os pescadores.
4. **Conexão com tradições: participar** de rituais e orações liga as pessoas às raízes culturais e histórias, proporcionando um sentido de continuidade e legado.
5. **Experiência espiritual: ritualizar** a pesca transforma a atividade em uma experiência espiritual, permitindo momentos de reflexão e conexão com o divino e a natureza.

Portanto, essas práticas enriquecem não apenas a experiência da pesca, mas também refletem uma cosmologia que valoriza a harmonia entre os seres humanos e o ambiente natural, refletindo na relação com o sagrado.

3.2.2 - Narrativas de Pescaria no Araguari

As narrativas de vida em torno da dimensão do trabalho visualizada pela autora Ana Maria de Fátima Afonso Braga oferecem uma rica perspectiva para compreendermos a complexidade das experiências humanas e suas inter-relações com o contexto social e histórico. Essas narrativas não são apenas relatos individuais, mas sim reflexos de uma coletividade que se molda sendo moldada pelas práticas laborais.

Essa visão da autora Ana Maria de Fátima Afonso Braga faz uma transição, unindo a análise teórica das narrativas à experiência pessoal de pesca das mulheres no alto rio Araguari, revelando vínculo com a natureza, além de experiências de superação, aventura e convivência familiar.

A pescadora Maria de Fátima, por exemplo, compartilha histórias de pescarias passadas, descrevendo tanto os desafios enfrentados durante as viagens quanto a conexão com a natureza e a sua experiência familiar que traz as dificuldades e belezas das pescarias. Para ela, a travessia durante o inverno era quando mais gostava, com a canoa repleta de equipamentos, era um momento com o rio e a paisagem ao redor.

No entanto, o verão trazia seus próprios desafios, como o esvaziamento da canoa sob as cachoeiras e a necessidade de puxá-la com cordas por caminhos rochosos.

Muitas histórias, porque nessa nossa trajetória aí para cima tem várias cachoeiras, no inverno era legal, passar com o motor com a embarcação da gente cheia: era cuba, era canoa, era malhadeira. Essas coisas tudo passava bem, mais, no verão, minha amiga, a gente tinha as vez que ficar de lá debaixo da cachoeira, né, esvaziar a canoa, o batelão e puxar com corda por cima do lajeiro, pro lado de cima aí depois carregar tudinho embarcar de novo pra poder seguir viagem, era uma aventura, mas aí sempre amei eu gostava demais aí gente andando no rio às vezes a gente se acampava a gente se deparava com vários tipos de animais pra ir. Tem muitos animais, a gente via antas, era paca, cobras, assim nas ramas se esquentando no verão, cada uma sucuriçu. A gente eu via mais graça a Deus, nunca ninguém buliu nada com nós, não, graça a Deus nunca fomos atacado por fera nenhuma, entendeu, mas a gente via bastante é porque não tenho mais as imagens no meu celular, mas no celular antigo que eu tinha, mas eu sempre filmava as coisas interessante que a gente via, sabe?

Essas experiências eram vistas como verdadeiras aventuras, onde a relação com a fauna local, como antas, pacas e cobras, se tornava parte da vivência, sempre com um sentimento de proteção divina “Graças a Deus, nunca ninguém buliu nada com nós, nunca fomos atacados por fera nenhuma”, acrescenta, enfatizando a segurança que sentia em meio à vastidão natural. Mesmo sem as imagens no celular, ela recorda com carinho os momentos capturados em um aparelho antigo, onde filmava as paisagens e criaturas que encontrava pelo caminho, perpetuando a memória de suas vivências e a rica tapeçaria de histórias que a pescaria representa em sua vida.

A pescadora Edinete também narra suas vivências de pescaria, destacando momentos de acampamento nas ilhas, praias e cachoeiras do rio. Sua narrativa de pesca revisita memórias vívidas de uma vida simples, mas repleta de aventuras.

Quando a gente encostava naquelas praias... Não era assim, nas praias, para nós... Para nós ir acampar. De verão, né? Aquelas ilhas bonitas. Aí a gente encostava, fazia o acampamento, e a gente ficava lá, pescava dois dias lá, ou um dia, se tivesse bom de pesca, né? A gente ainda ficava mais um dia, senão a gente só ficava uma noite e já mudava para outro lugar. E a gente, às vezes, ia andar, assim, o sol quente, às vezes, ele saía para torar os caniços, que é a vara pra amarrar os trapos, né? E eu ficava lá. E às vezes, a gente via aqueles sicuriçus grandes, se esquentando, mas a gente não mexia com ele, mas ele não mexia com a gente também. A gente tinha aquelas práticas de ver a onça aí passando, assim, mas também não mexia com nós também. Sabe? E... A vida da pesca é uma coisa muito boa. Eu só achava mais ruim quando era... quando era a época da água grande, né? A cachoeira é muito arriscada. Tem cachoeira que a gente... a gente ia dois, três, aí um ficava numa pedra aqui, aí o outro nadava, atravessava para outra pedra, levava aquelas cordas grandes, grossas, né? Cabo, né? Aí, de lá, ia atravessando, de um por um. Era dois, três que ia, um ficava lá, seguro, o outro ficava aqui, aí os outros dois atravessavam. Um seguro de lá e o outro seguro daqui. Aí atravessava os dois.

Ao encostar nas praias, o cenário se transforma em um refúgio, um espaço sagrado para acampar e viver a essência da pesca. Diferentemente de Maria de Fátima, que preferia pescar durante o inverno, Edinete considerava esse período arriscado nas cachoeiras: “Eu só achava mais ruim quando era (...) a época da água grande, né? A cachoeira é muito arriscada”. Essa afirmação traz à tona os desafios da vida na beira do rio, especialmente durante a época da água grande.

As cachoeiras, com sua força indomável, transformam a pesca em uma atividade arriscada, exigindo colaboração e estratégia. Os pescadores se organizam para atravessar cachoeiras seguramente, e Edinete descreve com detalhes o trabalho em equipe necessário para transpor as pedras escorregadias, onde a segurança de cada um depende da confiança no outro.

No entanto, o verão é a época melhor, por ser quando ela acampa com seu esposo, e os dias são marcados pela expectativa de uma boa pescaria. O ato de pescar se mescla à contemplação da natureza e à convivência familiar. A descrição do acampamento revela um cotidiano que combina trabalho e lazer. Montar a estrutura para pernoitar, explorar os arredores sob o sol escaldante e a emoção de pescar são elementos que compõem essa vivência.

Edinete menciona ainda a cautela necessária ao lidar com a fauna, como as grandes sucuris e onças, que, apesar de serem ameaças, pareciam respeitar o espaço dos pescadores. A sabedoria de saber quando se aproximar e quando manter distância é uma lição que se aprende com o tempo e a experiência. A convivência com esses animais selvagens, em vez de gerar medo, traz um sentimento de pertencimento a um ecossistema mais amplo.

A experiência de Itacy também ressalta a persistência e o conhecimento tradicional das pescadoras. As jornadas que levavam dias, subindo o rio em busca de bons pontos de pesca, eram acompanhadas de adaptações às novas legislações que restringem o uso de materiais naturais para construir abrigos. A habilidade de improvisar com os recursos disponíveis e a conexão com os ciclos da natureza são evidentes em suas narrativas.

Três dias pra chegar até lá, né? Subindo Porto Grande até lá, três dias a gente chegava. Aí a gente sobe o rio para onde a gente vai, determinado lugar, daqui a gente vai começar a pescar. Passava dois dias no local, recolhia, tirava e desarmava o nosso barraco, já ia pra procurar outro ponto mais aqui pra baixo. Porque daqui pra lá a gente nunca pesca de subida por a situação ser difícil, né? Subir com peso, né? pra descer não, já é mais fácil pra gente descer. Aí é onde pescava o Santa Rosa, o Abelheira, o Espocafora, Santa Maria. (...) Olha, antes a gente cortava a vara pra gente fazer o nosso barraco, mas com a proibição do ICMBIO, do IBAMA, dos órgãos todos, agora a gente só coloca, procura onde tem duas árvores mais próximas uma da outra, pega o nosso cabo, aí a gente espicha nele, joga a nossa lona e amarra as pontas dele pra lá faz o barraco. (...) Onça a gente encontra, nunca debateram com a gente, né, mas sempre a gente vê esses bichos, é onça, encontra porco, só graças a

Deus que o cobra nunca se deparou com essas coisas, né, mas capivara, muita espécie desses bichos a gente encontra, na verdade, aí pra cima. Não, primeiramente a gente tinha muita proteção, a gente tem muita proteção de Deus, né? E a nossa coragem mesmo, a gente não tinha.

A jornada de Itacy começa com a descrição da travessia de três dias subindo o rio Araguari em Porto Grande, uma travessia que, embora longa e extenuante, é marcada pela expectativa com o ambiente ao redor. Ao subir o rio, Itacy revela um conhecimento ancestral sobre os locais de pesca, sinalizando um itinerário que só os mais experientes conhecem: Santa Rosa, Abelheira, Espocafora e Santa Maria. Cada um desses nomes carrega consigo histórias de fartura e desafios, de dias passados na pescaria.

A descrição do modo de montar o barraco, antes feito com varas cortadas e agora adaptado às novas regulamentações de proteção ambiental, evidencia a capacidade das comunidades ribeirinhas às mudanças. A utilização de árvores próximas para erguer a lona é uma demonstração de adaptação e respeito pelas normas, mas também uma forma de preservar a essência de sua cultura. A luta pela sobrevivência e a busca por um espaço seguro para descansar após um dia de pesca estão intrinsecamente ligadas à forma como Itacy e outros pescadores vivem e se relacionam com o meio ambiente.

Os encontros com a fauna local, como onças e capivaras, são descritos com uma mistura de temor e reverência. A presença desses animais é um lembrete constante da força e da beleza da natureza, mas também dos riscos que ela pode oferecer. Itacy fala de proteção, não apenas física, mas espiritual, ressaltando a importância da fé e da coragem que a guiam em suas jornadas.

Essa relação com a natureza, pautada pelo respeito e pela admiração, é central em sua narrativa da pesca, onde cada dia é uma nova aventura e cada pescaria, uma nova oportunidade de se conectar com o mundo ao seu redor. A história de Itacy se desdobra em um mosaico de experiências, tradições e desafios, refletindo a luta e a resistência de um povo que vive da pesca à margem dos rios, sempre buscando sustento e preservando sua identidade.

O autor Carlos Rodrigues Brandão, em sua obra *O Afeto da Terra*, aborda a relação íntima e complexa entre o homem do campo e o ambiente natural que o cerca. A obra destaca como essa relação vai além da mera convivência com a natureza, permeada por um profundo afeto e respeito por ela. Brandão enfatiza que a natureza não é apenas um pano de fundo, mas um contexto ativo e dinâmico, repleto de significados e emoções.

Os espaços mencionados pelo autor são descritos como lugares específicos que possuem identidade e história, gerados pela interação humana com o meio. Por exemplo, uma mata ou um rio não são apenas elementos físicos, mas são carregados de simbolismo e valor para as

comunidades que vivem em suas proximidades. Cada espaço é apropriado e transformado pelo homem, mas também conserva suas características naturais, formando um diálogo entre o humano e o natural.

Neste contexto, a pescadora Rosana traz um toque de emoção e adrenalina às suas histórias. Seus relatos sobre encontros com cobras e onças revelam os riscos que as pescadoras enfrentam, mas também a coragem e a astúcia que desenvolvem ao longo do tempo. Para ilustrar isso, Rosana compartilha o relato de quando ela e seu esposo chegaram ao mais próximo de ser atacado por uma cobra, vejamos:

Então, teve uma noite que a gente saiu pra ver os nossos anzóis, né? Nós havíamos colocado, aí a gente colocou os anzóis e foi revistar os anzóis. Quando a gente chegou, já quase no último anzol, a gente olhou pra trás e viu um pouco, tipo uma lanterna, que vinha seguindo a gente. Quando a gente chegou mais embaixo, próximo onde dava pra gente saltar e o meu marido focou pra trás, aí ele viu que não era lanterna. Aí ele foi perceber que não era lanterna e era uma cobra que vinha seguindo a gente. Ah, mana, foi horrível. Horrível. Ele pediu pra gente, pra mim, não ficar com medo, né? Que a gente ia dar um jeito de saltar em terra. Então, a gente chegou bem embaixo, porque onde a gente ia, a beirada não tinha como a gente subir, era uma ribanceira. E ribanceira tudo assim mesmo, alta, não tinha como a gente subir. Aí a gente teve que ir baixando devagar até chegar nesse pau que ia pra terra. Aí foi que a gente parou na beira, eu saltei pra terra e ele saltou junto comigo e a gente segurou a ponta da canoa. Aí ficou, ele apagou a lanterna, aí então ela afundou. Ela afundou, ela pensava que a gente tinha descido, na verdade, né? Mas a gente não desceu pra baixo, a gente subiu pra terra. E ela desceu, foi embora pra baixo. Mas não, a gente já tava em terra.

Essa é uma daquelas histórias que poderia começar: *“Era uma noite tranquila, com o céu estrelado refletindo na água serena do rio. Rosana e seu marido saíram para pescar. A expectativa de uma boa pescaria pulsava no ar, mas o que aconteceu a seguir transformou essa experiência tranquila em uma verdadeira aventura...”* No entanto, essa história aconteceu durante uma pescaria noturna, e o engano ao pensar que alguém se aproximava em uma canoa sob a luz de uma lanterna quase levou Rosana e seu esposo a uma noite trágica.

A luz que avistaram, na verdade, era o brilho dos olhos de uma *cobra-grande* deslizando silenciosamente em sua direção. A imagem era aterrorizante. “Mana, foi horrível”, lembrou-se Rosana, ainda sentindo a adrenalina no corpo ao recordar essa experiência. O instinto de sobrevivência falou mais alto, pois seu marido tentava tranquilizá-la. “Não fique com medo, vamos encontrar um jeito de saltar para a terra”, disse ele, enquanto buscava um local seguro para descer.

Foi o que ocorreu e, ao saltar para terra firme, apagou a lanterna e a cobra seguiu em frente, o que foi um alívio. Aquela noite seria uma daquelas histórias que ela contaria por muito tempo, mas não era a única experiência que a natureza lhe reservava.

Certa vez, enquanto estavam em seu barraco, Rosana estava sentada na rede, à procura de uma roupa para se trocar após um dia de pesca. Foi então que ouviu um barulho súbito, um som que a fez gelar o sangue. Uma onça havia pulado em cima de um tronco próximo. O coração disparou e ela, em um impulso, gritou para seu marido, que estava à beira da água, “o que foi isso?”, perguntou, ansiosa. “Não sei, foi aí pra terra”, respondeu ele, tentando entender o que acontecera.

O medo fez com que Rosana corresse em direção à beira, quase empurrando o marido para a água, de tanta preocupação. “Tu é doida, para com isso!”, exclamou, rindo nervosamente da situação. Mas a onça já havia desaparecido, e a adrenalina daquela noite ainda pairava no ar.

Essas histórias, entre sustos e risadas, tornaram-se parte da vida de Rosana, que, em cada aventura, encontrou não apenas desafios, mas também a beleza e a intensidade da natureza que a rodeava. O momento em que uma cobra seguiu durante a pescaria é um exemplo claro do respeito e medo que a natureza incute, mas também da habilidade de lidar com situações de risco.

Essas narrativas de pesca, repletas de desafios e alegrias, mostram não apenas a luta pela subsistência, mas também a construção de uma cultura rica e resiliente. As mulheres do alto rio Araguari não são apenas pescadoras; elas são guardiãs de tradições, cuidadoras do ambiente e exemplos de coragem e determinação diante das adversidades. Os relatos, cheios de detalhes vívidos e emoções, nos permitem vislumbrar um mundo onde a pesca, além de uma atividade econômica, é uma forma de vida que conecta pessoas, natureza e ancestralidade.

3.2.3 Desafiando Tabus: A Menstruação e a Resiliência Feminina em Atividades Cotidianas da Pesca

Os autores Vieira, Araújo e Garcia, no artigo *Cultura e discurso atravessados no corpo-mulher da Amazônia Brasileira* trazem o entendimento de como as práticas produtivas, em muitos contextos, são profundamente influenciadas por normas sociais e culturais que dividem atividades e espaços entre o que é considerado “masculino” e “feminino”. Essa dicotomia de gênero não apenas limita as oportunidades profissionais, mas também perpetua estigmas que desvalorizam experiências biológicas inerentes às mulheres, como a menstruação, a gravidez e

o puerpério. Tais situações, que deveriam ser vistas como aspectos naturais da vida, geram um ambiente que marginaliza as mulheres e as coloca em posições de vulnerabilidade.

A noção de que determinadas tarefas pertencem a um gênero específico impõe controle sobre os corpos femininos, restringindo sua liberdade e autonomia, e limitando a diversidade de talentos e habilidades que poderiam enriquecer a sociedade. Nesse sentido, Vieira, Araújo e Garcia afirmam que “os corpos das mulheres são portadores de muitos significados e, conforme as fases do ciclo biológico em que se encontram, muitas vezes são aprisionados em ambientes domésticos e alvo de diversas restrições”.

Historicamente, muitas mulheres enfrentam dificuldades para gerenciar a menstruação, especialmente em atividades que requerem um certo nível de mobilidade ou concentração, como a pesca. Isso retrata a resiliência e a adaptação que muitas delas desenvolveram ao longo do tempo para lidar com essas circunstâncias. O depoimento de Maria de Fátima oferece uma perspectiva intrigante sobre suas experiências de pesca durante o ciclo menstrual. Ela compartilha estratégias que criou para conciliar sua prática de pesca com as particularidades de sua menstruação. Por meio de sua narrativa, compreendemos não apenas os desafios enfrentados, mas também a criatividade que a levou a encontrar soluções eficazes em meio a essas dificuldades.

Eu vou ser bem sincera com a senhora. (...) Quando tive esse meu filho caçula, eu, com medo de ter mais um filho, tomei anticoncepcional. Até hoje tomo anticoncepcional, aí eu menstruo normal. Sabe o que eu fazia... porque a cartela da pílula que tomo são 21 comprimido, por exemplo, quando o Valdeci dizia “nêga vamos se arrumar que eu vou fazer uma pescaria tal dia”. Aí eu vinha, aquela cartela que eu tava tomando aí que são 21 comprimidos enquanto não terminasse aqueles 21 comprimido, se fosse no período que a gente tivesse pra lá, eu levava uma outra reserva, aí quando terminava essa, eu começava a outra. Porque aí a menstruação só baixa quando para a pílula, era assim que eu fazia, assim que eu controlava. Nunca fui menstruada para a pesca. Tenho medo assim de... a gente disque de andar, passar por cima de bicho... assim, essas coisas sabem não é bom não, e, mesmo andar no rio menstruada, não é bom andar no rio não. Era assim que eu fazia, aí eu nunca fui menstruada no rio para pescar porque não dava tempo.

A fala de Maria de Fátima revela uma série de questões relacionadas à saúde reprodutiva, controle do corpo e as dinâmicas de gênero nas relações familiares. Ao analisar esse depoimento, podemos destacar alguns pontos relevantes:

1. **Autonomia Reprodutiva:** expressa um claro desejo de controlar sua fertilidade ao tomar anticoncepcionais. Essa escolha é significativa, ao indicar uma busca por autonomia sobre seu próprio corpo e sua vida familiar. No entanto, a necessidade de

ocultar a menstruação para poder participar de atividades sociais como a pescaria revela que, mesmo com essa autonomia, ela ainda se sente presa a normas sociais e expectativas relacionadas ao papel de mulher.

2. **Normas de Gênero:** A fala dela sugere uma internalização de normas de gênero que associam a menstruação a uma vulnerabilidade ou impureza. O medo de “andar no rio menstruada” e a ideia de que é “não é bom” reforçam estigmas que muitas mulheres enfrentam em diversas culturas. Isso levanta a questão de como as crenças culturais influenciam a saúde e o bem-estar das mulheres, muitas vezes levando-as a tomar decisões que não refletem apenas suas preferências pessoais, mas também pressões sociais.
3. **Conflito entre Vida Pessoal e Expectativas Sociais:** A estratégia que utiliza para evitar a menstruação durante as pescarias revela um conflito entre sua vida pessoal e as expectativas sociais. Ela se adapta a essas expectativas, mesmo que isso signifique manipular seu ciclo natural. Essa situação suscita reflexões sobre como as mulheres muitas vezes se veem obrigadas a modificar suas rotinas e comportamentos para se encaixar em papéis sociais pré-definidos.
4. **Saúde e Educação Sexual:** A fala também destaca a importância da educação sexual e do acesso à informação sobre saúde reprodutiva. Embora Maria de Fátima tenha encontrado uma solução para sua situação, isso não é necessariamente representativo do conhecimento ou das práticas de todas as mulheres. É crucial haver mais diálogo e educação sobre saúde reprodutiva, para que todas as mulheres possam fazer escolhas informadas e seguras sobre seus corpos.

O relato de Maria de Fátima traz questões mais amplas sobre gênero, saúde e cultura. É um lembrete de que as experiências individuais estão frequentemente interligadas a estruturas sociais e culturais mais amplas da vida das mulheres.

A menstruação também é associada a uma tradição cultural que envolve crenças e tabus. Muitas comunidades possuem normas que regulam o comportamento de mulheres durante esse período, frequentemente baseadas em narrativas e ensinamentos transmitidos de geração em geração. Quando perguntada se, durante a menstruação, ia pescar, Edinete respondeu:

Nesse período de menstruação, eu nunca fui. (...) Porque ele dizia ser muito arriscado, né? Pra gente estar na água, né? Quando é de inverno, não, a gente não vai por água, não desce quase do batelão. Mas de... de verão, a gente desce muito do batelão, né? De verão, a gente desce normalmente nas cachoeiras. (...) Mas é uma questão de respeito, com certeza. Porque, os antigos, eles contam muitas histórias sobre isso, né? A mamãe contava muitas

histórias, que a mulher menstruada não pode andar por muito lugar, não pode pisar por muito lugar, não pode comer a fruta, não pode comer certos tipos de comida.

A história de Edinete destaca a relação entre cultura, tradição e as experiências femininas no contexto da pesca. A menstruação, um aspecto natural da vida de muitas mulheres, é apresentada como um fator que gera preocupação e limitações em atividades de pesca. Ela menciona a preocupação com a segurança de entrar na água durante a menstruação, refletindo questões de saúde e higiene, além do respeito às tradições. A menção a não poder andar em certos lugares ou comer determinados alimentos sugere a presença de rituais, ou crenças que visam proteger tanto a mulher quanto o ambiente ao seu redor.

Como Edinete expressa, suas experiências evidenciam a importância da transmissão oral e do respeito às tradições familiares e comunitárias, que variam amplamente entre diferentes culturas e refletem uma combinação de fatores sociais, espirituais e práticos. Seu relato revela um medo comum entre mulheres de várias culturas: a ideia de que menstruar pode trazer desvantagens ou atrair perigos, como a presença de animais ou situações desconfortáveis.

Essa percepção pode estar ligada a superstições, tradições locais ou a uma falta de informação sobre a menstruação e suas implicações na vida cotidiana. Edinete destaca as atividades frequentemente “consideradas” masculinas, como a pesca. Sua adaptação e escolha em função de suas experiências comprovam uma sincronia com suas práticas culturais e um respeito pelas particularidades de seu corpo.

Quando perguntada sobre como funcionava a pesca durante o período da menstruação, Itacy respondeu:

Isso daí, a gente se virava, né, que nessa, como diz o *cara*, na época que eu menstruava, né, a gente tinha que se virar da melhor maneira que a gente podia, né, que a gente esquecia que era mulher, e nessa nossa jornada aí de oito, nove dias, como era a nossa pesca, era se virar como Deus ajudava a gente, né, esquecia que menstruava, que era mulher.

A resposta de Itacy reflete a realidade de muitas mulheres que enfrentam desafios e tabus relacionados à menstruação em contextos específicos, como a pesca. Sua necessidade de “se virar” e “esquecer que era mulher” sugere que, durante o ciclo menstrual, havia uma expectativa para as mulheres continuarem a desempenhar suas funções, apesar das dificuldades. Essa expressão de “esquecer que era mulher” indica uma tentativa de se adaptar a um ambiente muitas vezes dominado por homens, onde mostrar vulnerabilidade ou discutir questões femininas demonstram Fraqueza. Isso revela uma cultura de resiliência, onde as mulheres se esforçam para não permitir que a menstruação interfira em seu trabalho ou atividades diárias, e

a menção de “como Deus ajudava” pode indicar uma dimensão espiritual que as ajudava a enfrentar essas situações.

O relato de Rosana revela o cruzamento entre a experiência feminina e as práticas culturais locais, evidenciando a dualidade de sentimentos que permeiam sua relação com a menstruação e a atividade de pescar:

Sim, eu vou pescar assim, às vezes eu já fui pescar assim. A gente fica com medo, né? Até de descer na água pra tomar banho, na verdade, a gente toma banho com a vasilha, a gente nem desce na água. Eu e a Rosângela, a gente ia morrendo de medo, porque a gente pegava o caco e tomava banho com o caco, só pra gente não descer na água com medo. Ah, porque a gente assim, né? Professora atrai, né? Bicho, né? O sangue da gente é pitiú, ele atrai muitos bichos, e eu morria de medo, [risos].

Nesta passagem, Rosana expressa um dilema que muitas mulheres enfrentam: a necessidade de participar de atividades diárias, como a pesca, enquanto lidam com tabus e medos associados à menstruação. O temor de “atrapalhar” a natureza ou de atrair animais perigosos devido ao sangue menstrual demonstra como a cultura pode influenciar a percepção e o comportamento feminino. O uso do humor, evidenciado nas risadas, sugere uma tentativa de amenizar a tensão que essa situação provoca.

Esse relato não apenas destaca a experiência de Rosana, mas também reflete um contexto cultural mais amplo em que crenças sobre a menstruação e a relação com a natureza se entrelaçam, criando barreiras e desafios que as mulheres precisam superar em seu cotidiano. A citação sugere uma resistência e adaptação a esses medos, mostrando que, apesar das limitações impostas, a busca por conexão com a natureza e pela sobrevivência se sobrepõe a esses tabus.

Maria Angélica Motta-Maués, ao revisitar a produção antropológica brasileira sobre comunidades pesqueiras, destaca a importância de repensar as definições tradicionais de “pesca” e de “pescador”, conforme já sugerido por Edna Alencar em seu artigo de 1993. Essa reflexão se torna essencial para reconhecer e incluir a diversidade de práticas, saberes e experiências que compõem a vida dessas comunidades, muitas vezes negligenciadas nas narrativas dominantes.

A ideia de que existe uma “metade invisível” nas comunidades pesqueiras sugere que, além dos pescadores profissionais e das atividades de pesca em si, há uma gama de outras funções, relações sociais e dinâmicas culturais que sustentam e enriquecem o universo pesqueiro. Isso pode incluir, por exemplo, o papel das mulheres, que muitas vezes estão

envolvidas em atividades relacionadas à pesca, como a comercialização do pescado, a preparação de alimentos e a transmissão de saberes.

Repensar o conceito de pesca e pescador implica, portanto, adotar uma perspectiva mais inclusiva e holística, que considere não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais e culturais das comunidades pesqueiras. Essa abordagem pode ajudar a revelar a complexidade das relações que existem nesses ambientes e a importância da sustentabilidade e da preservação desses modos de vida.

3.3 – Parceria na pesca da mulher em Porto Grande

3.3.1 - O que pensam os maridos de pescar com suas esposas?

O autor José Colaço, ao realizar uma pesquisa na aldeia de Carrasqueira, em Portugal, percebe uma perspectiva interessante sobre a dinâmica social e econômica de comunidades pesqueiras e agrícolas, destacando a colaboração entre homens e mulheres no trabalho embarcado. Essa abordagem contrasta com a divisão sexual do trabalho observada em outras regiões, como no Brasil, onde as funções são geralmente segregadas entre os gêneros.

Na Carrasqueira, tanto homens quanto mulheres compartilham as mesmas responsabilidades e desafios no barco, refletindo uma cultura de igualdade nas atividades pesqueiras que pode ser rara em contextos similares. Essa perspectiva de igualdade de gênero no trabalho da pesca também se manifesta em Porto Grande, onde a dinâmica social e econômica é marcada pela colaboração mútua. Como pode se ver nas figuras 10, 11, 11,12 e 13 que trazem os casais que formam parceria na pesca em Porto Grande, sem contar que ainda participam de atividades do MAB.

Um exemplo claro dessa realidade é a opinião de Francineudo sobre pescar com sua esposa Edinete, que é bastante positiva. Ele ressalta a forte parceria e colaboração familiar que se estabelece entre eles durante as atividades de pesca.

Figura 10 — Edinete e Francineudo, parceiros de pesca.



Fonte: Produção da autora, 2024.

De acordo com Francineudo, o trabalho na pesca junto a sua esposa começou desde o início do casamento e se tornou uma atividade conjunta que sustenta a família e ainda fortalece o vínculo entre os dois. Isso evidencia que a cooperação entre homem e mulher é um fator essencial para a coesão familiar e a prosperidade econômica em comunidades pesqueiras.

Francineudo menciona que, antes de se casarem, ele já era pescador há muitos anos, mas a presença de Edinete ao seu lado trouxe uma nova dinâmica à atividade. Tal dinâmica é essencial durante a pescaria e quando chegam à pesca ocorre uma divisão de tarefas, como preparar refeições enquanto ele trata o pescado. Essa divisão de tarefas permite que ambos contribuam para o sucesso da pescaria.

É uma segurança que a gente tem, se torna uma facilidade para quando estamos pescando, quando chegarmos para tratar o pescado, aí ela já vai se tornar para fazer o café, fazer o almoço, enquanto eu estou trabalhando no pescado, tratando, colocando no gelo, e se torna uma parceria legal, porque ali nós já nos conhecemos há muito tempo, e na ida e na volta é uma tranquilidade para a gente, para quando nós chegarmos no porto para vender o pescado, é mesmo compartilhado, marido e mulher, tem vezes que vai os filhos também ajudar para vender o pescado, é essa situação.

A experiência de pescar em família, conforme descrito por Francineudo, revela uma forte parceria e um senso de união entre marido, esposa e filhos. Para ele, pescar com a esposa é uma atividade que traz uma colaboração mútua com benefícios práticos e emocionais. A presença dela oferece segurança e facilita o trabalho, já que ela pode cuidar das refeições

enquanto ele se ocupa do pescado. Para ele, a importância de trabalhar em família é uma dinâmica que não só melhora a produção, mas também solidifica os laços familiares.

Francineudo destaca a importância da legalização da atividade, mencionando que Edinete obteve sua carteira de pescador e se tornou parte da associação. Isso não só proporciona segurança em relação à fiscalização, mas também fortalece a posição deles como uma equipe de pescadores. A ideia de trabalhar em família é um tema central em sua fala, e ele expressa satisfação em ter os filhos envolvidos, seja ajudando a vender o pescado ou substituindo um dos pais na pescaria.

No geral, a opinião de Francineudo reflete um forte senso de comunidade e parceria, onde a pesca é um momento de união familiar e fortalecimento dos laços entre marido, esposa e filhos. Ele valoriza a colaboração e a importância de estar junto, destacando que essa experiência conjunta é benéfica tanto, na prática da pesca, quanto na convivência familiar.

A formalização da atividade através da obtenção de documentos e a participação em associações fortalecem essa parceria, proporcionando uma base legal que aumenta a confiança durante a pesca. Essa visão positiva sobre a pescaria em conjunto mostra como a atividade vai além do ato de pescar, representando um momento de convivência e cooperação, onde todos desempenham papéis importantes e contribuem para o sucesso da atividade familiar. A ideia de revezamento entre a esposa e o filho reforça essa interdependência e a valorização do trabalho em equipe na família.

Figura 11 – Valdeci e Maria de Fátima.



Fonte: Produção da autora, 2024.

O pescador Valdeci compartilha suas memórias sobre a pesca na vizinhança, destacando a importância de ter se cadastrado na colônia de pesca. Ele menciona que sempre pescou ao lado de sua companheira, Dona Fátima, enfatizando que pescar em família é muito mais gratificante do que pescar com outras pessoas. Segundo ele, um dos principais benefícios dessa parceria é que eles não precisam dividir a produção com outros pescadores, tornando a experiência mais positiva. Valdeci valoriza o trabalho conjunto e a harmonia que existe entre eles, ressaltando que essa prática sempre fez parte de sua vida.

A fala de Valdeci revela uma conexão profunda entre ele e Maria de Fátima, no contexto da pesca, na dinâmica familiar e na parceria que essa atividade representa para eles. Vamos analisar os principais pontos dessa conversa:

1. **Raízes e Identidade:** Valdeci começa mencionando que nasceu na vizinhança, indicando uma forte ligação com o lugar e a cultura local. O fato de não estarem cadastrados na colônia de pesca inicialmente sugere que ele e sua companheira estavam à margem de uma prática que faz parte de sua identidade comunitária.
2. **Cadastramento na Colônia de Pesca:** O ato de se cadastrar na colônia de pesca simboliza uma formalização de sua atividade, permitindo que eles se integrem mais à comunidade de pescadores. Isso indica um passo importante em direção à legitimação de sua prática.
3. **Relação com a companheira:** A resposta de Valdeci à pergunta sobre como é pescar com Maria de Fátima é reveladora. Ele enfatiza que sempre pescou com ela, sugerindo uma parceria de longa data e um forte vínculo. Essa continuidade na parceria destaca a importância da relação pessoal e familiar no trabalho.
4. **Autonomia e Privacidade:** Ao dizer que é “bom” pescar com Fátima porque não precisam repartir a produção com outros, Valdeci destaca a autonomia que eles têm como casal. Essa independência é uma forma de garantir que o trabalho deles se transforma diretamente em benefício para a família, em vez de ser dividido com estranhos.
5. **Trabalho Igualitário:** Valdeci menciona que “trabalha igualmente” com Fátima, sugerindo um respeito mútuo e uma divisão equitativa das responsabilidades. Isso é significativo em um contexto em que muitas vezes o trabalho informal pode ser hierárquico ou desigual.
6. **Apreciação da Parceria Familiar:** Por fim, a afirmação de Valdeci de que prefere pescar com a família do que com outras pessoas enfatiza o valor emocional e prático de

trabalhar com alguém de confiança e afeição. Isso reflete uma visão de mundo onde a colaboração familiar é valorizada acima de tudo.

A citação de Valdeci sobre sua experiência de pesca com Maria de Fátima traz a autonomia e a valorização da parceria familiar no trabalho. Essa perspectiva oferece um insight sobre como a pesca, como muitas outras atividades, pode ser um reflexo das relações sociais e familiares.

Figura 12–Itacy e Raimundo.



Fonte: Produção autora, 2024.

O depoimento de Raimundo reflete a importância da parceria entre homens e mulheres na pesca, especialmente no contexto da pesca artesanal. Ele destaca que a colaboração entre os cônjuges é fundamental, pois ambos compartilham as responsabilidades e tarefas da atividade pesqueira. A presença da mulher, como Itací, aborda a questão de divisão de trabalho, além de companheirismo e apoio mútuo.

Raimundo menciona que, quando um está cansado, o outro assume as tarefas, tornando o trabalho mais leve e eficiente. Essa colaboração é vista como uma vantagem, “pois duas pessoas trabalhando juntas podem pensar melhor” e compartilhar ideias, resultando em um trabalho mais produtivo. Ele enfatiza “que a união entre eles vai além do casamento; eles são parceiros na pesca”, o que fortalece a relação e a eficácia da atividade.

Seu Raimundo reconhece que, apesar de algumas “teimas” ou desavenças sobre como realizar as tarefas, isso é normal e faz parte da dinâmica do casal. O importante é que, no final, o objetivo comum de pegar peixe é alcançado. Essa visão positiva sobre a colaboração mútua e a resolução de pequenas diferenças mostra um forte vínculo e respeito entre os parceiros, evidenciando a importância da presença feminina na pesca e como isso enriquece a experiência.

Figura 13 — O pescador Eurico, esposo de Rosana.



Fonte: Produção da autora, 2025.

O comentário de Eurico sobre a pesca revela muito sobre a dinâmica do casal e os desafios que enfrentam nessa atividade, como se organizam, cada um com seu caniço, “Porque aí a gente pega dois caniços. Quando vou pescar, aí eu pego um peixe na frente e ela pega outro atrás”, mostra uma dinâmica de parceria que torna a atividade prazerosa. Ele expressa a alegria de pescar ao lado de Rosana, sugerindo um forte vínculo entre eles e reforçando a ideia de que a pesca transcende o mero ato de capturar peixes, tornando-se um momento de união e parceria. A maneira como ele aborda os obstáculos enfrentados reflete a realidade difícil do cotidiano, como a necessidade de viajar longas distâncias e lidar com as limitações impostas pela presença de moradores nas áreas de pesca.

É interessante observar como eles lidam com essas dificuldades, especialmente em relação aos deslocamentos e à convivência com as comunidades locais. Como Eurico descreve,

os desafios da pesca—como a necessidade de se deslocar para locais onde não há moradores e os altos custos com gasolina — revelam uma realidade comum a muitos pescadores.

Nesse contexto, a pesca se transforma em uma atividade econômica, na qual eles tentam equilibrar os custos operacionais com os lucros provenientes da venda dos peixes. Um dos principais motivos para a necessidade de viajar longas distâncias é a questão dos “vermes” que afetam os peixes, um problema significativo para os pescadores. No entanto, os peixes capturados no alto rio Araguari não apresentam essa complicação.

Apesar dos desafios, como os altos custos de combustível e a necessidade de vender parte da produção para cobrir despesas, a resiliência de Eurico e Rosana é evidente. A preferência de Eurico por pescar sempre acompanhado de Rosana demonstra a importância da companhia e da colaboração, ressaltando que, mesmo diante das dificuldades, eles conseguem encontrar na prática da pesca uma forma mais leve. Essa relação entre trabalho árduo e momentos de diversão é algo com que muitos podem se identificar, revelando uma faceta humana e emocional da atividade.

A alegria de Rosana, destacada por Eurico, indica que sua presença torna a experiência ainda mais especial. Essa sinergia entre eles, compartilhando a paixão pela pesca, parece ser a chave para superar os desafios que surgem. O entendimento que possuem sobre onde pescar—evitando conflito com os moradores locais e respeitando o espaço dos outros — demonstra sabedoria e respeito pela comunidade ao redor. Do mesmo modo, em uma atividade que poderia gerar competição, eles conseguem encontrar uma forma de coexistência pacífica, priorizando a colaboração que a pesca proporciona.

Os relatos dos maridos sobre pescar com suas esposas refletem uma dinâmica de parceria e companheirismo que vai além da simples atividade de pesca. Para eles, pescar juntos é uma forma de fortalecer a união familiar, compartilhar responsabilidades e experiências, e desfrutar de momentos de qualidade em conjunto.

Esses depoimentos revelam que a pesca pode ser um espaço de convivência, aprendizado mútuo e fortalecimento de laços familiares. Embora haja pequenas discordâncias e “teimas”, como menciona Raimundo, essas são vistas como naturais na convivência e não como obstáculos. A pesca em família se mostra uma experiência rica em parceria e afeto.

3.3.1 – Como acontece a venda do pescado.

A realidade da venda de pescado para as mulheres pescadoras em suas comunidades é um desafio, isso fica evidente em suas falas. Maria de Fátima menciona a mudança no cenário de vendas, refletindo sobre como a dinâmica da população local afetou suas vendas.

Maria de Fátima reflete uma realidade comum em muitas comunidades onde a venda de peixe é uma atividade tradicional e importante para a subsistência. Ao tratar sobre a mudança no volume de vendas e a dificuldade em encontrar compradores, demonstra questões que podem afetar a pesca e o comércio local, como a diminuição da população na área, mudanças nos hábitos de consumo ou até mesmo as condições econômicas e sociais da região.

A menção ao “meio fio” sugere um local de venda informal, onde as relações pessoais e o conhecimento da clientela são fundamentais para o sucesso da atividade. A dificuldade em vender abundância de peixe, como 60 ou 80 kg, ilustra a vulnerabilidade dos vendedores, que dependem da qualidade do produto e da movimentação da comunidade e do interesse dos consumidores.

A expressão “se não tiver assim pessoas conhecidas, que compre” destaca a importância das relações interpessoais no comércio local. Isso indica uma rede de confiança que se forma entre os vendedores e seus clientes, que pode ter se enfraquecido ao longo do tempo. A venda de peixe, portanto, é uma questão de oferta e demanda, de laços sociais e de como as mudanças na dinâmica comunitária podem impactar as atividades econômicas.

O relato de Maria de Fátima é um reflexo das transformações que afetam as práticas tradicionais de comércio, e revisita questões sobre como as comunidades se adaptam às novas realidades e como isso impacta a vida dos trabalhadores informais. É um convite à reflexão sobre a importância de valorizar e apoiar as práticas de comércio local, especialmente em tempos de crise.

Edinete destaca a importância do gelo e do sal no transporte dos peixes, evidenciando a preocupação com a qualidade do produto. O uso de gelo e sal para conservar o pescado demonstra o conhecimento prático e a adaptação às condições de mercado e de transporte, características comuns entre os trabalhadores informais que dependem da venda de produtos perecíveis.

A menção de que a venda era realizada tanto no mercado quanto nas ruas e feiras destaca a flexibilidade e a resiliência da comunidade. Essa forma de comércio mostra a importância da informalidade na economia local e ilustra como essas atividades são fundamentais para a geração de renda que utiliza os espaços disponíveis para garantir a sustentabilidade de suas famílias.

Edinete enfatiza ainda o papel da venda do pescado como um meio de criar e sustentar a família, ressaltando a conexão entre trabalho, família e identidade cultural. A fala de Edinete é um testemunho da luta e da dedicação de muitas pessoas que, por meio do comércio local, conseguem garantir a sobrevivência e o bem-estar de seus entes queridos. Essa perspectiva é

importante para compreender as dinâmicas econômicas e sociais em comunidades que dependem de atividades informais.

Itacy percebe uma certa dificuldade na venda do pescado devido à localização e à falta de uma feira de pescado em Porto Grande. Menciona que a feira livre é a única opção à venda em feira livre, sendo o principal canal de comercialização que eles utilizam, indicando uma dependência desse formato para escoar a produção.

Itacy reconhece as limitações da sua situação, como a ausência de uma feira na sua área, dificultando o acesso ao mercado. Essa situação impacta na quantidade de peixes vendidos, mas também os preços e a renda obtida pela venda. Portanto, estamos enfrentando desafios logísticos e de acesso ao mercado.

Em conjunto, os relatos refletem a resiliência e a luta dessas mulheres para sustentar suas famílias em um cenário que se torna cada vez mais desafiador. As mudanças nas práticas de venda e a necessidade de se adaptar são um testemunho da força da comunidade pesqueira, que, apesar das dificuldades, continua a buscar maneiras de prosperar.

3.4 – Percepção dos Impactos na pesca a partir da UHECC

A construção de hidrelétricas provoca uma série de impactos negativos sobre os recursos pesqueiros, que são difíceis de quantificar e, muitas vezes, de mitigar. A transformação de um ambiente com fluxo contínuo de água, como rios, em um ambiente com águas paradas, como lagos ou reservatórios, altera significativamente os habitats aquáticos.

Essas mudanças podem afetar a biodiversidade local, resultando em perda de habitat para muitas espécies de peixes e outras formas de vida aquática. A alteração na qualidade da água, como mudanças na temperatura, oxigenação e composição química, pode afetar a reprodução e o crescimento das populações de peixes.

Outros impactos incluem a sedimentação dos reservatórios, que pode alterar a dinâmica ecológica e a disponibilidade de alimentos para os peixes, além da introdução de espécies exóticas que podem competir com as nativas. A construção de usinas também pode provocar alterações nos regimes de fluxo e nas sazonalidades, afetando a reprodução e a alimentação de muitas espécies.

Portanto, a gestão dos recursos pesqueiros em áreas afetadas por hidrelétricas deve considerar esses impactos complexos e buscar estratégias de mitigação que, embora desafiadoras, são essenciais para a conservação da biodiversidade aquática e a sustentabilidade das atividades pesqueiras.

O depoimento sobre os impactos enfrentados pela pescadora Maria de Fátima, especialmente em relação ao empreendimento UHECC, revela uma série de consequências negativas que afetam a pesca e, conseqüentemente, a subsistência da população local.

Antes de 2013 e desse empreendimento aí da Cachoeira Caldeirão, a gente fazia duas a três pescaria no mês, a gente pegava bastante peixe. A gente fazia (pausa) defendia o da nossa despesa do nosso custo de vida. Bem, legal, depois desse empreendimento aí o negócio foi ficando ruim né a gente ia às vezes pescar não conseguia a quantia de peixe suficiente pra pagar até as despesa, né porque a gente quando ia para aí nós comprava gelo, nós comprava o combustível, nós comprava era duas despesas pra nós levar e pra deixar pros filhos no Porto. E aí, depois desse empreendimento, não prestou foi pra mais nada, sinceramente.

Maria de Fátima menciona a mudança significativa após a implementação da UHECC, que afetou diretamente sua capacidade de pescar e gerar renda, criando um sentimento de perda e frustração. Antes de 2013, a pesca era uma atividade regular e lucrativa, permitindo que realizassem de duas a três pescarias por mês e obtivessem uma quantidade satisfatória de peixe.

Esse recurso era fundamental para cobrir as despesas do dia a dia e garantir a alimentação da família. A atividade pesqueira era uma parte importante da economia local, proporcionando alimento e uma fonte de renda. Com o advento da UHECC, as condições mudaram drasticamente. O testemunho indica que, após a implementação desse projeto, a atividade pesqueira se tornou insustentável.

A quantidade de peixe capturada diminuiu a ponto de não ser suficiente para cobrir os custos operacionais da pesca, como o combustível e o gelo, essenciais para a conservação do pescado. Essa situação comprometeu a renda dos pescadores e afetou a segurança alimentar das famílias, que passaram a enfrentar dificuldades para suprir suas necessidades básicas.

A degradação do ambiente aquático e a possível alteração dos ecossistemas locais, provocadas pelo empreendimento, podem ter contribuído para a diminuição das populações de peixe, evidenciando um impacto ambiental que se reflete diretamente na vida econômica e social da comunidade. O descontentamento e a frustração expressos no depoimento refletem uma realidade na qual o desenvolvimento econômico, muitas vezes promovido por grandes empreendimentos, pode gerar sérios prejuízos para as comunidades locais que dependem de recursos naturais para sua sobrevivência.

Contudo, a situação não se limita a isso. Sua casa está localizada em frente ao rio Araguari e, com a criação do reservatório da UHECC, encontra-se na Área de Influência Indireta (AII), o que, apesar de gerar diversos impactos negativos, não garante nenhum direito

à indenização. Quando questionada sobre se recebeu compensação pelo seu terreno no médio Araguari, a resposta foi negativa:

Não. Eles diz que pra cá não foi atingido, mas olha, vou lhe falar com toda sinceridade, antes dessa barragem... A senhora está vendo essas mangueiras aí... essa duas (mostrando as mangueiras em frente à casa na beira do rio, apontando com o dedo) quando a gente abriu esse terreno, a gente plantou elas. Essa terra que a senhora tá vendo aqui era do lado de lá dela. Agora a senhora olha e elas estão para revirar de tanto cavar a terra. Isso aqui, eu tinha um açáizalzinho plantado aqui, as únicas árvores que sobreviveram foi essas porque desde quando essa água foi represada... Olha, minhas plantas é tudo plantado dentro de lata. No inverno, eu subo elas tudo pra cima do jirau, né? Aqui no chão não posso plantar nada, não pode criar galinha porque quando chega o inverno a água enche daqui, enche daqui e elas se encontra. Aí pronto, vira só um lago, e antes não era assim, antes dessa hidrelétrica, não era assim a gente podia plantar as coisas, eu tinha pé de urucum, tudo quantos era coisas plantada aqui, agora depois disso morre tudinho, aí não adianta plantar que morre. Nosso retiro, não sei se o professor já foi lá. Fica uns quinze minutos daqui lá. Enche tudinho, já derrubou duas casas de farinha nossa, que apodrece os esteios e antes não enchia água lá de jeito nenhum. Nossa roça é muito longe daqui e mesmo assim tem ano que a água chega dentro da roça. E antes plantava aqui perto.

O sentimento de Maria de Fátima é de frustração e tristeza por viver mudanças drásticas em seu ambiente devido à construção da UHECC. Destaca os impactos negativos do represamento de água, que afetaram, além da pesca, a agricultura. Lança uma crítica à degradação das terras após a construção da hidrelétrica, onde muitas de suas plantações e criações não mais sobrevivem, mostrando um impacto ambiental e econômico.

O relato menciona a perda de plantas e árvores que antes prosperavam na área, bem como a dificuldade de cultivar alimentos e criar animais devido à inundação recorrente. As referências a mangueiras, açáizais e outras plantações que não sobreviveram à nova realidade mostram como a relação de Maria de Fátima com a terra foi alterada. A descrição das casas de farinha que foram perdidas e a necessidade de subir as plantas para evitar a inundação ilustram a adaptação forçada a uma nova condição de vida. A conexão emocional com a terra e a nostalgia por tempos em que a agricultura era viável são evidentes.

Uma chegada de um empreendimento hidrelétrico gera expectativas. Muitas vezes, as comunidades locais têm esperanças de que grandes obras de infraestrutura trarão melhorias econômicas e sociais. No entanto, é comum que essas promessas não se concretizem, levando a desapontamentos e até mesmo a desastres ambientais e sociais. Esse sentimento de frustração fica claro na fala de Edinete:

A gente pensou numa melhoria para a gente, né? Mas a gente pensou errado, né? Que foi que a gente não pensava que ia acontecer isso, né? Esse desastre que aconteceu. (...) Nós ainda fomos em umas quantas reuniões, audiência pública, nós fomos. Mas... Eles não explicavam, né? Não.

As audiências públicas e reuniões são espaços importantes para as pessoas expressarem suas preocupações, e seja um momento de participação da comunidade onde deve ser apresentado o projeto, mas, como mencionado por Edinete, houve uma falta de transparência ou de informações claras por parte das autoridades responsáveis. O terreno de Edinete fica na Área de Influência Direta da UHECC, na margem esquerda do rio Araguari, o que lhe deu o direito de ser indenizada.

Vieram, explicaram tudinho aí, mas a gente pensava que ia ser uma melhoria pra nós, né? Pelo um lado, foi uma melhoria, porque, eu falo assim, pela melhoria, porque a gente conseguiu a nossa casa, né? Pegamos a indenização, construímos a nossa casa e a melhoria que eu falo assim, devido eu nem sei, nem explicar, a melhoria que nós tivemos. Achava que ia ser uma melhoria pra nós, né? Mas não foi uma melhoria, não.

A Edinete reflete a complexidade das consequências da construção de uma hidrelétrica em sua vida e na vida de sua família. Embora ela reconheça que houve algumas melhorias, como a indenização que possibilitou a construção de uma nova casa, a sensação predominante é de frustração e desilusão. A expectativa inicial de que a obra traria benefícios significativos se confronta com a realidade de que as mudanças não foram tão positivas quanto se esperava.

Essa ambivalência é comum em situações de deslocamento forçado e desenvolvimento de grandes projetos, onde o impacto social e ambiental muitas vezes não é considerado adequadamente. A fala de Edinete é um testemunho da luta e da adaptação dos atingidos por essas transformações. Ao ser perguntada sobre mudanças na pesca em frente à sua casa, ela cita:

Ah, mudou muito, mana, a água baixou, a água ficou suja, a água tem odor, afugentaram os peixes. Porque os peixes, que é de correnteza, não ficaram aqui no lago. Os peixes foram embora, pra cima. Né? E os peixes, a gente... pega peixe. Mas agora, nessa época de verão, esse verão, tá diferente de todos os outros. A água tá muito quente, mana. Muito quente.

Os depoimentos sobre os impactos na pesca revelam uma realidade preocupante e cheia de mudanças. A água, que antes era um recurso importante, agora apresenta características que afetam diretamente a vida aquática e, conseqüentemente, a subsistência das comunidades que dependem da pesca.

A diminuição do nível da água, a contaminação e o odor desagradável são indicadores de um ecossistema em deterioração. A migração dos peixes, especialmente aqueles que preferem águas correntes, ilustra como as mudanças no ambiente aquático forçam as espécies a se deslocarem em busca de condições mais favoráveis.

O aumento da temperatura da água durante o verão afeta a reprodução e a sobrevivência dos peixes, alterando o ciclo natural da pesca. Essas transformações afetam tanto a biodiversidade local quanto o modo de vida das pessoas que dependem da pesca como fonte de alimento e renda.

Esse cenário chama a atenção para a necessidade de ações de preservação ambiental e de estratégias que ajudem a mitigar os impactos das mudanças climáticas e da poluição, garantindo a sustentabilidade dos recursos hídricos e a saúde das comunidades que deles dependem. Como solução a essa situação, ela e seu companheiro vão pescar para o alto rio Araguari, só que isso gera custos mais elevados.

Pra pescar, tem que ir pra cima. (...) Os gastos, mano, é... É muito, porque tem que comprar gelo, tem que comprar gasolina, tem que comprar alimentação pra nós. A farinha é porque a gente faz aqui, né? Sim. A farinha. E o gelo, às vezes, a gente faz, mas é pouco. Mas aí tem que comprar. Aí, o batelão tem que ser bom também, grande pra subir cachoeira. E só duas pessoas...

A pesca no alto rio Araguari pode ser uma atividade prazerosa, mas envolve custos significativos. A necessidade de comprar gelo, gasolina e alimentação para a viagem aumenta as despesas. A escolha do barco é crucial; um batelão robusto é necessário para navegar em áreas mais desafiadoras, como cachoeiras.

Contudo, a realidade da pesca mudou significativamente com a construção da hidrelétrica, como observa Rosana. Ela lamenta a diminuição da quantidade e diversidade de peixes, um reflexo das profundas alterações no ecossistema local. A fartura de outrora, quando os pescadores podiam facilmente capturar pacu branco e outros peixes, foi substituída por desafios que dificultam a pesca. A nostalgia por tempos mais abundantes permeia suas palavras, evidenciando a luta constante dos pescadores para adaptar-se a uma nova realidade que impacta as práticas, a cultura e modos de vida.

Esse diálogo entre tradição e modernidade, entre conhecimento local e impactos ambientais, revela um retrato complexo da pesca na região. Os pescadores, com suas histórias e experiências, mantêm viva uma herança cultural, ao mesmo tempo em que enfrentam os desafios impostos pelo tempo e pela transformação de seu habitat causada por

empreendimentos. A pesca, além do meio de subsistência, é uma expressão de identidade e resistência à mudança, um vínculo com a natureza que persiste mesmo diante das adversidades.

O depoimento de Itacy revela uma série de impactos ambientais e sociais resultantes da construção da UHECC, que podem ser observados em sua comunidade e no ecossistema local. Um dos impactos se relaciona ao comprometimento da saúde do ecossistema aquático, especialmente com a contaminação de vermes nos peixes.

Os parasitas de peixes de água doce, especialmente os microparasitas, representam uma preocupação crescente para a saúde dos peixes. A pesquisa de Eiras et al. (2006) evidencia que a presença desses parasitas, principalmente na vesícula biliar, pode comprometer a saúde dos peixes e, conseqüentemente, impactar a indústria pesqueira. Que esses parasitas podem ser transmitidos ao ser humano através do consumo de pescado mal preparado destaca a importância de práticas adequadas de manejo e preparo do peixe.

A infecção por microparasitas pode resultar em inflamações, lesões e outros problemas de saúde nos peixes, afeta a condição física, a comercialização e o valor econômico associado. Essa situação é ainda mais preocupante em ecossistemas ricos em biodiversidade, como a Amazônia, onde a variabilidade de espécies e suas interações ecológicas podem facilitar a propagação de parasitos.

Itacy aponta como principal causador as árvores mortas, além dos mururés que não estavam presentes anteriormente.

Naisa: Mas vocês têm noção do porquê da contaminação?

Itacy: Por causa dessa mortandade, né? A podridão que houve, eu acho que... Na minha percepção, isso foi o que causou, porque antigamente não havia esse problema. A água esquentada, né? Aí houve muita mortandade, como estou falando com a senhora. Das árvores, né? O pau podre, principalmente. Ele apodrecia muito, o aracu. É um peixe que roe demais. E esses matos que surgiram aí também no lago? Que é o mururé.

A mortandade de árvores citadas inclui as paliteiras, que foram encontradas mortas após a criação do lago da UHE, resultando no aumento da temperatura da água e em outras mudanças ambientais, afetando a ictiofauna local. A contaminação, especialmente em espécies que habitam o fundo do lago, como o trairão, pode ter conseqüências diretas para a saúde dos pescadores e suas famílias, além de comprometer a cadeia alimentar.

Itacy aponta uma alteração na temperatura da água, que é notável mesmo à noite. O aumento da temperatura da água, mencionado por ela, é resultado da modificação do ambiente aquático devido ao barramento do rio pela hidrelétrica. A temperatura da água é crucial para a vida aquática, e seu aumento pode afetar a reprodução e a sobrevivência das espécies.

Além disso, a introdução de novas espécies como o mururé e a aninga evidencia uma mudança significativa na composição da biodiversidade aquática, refletindo alterações no equilíbrio ecológico do ambiente. Essas plantas, muitas vezes associadas ao aumento da temperatura da água e à degradação da qualidade hídrica, indicam que o ecossistema está passando por um processo de perturbação que pode comprometer a sobrevivência das espécies nativas e alterar os padrões de reprodução e alimentação dos organismos aquáticos.

Tal proliferação de plantas aquáticas, especialmente quando constituem espécies invasoras, prejudica a navegação e a atividade pesqueira ao obstruir canais e redes, dificultando o acesso às áreas de pesca e reduzindo as capturas. Como consequência, há um impacto direto na subsistência das comunidades locais, que dependem da pesca para sua alimentação e renda, agravando os desafios socioeconômicos na região.

Além disso, a introdução de novas espécies como o mururé e a aninga evidencia uma mudança significativa na composição da biodiversidade aquática, refletindo alterações no equilíbrio ecológico do ambiente. Essas plantas, muitas vezes associadas ao aumento da temperatura da água e à degradação da qualidade hídrica, indicam que o ecossistema está passando por um processo de perturbação que pode comprometer a sobrevivência das espécies nativas e alterar os padrões de reprodução e alimentação dos organismos aquáticos. A proliferação dessas plantas aquáticas, especialmente quando constituem espécies invasoras, prejudica a navegação e a atividade pesqueira ao obstruir canais e redes, dificultando o acesso às áreas de pesca e reduzindo as capturas. Como consequência, há um impacto direto na subsistência das comunidades locais, que dependem da pesca para sua alimentação e renda, agravando os desafios socioeconômicos na região.

O aumento da vegetação flutuante indica uma mudança na estrutura do habitat, impacta as espécies de peixe, a flora e a fauna que dependem dos habitats ribeirinhos, reduzindo a diversidade ecológica. A dificuldade em pescar devido a essas mudanças, como o emaranhado de plantas aquáticas que dificultam o uso de equipamentos de pesca, demonstra o impacto direto que essas alterações têm na vida da comunidade, que depende da pesca como fonte de subsistência.

A “mortalidade” de peixes tornou-se constante quando houve a abertura das comportas da UHE, e a diminuição e o desaparecimento de peixes passaram a ser percebidos. Os impactos da hidrelétrica vão além da simples alteração do ambiente físico; eles afetam a biodiversidade, a saúde pública, a economia local e a cultura da comunidade. Essas mudanças ressaltam a importância de considerar cuidadosamente os efeitos ambientais e sociais de grandes projetos de infraestrutura, como hidrelétricas, antes e durante sua implementação.

3.5 – Experiência das mulheres pescadoras com o MAB

O testemunho de Maria de Fátima, Dona Edinete, Itacy e Rosana ilustra a importância do MAB na vida das comunidades ribeirinhas afetadas por grandes empreendimentos. Pois, através do contato com o movimento social, essas pessoas tiveram acesso a informações sobre seus direitos e a oportunidade de se organizar e lutar por melhores condições de vida.

Maria de Fátima menciona o contato com o MAB e como o movimento a ajudou a entender seus direitos.

Foi através do professor Moroni que, até então, eu nem sabia que existia isso, entendeu? Aí Ele, ele apareceu lá pela colônia, né? E quando eu ainda frequentava lá em reunião, ele sempre tava presente lá e aí foi através dele. Nós já fomos em Macapá em duas vezes com ele, na reunião que teve na justiça Federal com o pessoal. A gente foi, né? Já foi eu e meu marido, uma vez foi eu com minha filha, outra vez foi eu e meu marido. Olha o professor ele sempre vem por aqui ele informa a gente do que está acontecendo o que pode vir acontecer em nosso benefício, e a nossa esperança é essa, que um dia, né, que um dia a gente seja... porque o nosso sonho, pra falar a verdade a gente fosse indenizado daqui à gente ia embora procurar outro lugar pra gente viver. Aqui é muito sacrifício, muito sacrifício, olha depois que inventaram esse empreendimento. Aí o meu marido tem vez que ele conversa comigo que “se tivesse um terreno fora daqui nós ia era embora daqui”, mas como que a gente vai abandonar que já trabalhou uma vida inteira aqui, né não tem como, nós temos diz ele “enquanto a gente ainda tiver um pouco saúde a gente tá por aqui batalhando”, porque vou lhe falar né, não é fácil não... O MAB que veio trazer essas informações, tenho esperança, a esperança da gente é a que não acaba.

Destaca como a presença do professor Moroni — que faz parte da coordenação do movimento — foi fundamental para que ela e sua família começassem a entender a situação em que se encontravam. O MAB oferece um espaço de aprendizado sobre direitos, permitindo que os atingidos se tornem mais conscientes e ativos em suas reivindicações. A esperança de indenização e a possibilidade de um novo começo em outro lugar são motivações importantes para continuar lutando.

O depoimento de Maria de Fátima revela um aspecto fundamental da resistência à hidrelétrica: a importância da informação e da mobilização comunitária. A figura do professor Moroni se destaca como um agente de conscientização, que apresentou a ela e à sua comunidade a realidade das hidrelétricas e os mobilizou para a luta por seus direitos. A menção à participação em manifestações e reuniões na Justiça Federal mostra que a resistência se dá na esfera local e em um contexto mais amplo, envolvendo instituições e processos legais.

Dona Maria de Fátima expressa um profundo desejo de mudança e esperança de que a luta leve a uma indenização. Isso indica que, para muitos atingidos, a resistência está ligada à preservação de seu modo de vida e à busca por justiça e reparação pelos danos causados pelo empreendimento. Sua fala revela o sofrimento e os sacrifícios enfrentados pela comunidade, evidenciando como a construção da hidrelétrica impactou negativamente suas vidas.

A mobilização social, portanto, emerge como uma estratégia essencial para enfrentar os desafios impostos por grandes empreendimentos, mostrando que a resistência pode ser um caminho para a construção de novas narrativas e alternativas de vida.

Por fim, o desejo de “procurar outro lugar para viver” sugere uma percepção de que o atual espaço já não oferece condições dignas de habitabilidade. Isso reforça a necessidade de uma reflexão sobre o impacto das hidrelétricas e outras grandes obras nas comunidades locais, que muitas vezes são deixadas à margem das decisões que afetam suas vidas. A luta de Dona Maria de Fátima é um exemplo claro de como a resistência pode ser uma forma de reivindicação de direitos e de busca por dignidade em face de grandes projetos de desenvolvimento.

Dona Edinete enfatiza a importância do MAB na conscientização dos direitos humanos e dos direitos dos ribeirinhos, ressaltando que a falta de informação muitas vezes deixa as pessoas desamparadas. Ela menciona como a participação no movimento a ajudou a entender melhor sua situação e a buscar objetivos que, de outra forma, poderiam passar despercebidos.

Olha, eu conheci pelo seu Noronha, pela senhora, dona Naísa, e eu achei muito bom, porque a gente aprende muita coisa, no MAB, e quanto mais a gente participa, mais a gente vai aprendendo, as coisas, os direitos, os direitos humanos, os direitos dos ribeirinhos, porque aqui é bem pouca gente que vem falar isso pra nós sobre os nossos direitos, por isso que muitas vezes quando acontece essas coisas, a gente fica de mão atada, a gente não corre atrás dos nossos objetivos, quando a gente vai querer correr atrás, já passou gente não pode mais, já não tem mais. Moro aqui muitos anos, muitos anos mesmo moro aqui. Esse rio aí eu não ando dois, três anos, eu já ando anos e anos, desde quando a gente era ainda, era pequena ainda, que estudava, por causa do meu pai, que sempre andou no rio.

Dona Edinete transmite um sentimento profundo de resistência e conscientização em relação aos direitos dos ribeirinhos e às injustiças frequentemente ignoradas. Por meio de seu contato com pessoas como seu *Noronha* e *Dona Naísa*, ela encontrou um espaço de aprendizado e fortalecimento, especialmente através do MAB. Essa rede de apoio é fundamental, ao oferecer informações e ferramentas que capacitam os indivíduos a se tornarem mais conscientes de seus direitos e a lutar por eles.

A resistência de Dona Edinete, manifestada em suas palavras, revela a dificuldade de reivindicar seus direitos em um contexto em que a informação é escassa, o que frequentemente

deixa as pessoas “de mão atada”. Essa realidade é comum em muitas comunidades ribeirinhas, onde a falta de acesso à informação e ao apoio legal pode resultar em impotência diante das injustiças causadas por grandes projetos. Não é à toa que, ao mencionar “por isso que muitas vezes quando acontecem essas coisas”, ela se refere especificamente à barragem da UHECC.

A experiência de vida de Dona Edinete, que envolve um profundo vínculo com o rio e a história de sua família, ressalta a importância da terra e da água para a identidade e a sobrevivência dessas comunidades. Sua longa relação com o rio, repleta de lembranças de infância, evidencia uma conexão que transcende o simples uso dos recursos naturais. Essa ligação é uma forma de resistência cultural, na qual o respeito e a preservação do modo de vida tradicional se tornam uma luta contra a exploração e a marginalização.

Portanto, o relato de Dona Edinete não se limita à luta pelos direitos, mas também à valorização da história e da identidade ribeirinha. É um chamado à ação, um lembrete de que a conscientização e a união são essenciais para enfrentar os desafios que essas comunidades enfrentam.

A pescadora Itacy destaca que o MAB traz melhorias e apoio, funcionando como uma voz ativa em um contexto em que muitas vezes os governantes falham em atender às demandas e necessidades básicas dessas comunidades.

Eu conheci ele... Foi através da colônia, né? Na nossa colônia que eu conheci o MAB. (...) Sempre (trouxe) foi melhoria, né? Porque eu, no meu ver, vocês estão sempre do nosso lado, estão dando apoio pra gente. Estão correndo atrás de muitos de outros casos. Como o prefeito, esses políticos aí, né? Os governantes não correm atrás do nosso direito. Enquanto o MAB, ele vai, dá a cara a tapa, ele vai arregaçá a manga e vem fazer o que era devido a eles fazerem. Era pra eles fazerem, não era pra a gente, era pra eles fazerem.

O depoimento da pescadora Itacy reflete a importância do MAB como um aliado na defesa dos direitos das populações afetadas. É um reconhecimento de que, sem a mobilização e o ativismo do MAB, os direitos dessas pessoas poderiam ser ainda mais negligenciados. A resistência da Itacy e de seu grupo comunitário também é um testemunho da força e da resiliência diante das adversidades.

O fato de ela mencionar que o MAB “dá a cara a tapa” ilustra a coragem e a determinação dos membros do movimento em lutar por justiça, mesmo frente a desafios significativos. Esse tipo de apoio é crucial para a defesa de direitos e para a construção de uma consciência coletiva sobre a importância da luta social e da resistência. O engajamento de

organizações como o MAB, com a voz e a experiência dos atingidos, é essencial para garantir que suas necessidades e direitos sejam reconhecidos e respeitados.

Do mesmo jeito, para Rosana:

O Movimento Atingido por Barragem eu conheci através da professora Naísa, do professor Moroni, foi eles que incentivaram a gente ir junto com eles na luta, lutar pelos nossos direitos, e a gente vai quando tem movimento, a gente vai junto, lutando junto com eles no movimento. Sempre estamos juntos, assim que dá pra gente ir, a gente vai na luta com eles.

A fala da pescadora Rosana reflete a importância da mobilização e da solidariedade entre as comunidades afetadas por barragens e outros projetos que impactam seus modos de vida. O fato de ela mencionar os professores Naísa e Moroni como figuras que a incentivaram a participar do Movimento Atingido por Barragem demonstra o papel do movimento social e da conscientização na luta por direitos.

Rosana destaca que a união e a luta coletiva são essenciais para enfrentar os desafios impostos por grandes projetos de infraestrutura, que desconsideram muitas vezes as necessidades e os direitos das comunidades locais. A participação ativa dela no movimento indica uma busca por justiça social, além de um compromisso com a preservação de sua cultura e modo de vida.

Além disso, a citação evidencia a importância de espaços de apoio e organização, onde as pessoas podem se encontrar, compartilhar experiências e construir estratégias coletivas de resistência. Essa mobilização é crucial para garantir que as vozes das comunidades atingidas sejam ouvidas e que suas reivindicações sejam consideradas nas decisões que afetam suas vidas. A luta de Rosana e de outros pescadores ilustra a resistência e a resiliência das comunidades diante de adversidades impostas por projetos que priorizam muitas vezes interesses econômicos em detrimento dos direitos humanos e da sustentabilidade ambiental.

Itacy e Rosana também reconhecem o apoio do MAB, que se coloca ao lado das comunidades e busca melhorias. Eles percebem a falta de ação dos governantes e como o MAB se torna um aliado na luta por direitos que deveriam ser garantidos por aqueles que estão no poder. Esses relatos mostram a força da solidariedade e da organização coletiva em face das adversidades, ressaltando a importância de movimentos sociais como o MAB na luta por justiça e dignidade para os atingidos por barragens.

A atuação do MAB nas comunidades ribeirinhas em Porto Grande encontra-se no envolvimento pela luta por direitos que ainda não foram assegurados aos atingidos. Um exemplo é o caso de Maria de Fátima, cujo terreno está localizado fora da área da AID e não é

considerado como atingido pelo empreendimento, mas que enfrenta problemas semelhantes aos daqueles que estão dentro dessa região. Ela e outros ribeirinhos e pescadores do rio Araguari, na parte montante da UHECC, têm sofrido constantemente com enchentes, estiagem, mortandade de peixes e outros impactos trazidos pelas pescadoras entrevistadas. Essa situação tem se agravado desde a construção do barramento, afetando profundamente a subsistência dessas comunidades.

Considerações Finais

A exploração dos recursos naturais e a violação dos direitos das populações locais em nome do progresso e do desenvolvimento, especialmente em projetos de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, são questões de grande relevância. Com frequência, iniciativas de infraestrutura e modernização resultam na destruição de territórios, no deslocamento de comunidades e na degradação ambiental, enquanto os benefícios econômicos gerados são distribuídos desigualmente.

Essas situações tornam-se centrais nos debates sobre justiça social, direitos humanos e sustentabilidade. A luta das populações amazônicas por reconhecimento e pela participação nas decisões que afetam suas vidas e territórios é crucial para a construção de um futuro mais justo e equitativo. O modo de vida dos povos da Amazônia é profundamente impactado pela história de colonização e pelos projetos de desenvolvimento que priorizam a exploração econômica, em detrimento de suas culturas e modos de vida. Desde o início da colonização, a Amazônia tem sido vista como um território a ser explorado, resultando em desigualdade social, violência e vulnerabilidade para seus habitantes.

A construção de hidrelétricas, por exemplo, exemplifica essa lógica de desenvolvimento que ignora as comunidades locais e suas necessidades. O governo, sob a justificativa de progresso, promove uma agenda de exploração que desconsidera a resistência dos povos amazônicos, culminando na destruição ambiental e na violação de direitos humanos. Recentemente, a intensificação das queimadas e a política de “passar a boiada” evidenciam a urgência da situação, com riscos crescentes para aqueles que defendem a Amazônia. As lutas na região refletem, portanto, um confronto entre modos de vida sustentáveis e uma visão utilitarista que busca integrar a Amazônia ao capitalismo global.

Esses conflitos não são novos, mas se intensificam com projetos como os Planos de Aceleração do Crescimento, que priorizam a exploração de recursos sem garantir a participação dos povos da região. As tensões atuais podem ser vistas como uma continuidade de uma história de marginalização e exploração, onde a voz das comunidades amazônicas é frequentemente silenciada em nome do desenvolvimento econômico.

A falta de diálogo e de políticas públicas efetivas contribui para a vulnerabilidade dessas comunidades, uma vez que as intervenções são muitas vezes impostas sem considerar as realidades locais e as necessidades específicas das populações. Estudos sobre o tema destacam a importância de estratégias que incluam a participação das comunidades na formulação de

políticas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais sejam respeitadas.

Iniciativas que promovam a valorização da cultura local e a preservação dos saberes tradicionais são igualmente importantes ao ajudarem a manter a identidade das comunidades diante de um cenário de transformação. A implementação de políticas públicas integradas, que considerem a diversidade socioeconômica e cultural das populações ribeirinhas, pode resultar em um desenvolvimento mais justo e sustentável, beneficiando tanto as comunidades quanto o meio ambiente.

Neste sentido, as considerações finais deste trabalho evidenciam a importância do protagonismo feminino na pesca ao longo do rio Araguari em Porto Grande, destacando a relevância das lutas travadas por essas mulheres em um contexto marcado pela interferência de grandes empreendimentos hidrelétricos, como a UHECC, no Estado do Amapá.

A pesquisa evidencia que, embora frequentemente a presença feminina seja subestimada ou invisibilizada nos estudos sobre a pesca artesanal, as mulheres desempenham um papel crucial na sustentação econômica e cultural dessas comunidades. Elas participam ativamente das atividades pesqueiras, atuam como guardiãs de conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis que garantem a sobrevivência familiar. Além disso, suas ações representam uma forma de resistência cultural e ambiental diante das ameaças decorrentes de modelos de desenvolvimento predatórios, fortalecendo a identidade e a resiliência das comunidades pesqueiras.

A pescaria realizada junto a seus esposos traz um dado importante ao estudo sobre a pesca artesanal. Demonstrando que *a pesca não é só de homem e o peixe não é só de mulher*. O envolvimento das mulheres na atividade pesqueira, muitas vezes relegado a segundo plano, merece ser destacado. A pesca não é uma atividade exclusivamente masculina; ao contrário, é uma prática compartilhada em que homens e mulheres colaboram de maneira sinérgica. Essa colaboração se reflete na captura, no manejo e na comercialização do pescado, configurando uma dinâmica familiar que potencializa os lucros e fortalece os laços comunitários.

Essa visão mais abrangente sobre a pesca revela que as relações de gênero nesse contexto são complexas e interdependentes, exigindo um reconhecimento mais profundo do papel das mulheres como parceiras essenciais na atividade pesqueira. Ao considerar as lutas das mulheres nas comunidades atingidas por projetos hidrelétricos, é importante enfatizar que elas buscam garantir a sua subsistência, defendem a preservação de seus modos de vida e a proteção de seus territórios.

As mulheres, muitas vezes, são as primeiras a perceberem as mudanças negativas que acompanham a construção de grandes empreendimentos, como a degradação ambiental e a desestruturação social, e, portanto, tornam-se vozes críticas e mobilizadoras na defesa de seus direitos e na busca por alternativas sustentáveis. A entrevista com quatro mulheres pescadoras — Maria de Fátima, Edinete, Itacy e Rosana — é uma fonte de informação sobre as dificuldades enfrentadas por comunidades ribeirinhas devido a grandes empreendimentos. Esse testemunho fornece uma perspectiva pessoal e insere suas histórias em um contexto mais amplo de luta pelos direitos das populações afetadas.

Essas mulheres compartilham alguns pontos em suas histórias, todos relacionados à sua atuação como pescadoras:

1. Colônia de Pescadores: Todas fazem parte da Colônia de Pesca Z-16 de Porto Grande, a qual é o ponto de organização e representação dos pescadores e pescadoras na região.
2. Impacto da UHECC: A entrada da UHECC modificou suas vidas de alguma forma. Essa mudança afetou suas práticas de pesca, acesso aos recursos naturais e dinâmica social.
3. Local de pescadao do rio Araguari: Suas histórias estão intrinsecamente ligadas às comunidades ribeirinhas ao longo do rio Araguari. Esses locais são fundamentais para a continuidade de suas atividades de sobrevivência no mundo da pesca;
4. Movimento dos Atingidos por Barragens: Todas estão na luta junto ao MAB-AP que é onde mantém seu ponto de resistência.
5. Moradia em Porto Grande: as mulheres possuem casa na cidade de Porto Grande, onde moram seus filhos, mas sua conexão com o rio e as comunidades ribeirinhas permanecem forte. Daí todas têm terreno na área rural de Porto Grande, seja na área ribeirinha, ou em assentamento, ou ainda, em igarapé próximo ao assentamento, e então mantêm a prática da pesca e da agricultura.

A participação ativa das mulheres no Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens destaca a necessidade de reconhecer suas vozes e demandas, que muitas vezes são silenciadas em nome do progresso. O testemunho das mulheres pescadoras ilustra a resiliência e a luta contínua por direitos que vão além da mera sobrevivência, buscando a dignidade e o respeito às suas formas de vida. Essas narrativas são fundamentais para compreendermos a intersecção entre gênero, meio ambiente e direitos humanos na Amazônia.

Ademais, a análise do impacto dos empreendimentos hidrelétricos nos modos de vida das comunidades ribeirinhas ressalta a urgência de se construir um diálogo efetivo entre os agentes de desenvolvimento e as populações locais. É imprescindível que políticas públicas sejam formuladas de maneira inclusiva, respeitando as especificidades culturais e sociais das comunidades e garantindo sua participação nas decisões que afetam diretamente suas vidas e territórios.

Este trabalho reforça a necessidade de valorizar e preservar os saberes tradicionais e as práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, elementos essenciais para a construção de um futuro mais justo e equitativo. Ao reconhecer o papel das mulheres pescadoras e suas lutas, abrimos espaço para uma transformação social que respeite a diversidade e promova a justiça ambiental, contribuindo para a construção de um amanhã em que as vozes das comunidades amazônicas sejam ouvidas, respeitadas e valorizadas.

Este trabalho conclui que o fortalecimento do protagonismo feminino na pesca e nas lutas sociais é crucial para a construção de um futuro mais justo e igualitário. É necessário, portanto, que as políticas públicas sejam criadas para valorizar o papel das mulheres nas comunidades pesqueiras e promover sua participação ativa na tomada de decisões.

Além de garantir o acesso a recursos e oportunidades que fomentem sua autonomia, a sustentabilidade das práticas pesqueiras e a preservação do meio ambiente. Somente será possível construir um modelo de desenvolvimento que respeite e valorize a diversidade de saberes e a importância das mulheres no contexto socioeconômico das comunidades ribeirinhas.

FONTE

Entrevistas

AMARAL, Itacy de Assunção. Entrevista [out. 12]. Entrevistadora: Naísa da Conceição Ferreira Batista. Entrevista efetuada para a dissertação de Mestrado do entrevistador. Porto Grande/AP, 2024. 2 arquivos. Mp3 (17m63s.).

MOTA, Rosana Sousa da. Entrevista [out. 26]. Entrevistadora: Naísa da Conceição Ferreira Batista. Entrevista efetuada para a dissertação de Mestrado do entrevistador. Porto Grande/AP, 2024. 1 arquivos. Mp3 (9m44s.).

PIRES, Eurico dos Santos. Entrevista [jan. 18]. Entrevistadora: Naísa da Conceição Ferreira Batista. Entrevista efetuada para a dissertação de Mestrado do entrevistador. Porto Grande/AP, 2025. 1 arquivos. Mp3 (6m22s.).

SALES, Valdeci de Oliveira. Entrevista [out. 12]. Entrevistadora: Naísa da Conceição Ferreira Batista. Entrevista efetuada para a dissertação de Mestrado do entrevistador. Porto Grande/AP, 2024. 1 arquivos. Mp3 (4m55s.).

SANTOS, Maria de Fátima Bezerra dos. Entrevista [out. 12]. Entrevistadora: Naísa da Conceição Ferreira Batista. Entrevista efetuada para a dissertação de Mestrado do entrevistador. Porto Grande/AP, 2024. 1 arquivos. Mp3 (20m4s.).

SANTOS, Raimundo Ramos Miranda dos Santos. Entrevista [out. 12]. Entrevistadora: Naísa da Conceição Ferreira Batista. Entrevista efetuada para a dissertação de Mestrado do entrevistador. Porto Grande/AP, 2024. 1 arquivos. Mp3 (6m45s.).

SILVA, Edinete Correa da. Entrevista [out. 12]. Entrevistadora: Naísa da Conceição Ferreira Batista. Entrevista efetuada para a dissertação de Mestrado do entrevistador. Porto Grande/AP, 2024. 1 arquivos. Mp3 (17m35s.).

SILVA, Francineudo Ribeiro da Silva. Entrevista [out. 12]. Entrevistadora: Naísa da Conceição Ferreira Batista. Entrevista efetuada para a dissertação de Mestrado do entrevistador. Porto Grande/AP, 2024. 1 arquivos. Mp3 (3m29s.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais**: a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, H. (org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALENCAR, Edna F. Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras. FURTADO, L., MELLO, F. e LEITÃO, W. (eds.). **Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia**. MPEG/UFPA, Belém, 1993, p. 63-81
- ALMEIDA, A. W. B. Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; CASTRO, E (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará; Associação das Universidades Amazônicas, 1996. v. 1.
- ANEEL. Geração: **Matriz elétrica brasileira alcança 200 GW**. Publicado em 07/03/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2024/matriz-eletrica-brasileira-alcanca-200zw>. Acesso em 03/10/2024.
- ARAÚJO, Alan Nunes. **Análise integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari - AP**: subsídios ao planejamento ambiental. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019, 280 f.
- BÁRBARA, Vinícius Fagundes, CUNHA, Alan Cavalcanti da, RODRIGUES, Aline Sueli de Lima, SIQUEIRA, Eduardo Queija de. **Monitoramento sazonal da qualidade da água do rio Araguari/AP**. Revista Biociências, UNITAU. Volume 16, número 1, 2010.
- BASTOS, Cecília Maria Chaves. **Conflitos ambientais urbanos em áreas de ressaca: um estudo da Comunidade Negra da Lagoa dos Índios em Macapá/AP**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Políticas em Gestão Ambiental Brasília- Distrito Federal, agosto de 2006, f. 182.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2013
- BELÉM, Luís Fabiano, CABRAL, João Batista Pereira. **Estudo de vulnerabilidade ambiental da bacia do reservatório da usina hidrelétrica de Ferreira Gomes (AP)** Revista Geoaraguaia – ISSN: 2236-9716 – V.11 n.1 Jun-2021
- BENINCÁ, Dirceu. **Energia e Cidadania**: a luta por direitos dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.

BERMANN, Celio. **Impasses e controvérsias da hidreletricidade**. Estudos Avançados, v.21, n.59, 2007.

BEZERRA, M. **Teto e Afeto**: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. Belém: GK Noronha, 2017.

BOELEN, R., SHAH, E., & BRUINS, B. **Conhecimentos contestados**: grandes barragens e Desenvolvimento Mega-Hidráulico. Água, v. 11, p. 1-27, 2019.

BRAGA, Ana Maria de Fátima Afonso. **Tradição Camponesa e modernização**: Experiência e memória dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova-CE. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**. Campinas, SP, Brasil: Editora da UNICAMP, 1999.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **O pescador do Município de Campos**: Universo e linguagem. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) - Pós-Graduação da Faculdade de Letras da UFRJ. Rio de Janeiro, 1989.

BRITO, D. M. C., SILVA, E. A. C. e LANDIM NETO, F.O. **Gestão dos recursos hídricos e sustentabilidade ambiental** – Macapá: UNIFAP, 2020.

BRITO, Daímio Chaves et all, **Qualidade da água do rio Araguari no Amapá antes dos impactos da construção e operação de duas usinas hidrelétricas**. ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 18, n. 49, maio-ago. VI FISA, 2024. Pp. 247-273.

CABRAL, Mariana Petry. **Juntando cacos**: uma reflexão sobre a classificação da fase Koriabo no Amapá Revista de Antropologia: Periódico UFPA Amazônica 3 (1): 88-106, 2011.

CARRERA Antônio. **As companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba**. Lisboa: Presença, 1983 [1ª Edição de 1969].

CHAGAS, Marco Antonio. **Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão**. Alcilene Cavalcante: Repiquete no meio do mundo (blog). Macapá, 23 ago. de 2011. Disponível em: < [Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão - Repiquete no Meio do Mundo \(alcilenecavalcante.com.br\)](http://alcilenecavalcante.com.br) >. Acesso em: 30 de julho das 2023 às 19h.

COLAÇO, José. **É Peixe ou Não É?** Notas sobre a classificação dos animais em uma aldeia de pescadores em Portugal. Ruris (Campinas) , v. 8, p. 31-51, 2014.

CONSELHO NACIONAL EM DEFESA DO DIREITO DA PESSOA HUMANA – CDDPH. Resoluções nº 26/26, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. **Relatório da comissão especial** “Atingidos por barragens”. Brasília, 2010.

CORNÉLIO, Genilson Santana. **A Relação Cidade e Rio na Amazônia**: mudanças e permanências em Vitória do Xingu/PA face à construção da UHE Belo Monte, Altamira / PA. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2021, 163 f.

COSTA, Klenio Veiga. **Cosmovisões da Natureza**: Um estudo sobre as Representações Sociais de Natureza envolvidas na proteção da Lagoa de Cima – Campos dos Goytacazes – RJ. 2008. 189 p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Em verdes labirintos**: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1803). 1ª Ed. Belém (PA): Paka-Tatu, 2022.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. **A Longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel**: de sua tese O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II até o artigo História e Ciências Sociais: A longa duração (1949-1958). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009, 119 f.

CUNHA, A. C.; CUNHA, H. F. A.; PINHEIRO, L. A. R. **Modelagem e simulação do escoamento e dispersão sazonais de agentes passivos no rio Araguari-AP**: cenários para o AHE Ferreira Gomes-Amapá/Brasil. Revista Brasileira

DEL PRIORE, Mary. Por uma História das Margens. Prefácio. In: DEL PRIORE, Mary, GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Os Senhores dos Rios: Amazônia, margens e histórias**. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2003. p. VII – XI.

DENZIN, Norman K. **Interpretando as vidas de pessoas comuns**: Sartre, Heidegger e Faulkner. Dados; Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, IUPERJ/Campus, 1984, v.27, n.1, p.30.

DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e mercantilismo**: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Belém: UFPA, 1970, 2 v.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB, 1998.

_____. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Revista de Centro e Investigação em Antropologia vol. 3 (2), 1999. Acesso em 21.03.2024. as 18h.

EIRAS, J. C, TAKEMOTO, R. M, PAVANELLI, G. C. **Métodos de estudo e técnicas laboratoriais em parasitologia de peixes**. 2ª ed. Maringá: Eduem; 2006. 199p

ELETRONORTE. **Estudos de Inventário Hidrelétrico, Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, Estado do Amapá**. Relatório Final. 1999.

Empresa diz que cheia em Ferreira Gomes foi causada por hidrelétrica: cheia atingiu mais de 600 pessoas em Ferreira Gomes, no Amapá. Hidrelétrica afirma ter comunicado empresas sobre abertura de enseadeira. Macapá: 08/05/2015. Ver <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/05/empresa-diz-que-cheia-em-ferreira-gomes-foi-causada-por-hidreletrica.html> Acesso em 07.12.2024 as 17h.

ESTRANIOLI, Elisa Mergulhão. **UHE Belo Monte e as concepções espaciais do conceito de atingido por barragem: uma análise a partir da lagoa do independente I em Altamira-PA**. Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo Área de concentração: Organização e Gestão do Território. Universidade Federal do Pará – UFPA, 2021.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015, Vol. 2.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane. **Comunidades tradicionais: a formação sócio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas**. Espaço Temático: terra, território e América Latina. Rev. katálysis p. 532-541, 24 (3) 2021.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Rio de Janeiro. Conselho Federal de Cultura. 1972. p. 90. (Memórias Zoologia).

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará**. Boletim do museu paraense Emílio Goeldi. Belém, 1981, p.08

GOMES, Carlos Valério Aguiar. **Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas**. Boletim do Museu Paraense. Emílio Goeldi. Cienc. Humanas. 13 (1) Jan-Apr 2018

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**, 2ª edição, Manaus: Editora Valer, 2007, 340 p., (Série: Memórias da Amazônia).

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

HARDIN, G. **The Tragedy of the Commons**. Science, Washington, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, dez. 1968.

HARRIS, Mark. **Rebelião amazônica: Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil (1798-1840)**. Campinas: Unicamp, 2017, p. 49-94 e 135-178.

Hidrelétrica de Marabá: matéria especial desvela impactos (25.06.2016). Site justiça nos Trilhos. por redação. [https://justicanostrilhos.org/Hidrelétrica de Marabá: matéria especial desvela impactos/](https://justicanostrilhos.org/Hidrelétrica%20de%20Marabá%3A%20matéria%20especial%20desvela%20impactos/) Justiça nos Trilhos acesso em 06.12.2024 as 06h.

JOSHI, Chitra. **Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho**. Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 147-170, nov. 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

LEFF, E. (2015). **Political Ecology: a Latin American Perspective**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v.35, p. 29-64.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

LIMA, Carla Oliveira de. **Historiografia social da Amazônia e história ambiental: um breve balanço**. Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.6, vol.4, jan/dez. 2017

LIMA, Laís Melo. **Território em transformação: conflitos na pesca artesanal – Araguari, Porto Grande, Amapá, Amazônia**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Programa de PósGraduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Belém, 2020, f. 152

LIMA, Laís Melo *et al.* **Transformações no médio Rio Araguari, noAmapá: contribuições ao debate sobre conflitos na pesca artesanal**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.2, p.12475-12491feb. 2021.

LOBATO, M. G. S. **Mitigação e compensação na reprodução de um padrão colonial: o contexto dos discursos, planos e danos das hidrelétricas no rio Araguari, Amapá**. Doutorado em

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2021

LOBATO, Sidney. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. 1ª ed. Belém- PA: Paka-Tatu, 2019.

LOPES, Priscila Fabiana Macedo; FREITAS, Carolina Tavares de; BEGOSS, Alpina. **A mulher e a pesca: um olhar sobre a pesquisa e a atuação feminina pesqueira no Brasil**. ETHNOSCIENTIA V. 5, 2020 p.02. acesso em 10.09.2023 as 19h

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir**. Amazônia Brasileira Estud. av. 16 (45) Agosto, 2002.

MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens. **Nicinha: a vida, a luta e o crime**. Rondônia: 2021.

MANESCHY, Maria Cristina. Uma presença discreta: a mulher na pesca. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 251-258.

MARIN, Rosa Acevedo. **Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial**. Novos Cadernos Naea, v. 8, n. 1, 2005, p. 73-114.

MARTINEZ, Silvia; HELLENBRANDT, Luceni. Mulheres na atividade pesqueira no Brasil: uma introdução. In: _____. (Org.). **Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil**. 1ed.Campos dos Goytacazes: Eduenf, 2019, v. 1, p. 09-20.

MASO, Tchenna Fernandes. **Onde estão nossos direitos? O campo feminista de gênero bordado pelas mulheres atingidas por barragens**. In. Revista Brasileira de Políticas Públicas Volume 10. nº 2. ago 2020. Gêneros, raça e direito- articulações empíricas e epistemológicas. p.p. 490-519

MELO, Sheila de Souza Corrêa de; OLIVEIRA, Ana Vieira de; VASCONCELOS, Marcelo Augusto Machado. **Natureza, trabalho e terra na Amazônia na virada do século**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 05, Vol. 12, p. 146-154. Maio de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/terra-na-amazonia>. Acesso em 21.11.23 as 06h

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. In: SUTTI, Weber (coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema

nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília: IPHAN, 2012, p. 25-39.

MME/EPE. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2026**. Brasília: MME/EPE, 2017.

MORALES, Úrsula da Silva. **Caracterização da pesca e produção pesqueira no médio rio Araguari, Ferreira Gomes, Amapá, Brasil**. Macapá. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2018, 98 f.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A luta das mulheres atingidas por barragens por políticas públicas**. São Paulo: MAB, 2017.

_____. **Dossiê de Mulheres Atingidas**. São Paulo, 2015. Não publicado.

_____. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**. São Paulo: MAB, 2011.

NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. **Condições Ecológicas de Ocupação Humana na Região do Amapari no período Pré-colonial**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

OLIVEIRA, Elane Conceição de. **A Importância dos rios para os povos da Amazônia**. In: Anais do SICASA e ANPPAS Amazônia. Anais Manaus (AM) UFAM/ANPPAS, 2016.

OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. **A saga dos pioneiros da CHESF**. Organizações & Sociedade (O&S). v. 8, n. 20, p.1-15, 2001. ISSN (Eletrônico) 1984-9230. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10567/7560>>. Acesso em 07.10.2024 as 19h.

PAIVA, Mauricio de, SALDANHA, João. **Do Caribe ao Xingu – Amapá guarda vestígios do processo de ocupação da Amazônia**. Revista National Geographic, 8 de jul. de 2021, 17:00 BRT. <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2025/01/qual-e-a-melhor-forma-de-tomar-banho-como-a-humanidade-trocou-os-banhos-coletivos-por-chuveiros> acesso em 15 de março de 2024.

PALHARES, José Mauro. **Uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do rio Tamandua nos municípios de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu – PR**. Observatório geográfico América Latina – EGAL. Foz do Iguaçu, 2012.

PAZ, Adalberto. **Os mineiros da floresta**: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica. Belém: Paka-Tatu, 2014.

PIERRO, Bruno. **O Quebra-Cabeça Koriabo**. Edição 307, set de 2021.

POLANYI, Karl. **A Grande transformação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2000.

POPINIGIS, Cristina; SCHETTINI, Fabiane. Apresentação. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 5–12, 2009.

PORRO, Antônio. **O povo das águas**: ensaios de etno-história Amazônica Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1996, 204 p.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto história: cultura e representação, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio (1953). **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986

PUREZA, Benedita Machado; SANTOS, Marco Antonio Moura dos; FERNANDEZ, Pablo Sebastian Moreira. **A música popular amapaense como elemento de representação do espaço geográfico**: uma leitura sobre paisagem e identidade. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 08, Vol. 06, p. 138-152. Agosto de 2021.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, fev. 1990. SANTANA, Charles D’Almeida. **Fatura e ventura camponesas**: trabalho, cotidiano e migrações – Bahia:1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. **O Arpão e o Anzol**: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá), Brasília. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, dez. de 2007.

SENA, Ana Laura dos Santos. **Trabalho e Trabalhadores da pesca industrial**: face à metamorfose do capital. Belém, NAEA, 2006, p. 67.

SILVA JÚNIOR, Marques da, O., FUCKNER, Marcos. André.; BAIA, Maxwell Moreira; SANTOS, Leonardo Souza dos; PINHEIRO, Cleane do Socorro da Silva. **Comitê da bacia Hidrográfica do rio Araguari como instrumento de gestão dos Recursos Hídricos no Estado do Amapá**. Revista Brasileira De Geografia Física, 14 (5), 2021, p. 2771–2789.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX). Campinas: Papyrus, 2001.

SILVEIRA, Maura Imazio da; SCHAAN, Denise Pahl. **Onde a Amazônia encontra o mar**: estudando os sambaquis do Pará. Revista de Arqueologia, 18: 2005, p. 67-79.

SOUZA, F. S. de. **Rios e terras**: história ambiental de Goiás (1822-1850). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus de Assis), Departamento de História. 2013.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória**: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. Projeto História, São Paulo, abr. 1997.

TUNDISI, José Galizia. **Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia**. Estudos Avançados, 21(59):109-117. 2007.

VERÍSSIMO, J. 1970. **A pesca na Amazônia**. Belém, Universidade Federal do Pará. (Coleção Amazônia, sér. José Verissimo).

VIEIRA, Norma Cristina, ARAÚJO, Fernanda Campos de, GARCIA, Dantielli Assumpção. **Cultura e discurso atravessados no corpo- mulher da Amazônia Brasileira**. Forum Linguístico, setembro de 2024. UFSC Vol. 21 nº 2, 2024 <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/94757/57266>. Acesso em 26.12.2024 as 15:15.

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 4 (8): 198- 215, 1991

ZANCHETT, Silvana Aparecida da Silva. **Corpos Femininos**: cotidianos, memória e história de mulheres pescadoras no Pantanal Sul-Mato-Grossense (1980-2017). Dourados. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Grande Dourados-UFGD, Programa de Pós-Graduação no curso em História da Faculdade de Ciências Humanas, 2019.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA
**A PRESENÇA DA MULHER NA PESCA A MONTANTE DA HIDRELÉTRICA
CACHOEIRA CALDEIRÃO (2013-2018)"**

Roteiro de Entrevista Semi estruturada

I – Dados de Identificação

1 – Nome:

2 – data de nascimento

3- Local de nascimento

Data e local da entrevista

II- Entrevista

- 1- Conte um pouco de sua história de vida? Desde quando começou a pescar? Com quem aprendeu?
- 2- Faça uma descrição da prática da pesca.
- 3- Me conte sobre algo que lhe marcou durante sua vida enquanto pescadora?
- 4- Quais os materiais de pesca utilizado antes e hoje.
- 5- Conte-me como era a sua vida na pesca antes de chegar a Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão?
- 6- O que mudou na pesca com a chegada da UHECC?
- 7- Descreva quais os impactos que as pescadoras percebem com a instalação da UHECC.
- 8- Solicitar como as mulheres começaram a se organizar em movimento – Movimento dos atingidos por Barragens.
- 9- Como se dá a relação entre pescadoras e pescadores.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

A (o) Sra/Sr. está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “A Presença da Mulher na Pesca a Montante da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (2013 - 2018)”. O objetivo deste trabalho é analisar o modo de vida das mulheres pescadoras do alto Rio Araguari a partir da construção da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão ocorridos entre 2013 e 2018 na área rural dos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes.

. Para realizar o estudo será necessário que a (o) Sra/Sr se disponibilize a participar de entrevistas, previamente agendadas a sua conveniência). Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar objetos de estudos relacionado à temática sobre a História da Amazônia e do Amapá. Os riscos da sua participação nesta pesquisa são mínimos, em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual o(a) Sr.(a) receberá uma cópia.

Os benefícios da pesquisa são conhecer a trajetória das mulheres pescadoras e o estudo se concentra na mudança de vida pela qual tais mulheres passaram com a entrada da UHECC em seu território, far-se-á um estudo sobre a trajetória de vida das mulheres como sujeito dessa pesquisa com uma abordagem da presença das mulheres na pesca no médio rio Araguari antes e depois da chegada da UHECC.

A Sra. terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (96), 991218344. O senhor (a) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805. Desde já agradecemos!

Eu _____(nome por extenso) declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “A Presença da Mulher na Pesca a Montante da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (2013 0 2018)”.

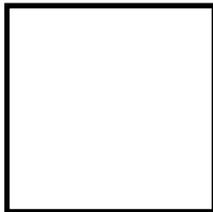
Macapá, _____ de _____ de 2024

Assinatura da Pesquisadora
Naisa da Conceição Ferreira Batista
Universidade Federal do Amapá.
Cel: (96 991218344)
e-mail: batistanaisa@gmail.com

Assinatura da entrevistada

Caso o entrevistado esteja impossibilitado de assinar:

Eu _____, abaixo assinado, confirmo a leitura do presente termo na íntegra para o(a) entrevistado _____, o(a) qual declarou na minha presença a compreensão plena e aceitação em participar desta pesquisa, o qual utilizou a sua impressão digital (abaixo) para confirmar a participação.



Polegar direito (caso não assine).

Testemunha nº1: _____

Testemunha nº2: _____

ANEXO



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ

2. DESCRIÇÃO:

	Início	Término
Período de Execução:	/ /2014	/ /2015
Objeto: Programa de Fomento a Pesca Artesanal e Aquicultura		
<p>Identificação do Objeto: Promover a implantação do programa de fomento à pesca artesanal e aquicultura nos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande por ocasião do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Cachoeira Caldeirão que será implantado no rio Araguari, no Estado do Amapá, através da celebração de convênio entre a EECC/EDP UHE Cachoeira Caldeirão e a Agência de Pesca do Amapá - PESCAP, incluindo investimentos em aquisição de equipamentos e estruturas de cultivo</p>		
<p>Identificação do Objeto: Promover a implantação do programa de fomento a pesca artesanal e aquicultura nos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande por ocasião do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Cachoeira Caldeirão, que será implantado no rio Araguari, no Estado do Amapá, através da celebração de convênio entre a EECC/EDP UHE Cachoeira Caldeirão e a Agência de Pesca do Amapá - PESCAP, incluindo investimentos em aquisição de equipamentos e estruturas de cultivo</p>		
<p>Justificativa da Proposição</p> <p>A proposta visa fomentar a produção pesqueira e aquícola na área de influência do projeto, considerando que a pesca artesanal e aquicultura assumem importante papel socioeconômico na ocupação de mão-de-obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população das comunidades atingidas na área de influência da UHE Cachoeira Caldeirão.</p> <p>O fomento do desenvolvimento econômico e social tem como objetivo essencial de recompor, instaurar, e incentivar arranjos e cadeias produtivas locais e regionais que assegurem ocupação produtiva ao conjunto dos atingidos, compatíveis com seus níveis de qualificação e experiência profissionais, capazes de oferecer a manutenção e melhoria contínua das condições de vida.</p> <p>O Estado do Amapá possui condições extremamente favoráveis ao incremento da produção de pescados, pois apresenta diversificação de ambientes aquáticos (água doce, estuário e oceano), represas, açudes, rios, baías e enseadas, com potencial de expansão para pesca e aquicultura, além de proximidade dos recursos pesqueiros oceânicos ainda não explorados (atuns e afins).</p> <p>Os pescadores artesanais da área de influência do projeto desenvolvem suas atividades combinando objetivos comerciais e também de subsistência, operaram com embarcações de pequeno porte, geralmente de madeira, adquiridas em pequenos estaleiros, com propulsão motorizada ou não, assim como embarcações construídas por si mesmos utilizando matérias-primas naturais. Os apetrechos de pesca são geralmente adquiridos na região metropolitana de Macapá e confeccionados nas próprias comunidades pesqueiras em regime familiar.</p> <p>A Aquicultura é uma atividade que vem crescendo em um ritmo de aproximadamente 30% ao ano no Brasil. Esse índice é muito superior ao obtido pela grande maioria das atividades rurais mais tradicionais, como a pecuária e a agricultura. Isso se dá principalmente pela boa lucratividade e rápido retorno do capital investido. Esse importante fator, aliado ao grande potencial hídrico do Estado, proporciona as condições favoráveis ao fortalecimento e desenvolvimento sustentável da piscicultura. Entretanto, a atividade é incipiente, fato evidenciado nas estatísticas de produção aquícola que mostram Amapá em último lugar na produção aquícola, no ano de 2009. (MPA, 2010). A atividade aquícola quando comparada a outras atividades agropecuárias verifica-se sua baixa potencialidade de degradação ambiental. A produção por hectare de proteína animal da atividade piscícola dependendo do sistema de cultivo na piscicultura pode-se alcançar índices extraordinários de produção, 100 toneladas por hectare/ano, Raceway, em quanto na bovinocultura praticada no Estado esta produção não ultrapassa 150 kg por hectare. Fazendo-se a analogia nutricional a carne do peixe é superior nutricionalmente quando comparado carne do gado, das cabras, das aves dentre outras, aliado a esse fator e pelo motivo dos consumidores tenderem a demandar proteínas saudáveis e considerando que os estoques pesqueiros estão no estado máximo de captura a atividade da aquicultura se estabelece como alternativa para aumentar a oferta do referido produto.</p>		
<p>Portanto, o programa de fomento ao desenvolvimento sustentável das atividades de pesca artesanal e piscicultura em tanque rede, é proposto como forma de utilizar racionalmente os corpos hídricos disponíveis a produção de pescados, oferecendo alternativa de renda e trabalho para os moradores das comunidades atingidas pelo empreendimento.</p>		



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Fase	ESPECIFICAÇÃO	UnId	Quant	Início	Término
1	Capacitação	1.1. Realização de 10 (dez) Cursos de capacitação profissional para pescadores e produtores rurais, sendo: 02 (dois) na área de pesca, 02 (dois) em piscicultura e 04 (quatro) na área ambiental.	Vb	1	Agosto/2014	Jul/2015
2	Implantação de Piscicultura em Tanque Rede.	1.2. Aquisição de Materiais e Equipamentos (Tanque rede, bolsão de alevinagem, balança digital, paquímetro digital, puçá, medidor multiparâmetro de análise da qualidade de água).	Vb	1	Agosto/2014	Jul/2015
		Aquisição de Insumos de Produção (Rações e Alevinos).	Vb	1	Agosto/2014	Jul/2015
3	3. Fomento a Pesca Artesanal.	2.1. Aquisição de Kit's Pesca artesanal (Embarcação de madeira tipo batelão, motor rabeta, caixa isotérmica, malhadeira).	Vb	1	Agosto/2014	Jul/2015
4	4. Apoio a Assistência Técnica.	4.1. Insumos: aquisição de combustível (gasolina e diesel).	Vb	1	Agosto/2014	Jul/2015

5. RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS POR META

A implantação das ações do Convênio contará com a participação da Colônia de Pescadores Z-07 e da Colônia de Pescadores Z-17.

Meta	Especificação dos Beneficiários	Diretos	Indiretos	Total
1	Famílias de Pescadores e Produtores Rurais	100	200	300
2	Famílias Ribeirinhas (Piscicultores)	25	150	175
3	Famílias de Pescadores	40	200	240
4	Famílias de Pescadores e Produtores Rurais	300	600	900
	Total			1615



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ

CLÁUSULA OITAVA - NOVAÇÃO

3	2.5. Puça malha de 5 mm.	Unid	5	60,00	300,00
	2.6. Medidor Multiparâmetros resistente a impactos e a água de acordo com as normas IP67 (30 minutos de imersão abaixo de 1 m de água), sonda multi-sensor, monitora o pH, a condutividade e o oxigênio com uma solução	Unid	1	4.250,00	4.250,00
	3. Aquisição de Insumos de Produção:				
	3.1. Ração Pré-Juvenil Farejada 50% PB.	Saca (25Kg)	50	140,00	7.000,00
	3.2. Ração Extrusada 40% PB (2-6 mm).	Saca (25Kg)	154	58,00	8.932,00
	3.3. Ração Extrusada 32% PB (6-8 mm).	Saca (25Kg)	1100	55,00	60.500,00
	3.4. Ração Extrusada 28% PB (8-10 m).	Saca (25Kg)	2200	52,00	114.400,00
	3.5. Alevinos (tambaqui, tambacu, tambatinga)	milheiro	50	250,00	12.500,00
Total Parcial					345.182,00
PESCA ARTESANAL					
4	4. Kit Pesca				
	(01) Embarcação em madeira tipo Batelão 7,0 m;				
	(01) Motor Rabeta 6,4 Hp;				
	(01) Caixa isotérmica capacidade 170 L;				
	(01) Malhadreira 2,50x0,50x48x130 m	Unid	40	3.175,00	127.000,00
APOIO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA					
5	5. Insumos:				
	5.1. Combustive (gasolina).	Litro	2.000	2,9	5.800,00
	5.2. Combustive (diesel).	Litro	4.000	2,5	10.000,00
Total Parcial					142.800,00
TOTAL GERAL					499.982,00

[Handwritten signatures and initials]